ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA

26 DE ABRIL DE 2007

No dia 26 de Abril, pelas 09 horas e 30 minutos no edifício do Auditório Municipal, Anfiteatro, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1- **ACTAS** – Leitura, discussão e votação da acta da sessão Ordinária de 16 de Fevereiro de 2007.
2- **PÚBLICO – 1.º Período de Intervenção.**
3- **Período de Antes da Ordem do Dia.**
4- **Período da Ordem do Dia:**
   - **4.1**- Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara nos termos da alínea e) do art.º 53.º do Decreto-lei n.º 169/99 de 18 de Setembro.
   - **4.2**- Prestação de Conta de Gerência de 2006 – CMM.
   - **4.3**- Relatório e Conta de Gerência de 2006 – SMA.
   - **4.4**- Inventário do Município – 2006.
   - **4.5**- 1.ª Revisão Orçamental para 2007.
   - **4.6**- Rede Comunitária de Banda Larga da Terra Quente Transmontana – Contratação de Empréstimo Bancário a longo prazo.
   - **4.7**- Proposta a apresentar a participação do Município na Sociedade Anónima "Hospital Terra Quente, S.A.
5- **Outros Assuntos de Interesse para o Município.**
6- **PÚBLICO – 2.º Período de Intervenção.**

Constituição da Mesa:

A Mesa foi constituída pelos seguintes membros:

PRESIDENTE.....	José Manuel Pavão
1º. SECRETÁRIO.....	Jorge Manuel Pereira
2º. SECRETÁRIO.....	Humberto António Cordeiro

Verificação de presenças:

Conferida a folha de ponto, verificou-se haver um total de 66 presenças, pelo que foi declarada aberta a sessão pela Presidente da Assembleia Municipal, dado estar presente a maioria dos seus membros, tendo totalizado 62 membros no decorrer da sessão.

Membros em falta:

Maria Isabel G. L. Velho Borges Pires, Elina Marlene Sousa Fraga, Arnaldo Assunção Cadavez, Paulo M. Rodrigues Pinto, Francisco Paradela Monteiro, Isabel Maria Branco Barreira, Luís José Herdeiro Mosqueiro, José Carlos e Fernando José D. Palas

Presidente da Assembleia Municipal:

Cumprimento o Sr. Presidente da Câmara Municipal, os Srs. Vereadores, os Srs. Deputados Municipais, a imprensa, os representantes de outras instituições e o público. Pedia ao Sr. Secretário o favor de ler a correspondência e prestar as informações recebidas.

Correspondência recebida

- Grupo Parlamentar da Assembleia da República "Os Verdes": ofício sobre a linha do Tua.
- Convite do Gabinete do Ministro da Presidência: apresentação do Plano Nacional de Acção do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para todos.
- Associação Comercial e Industrial de Mirandela: Feira do Turismo, Azeite e da Alheira.
- Governo Civil de Bragança: audiência com o Sr. Ministro da Saúde.
- Governo Civil de Bragança: Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para todos.
- Convite para Apresentação do Dispositivo Operacional Distrital de Combate a Incêndios Florestais.
- Ofícios do Grupo Parlamentar do PSD: recepção da moção e Carta Aberta do Deputado Adão Silva.
- Grupo Parlamentar do CDS/PP: acusa a recepção da nossa comunicação.
- Ofício da Esri Portugal: Sistemas e Informação Geográfica.
- Grupo Parlamentar do PCP: acusa a recepção da moção enviada.
- Grupo Parlamentar do PCP: cópia do Requerimento sobre as Provas globais facultativas no Ensino Básico.
- Município de Bragança: verbas do QREN.
- Presidência do Conselho de Ministros: acusa a recepção da moção da Assembleia Municipal, sobre urgências médico-cirúrgicas.
- Casa Civil do Sr. Presidente da República.
- Omnitur-Agência de Viagens e Turismo: transporte e alojamento para os participantes no 17.º Congresso da ANM.
- CCDRN: de início de funções do Chefe de Projecto da Estrutura de Missão do Douro e da Equipa de Apoio Técnico.
- CCDRN: colóquio "Os Muros da Paisagem Cultural..." Dia Internacional de Monumentos e sítios – Teatro - Auditório Municipal de Alijó, 18 de Abril, 15 horas.
- Santa Casa da Misericórdia: Semana Santa, Convite para as Procissões.
- Convite do Sr. Ministro da Presidência sobre a Apresentação do Plano Nacional de Acção do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades.
- Deputada Edite Estrela: reformar a Administração, poupar na Burocracia, Investir no crescimento.
- Dourogás: preços do Gás natural
- Assembleia Distrital de Bragança: sessão ordinária da Assembleia Distrital, do ano de 2007.
- Deputado Luís Sousa: convite ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a fim de estar presente em conferência a realizar pelo ISCTE.
- Assembleia Municipal de Murça: posição relativamente ao funcionamento do SASU do Centro de Saúde.
- Associação de Socorros Mútuos dos Artistas Mirandelenses, convite 106.º Aniversário.

Justificações de faltas:
À Reunião de 16/02/2007

- José Luís Herdeiro Mosqueiro (motivos profissionais).
- Paulo Manuel Pereira Rodrigues Pinto (motivos profissionais).
- Maria de Fátima Bravo Cardoso E. Santos (motivos profissionais).
- José Eduardo Gomes de Almeida (motivos de doença).
- Rui Miguel Costa Sá (motivos profissionais).
- Vasco Aníbal Saldanha.(motivos de doença).

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas mencionadas.

1.º PONTO - ACTAS: LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 16 DE FEVEREIRO DE 2007.

Votação:
Votos Contra.....0
Abstenções.....0
Votos a Favor.....Unanimidade

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Acta de 16/02/2007.

2.º PONTO – PÚBLICO – 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO.

Não houve pedidos.

Secretário da Assembleia Municipal Jorge Pereira:
Chamou a atenção dos Membros da Assembleia para o correcto preenchimento dos documentos: Senhas de Presença e Impresso para a deslocação.

3º PONTO: PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Deputado Municipal David Garrido (CDU):
Bom dia Sr. Presidente e restantes elementos da Mesa, os caros Companheiros de bancada e o Executivo.
Ontem foi o 25 de Abril e permitam-me que leia o seguinte texto:

"Comemoraram-se ontem 33 anos da Revolução de Abril, data e expressão mais exaltante da realização do povo português, ao longo da sua história.
Comemorar Abril é contribuir para a justa homenagem de todos os que ao longo de 48 anos de ditadura fascista resistiram e lutaram contra a tirania dum regime opressor que negou os mais elementares direitos humanos ao nosso povo.
É valorizar as grandes conquistas e transformações económicas, sociais e culturais e os extraordinários avanços traduzidos na melhoria das condições de vida do Povo Português.
É dar particular significado à luta daqueles que 33 anos depois se mantêm determinados em defender e cumprir Abril.
Desde o ano de 1974, passaram-se 33 anos. Hoje, cerca de 3 milhões de portugueses já nasceram depois da Revolução de Abril e objectivamente não viveram nem conheceram o que foi o fascismo.
O regime fascista foi responsável, pela guerra colonial, pela censura e pela emigração de milhão e meio de portugueses entre 1961 e 1973, que deixaram o país em busca, lá fora, do trabalho e da liberdade, que cá lhes era negada, emigração que nos tempos actuais continua a ser uma infeliz realidade.
A actual situação económica e social das camadas populares atinge níveis de degradação insuportáveis, quando alastram a pobreza e o desemprego, quando novamente o grande capital comanda um poder político arrogante e autoritário, quando aos trabalhadores são negados direitos e liberdades fundamentais, quando, nas empresas, são reprimidos e perseguidos os mais corajosos lutadores, é tempo de lembrar as dolorosas lições da história.
Mas se o regime fascista constitui um dos períodos mais sombrios da história do Povo Português, não é menos verdade que o acto libertador do 25 de Abril e as conquistas revolucionárias alcançadas foram um tempo luminoso do nosso país.
Muitas das conquistas que são de Abril, apesar de uma política de direita orientada para a destruição destas e que dura há mais de 30 anos fazem ainda hoje parte das nossas vidas: liberdade sindical, de reunião, de associação, de expressão, de imprensa, direito à greve; eleições livres e livre formação de partidos políticos; autarquias locais democraticamente eleitas e criação das Regiões Autónomas nos Açores e na Madeira; independência das ex-colónias; salário mínimo nacional, subsídios de férias e de Natal; subsídio de desemprego, pensões e reformas para todos; direito de voto aos 18 anos; igualdade de direitos para os homens e as mulheres; direito à saúde, ao ensino e à educação.
Conquistas que a Constituição da República consagrou não como peças soltas mas sólidos alicerces do regime democrático que esta define e projecta.
O caminho que o Governo/PS do Eng.º Sócrates prossegue como o comprovam estes dois anos de Governo com mais desemprego, mais injustiças e desigualdades sociais e regionais, maior concentração da riqueza e alargamento da pobreza, com a progressiva liquidação de direitos fundamentais dos trabalhadores, a generalização da precariedade, o ataque aos salários e ao direito à contratação colectiva no trabalho, o aumento da idade da reforma e a redução do valor das pensões, o encerramento de serviços públicos que obedecem a um programa mais profundo de alteração do papel Estado e do regime democrático.
A recente aprovação da nova lei do trabalho temporário é disso um exemplo, mas também o projecto de completa liberalização dos despedimentos por via da flexi-segurança, que irá procurar introduzir durante a Presidência Portuguesa da União Europeia, constitui um regresso às Leis do Trabalho que vigoravam com Salazar e Caetano.
Também no nosso concelho se sente cada vez mais esta política de direita:
a) Com o encerramento de serviços públicos na área da saúde (ficamos sem a maternidade), e do ensino (este ano, no nosso concelho, encerraram cerca de quatro dezenas de escolas).

É cada vez mais evidente que não há solução para os problemas nacionais e dos portugueses a manter-se o rumo das políticas que levam ao constante agravamento da situação económica com a quebra do investimento, quebra nas exportações, o aumento do défice das contas externas, a degradação das condições de vida dos portugueses e da economia nacional.

No momento em que se assinalam os 33 anos do 25 de Abril é importante dar expressão à denúncia desta política de declínio nacional prosseguida pelo Governo/PS e já iniciada por outros governos do PS e do PSD.

Ontem como hoje é pela luta e intervenção que se afirmará a vontade e determinação dos trabalhadores e do povo em defender e afirmar as conquistas e direitos da Revolução de Abril. Em Mirandela também sabemos que a luta é fundamental por isso aqui quero recordar as magníficas manifestações dos Mirandelenses em defesa dos serviços de saúde públicos e de qualidade.

O PCP olha para o 25 de Abril não como um acontecimento datado e arrumado no tempo, mas como uma porta aberta para o futuro.

O conjunto de valores que o 25 de Abril projectou, apesar dos anos, estão hoje presentes e cada vez mais actuais na sociedade portuguesa.

Viva o 25 de Abril!"

Já agora, penso que é neste ponto de ordem também, eu tenho aqui uma moção que ia passar a ler e que na altura própria a Mesa ara o favor de pôr à votação.

"Moção"

Considerando que entrou recentemente em fase de execução um novo Quadro Comunitário de Apoio, agora designado de Quadro de Referência Estratégica Nacional – QREN (2007/2013), elemento estruturante para o desenvolvimento do concelho e da região nos próximos anos.

Considerando que muitas dessas verbas, nomeadamente na Região Norte, são justificadas pelos baixos índices de desenvolvimento de Trás-os-Montes.

Considerando que voltam a ser anunciados milhões de euros de várias proveniências para investimento na região.

Considerando que com a concentração no litoral do investimento dos três QCA'S anteriores se acentuou a situação gravíssima de atraso e desertificação do interior e em particular da nossa região.

Considerando que importa conhecer com toda a transparência a distribuição dessas verbas, tanto por concelho como a nível regional.

Considerando que existem experiências anteriores de criação de organismos sub-regionais, de que são exemplo o Programa Operacional do Vale do Ave e mais recentemente a Estrutura de Missão do Douro.

A Assembleia Municipal de Mirandela, reunida em 26 de Abril de 2007, decide:

1. Solicitar ao Governo informação detalhada sobre as verbas do QREN atribuídas ao concelho de Mirandela e ao Nordeste Transmontano.
2. Exigir do Governo a criação de um organismo de acompanhamento da aplicação das verbas do QREN para o Nordeste Transmontano, representativo, entre outras, das autarquias e das associações sindicais e empresariais.

Se for aprovado, enviar ao Presidente da República, ao Primeiro-ministro, aos Grupos Parlamentares da A.R. e à Comunicação Social.

Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD):

Bom dia a todos.

Hoje trazem-me aqui dois assuntos. Um deles pode não ter grande interesse para a Assembleia, mas tem interesse para mim e tem um interesse ainda muito maior nesta fase.

Mas o primeiro é para falar, por acaso ainda agora vi e também eu próprio já lá tive um acidente que não teve qualquer gravidade para mim (estou a falar da Estrada Nacional N.º 15), depois do nó do IP4, lá em cima e quando se entra, ali, (não sei como se chama aquela zona), está ali aquela Mirandiesel, mais abaixo um bocado naquela curva e daí até muito próximo do antigo Ângelo, do sucateiro, aquilo é um constante embate e despiste de carros. E quando o tempo está meio húmido meio seco, parece que a frequência é muito mais elevada ainda. Eu não sei, não terá a ver com o perfil da estrada, não sei se tem se não, por acaso até agora andam lá a fazer limpeza das bermas. Não sei se terá a ver com óleos que vêm para a estrada, mas acho que naquele troço de estrada devia haver algum cuidado da parte da Autarquia, no sentido de prevenir ali algumas situações que podem trazer e que algumas já trouxeram algumas consequências bastante graves.

O segundo assunto e era este que eu acho que para a Assembleia não tem qualquer tipo de interesse, mas para mim, agora ganhou o interesse ainda redobrado, que é o seguinte:

O Dr. Hernâni, Vereador da Câmara Municipal, há uns tempos atrás e vão-se já todos recordar, trouxe às reuniões de Câmara o problema dos postes que estavam no campo de futebol no Franco e que estavam a ser alvo de uma grande insegurança para a população e para os carros, para quem ali passasse.

Eu tive a preocupação de, (logo na primeira Assembleia Municipal que houve, a seguir ao momento em que ele levou isso à reunião à reunião de Câmara) dizer aqui na Assembleia Municipal que a Junta de Freguesia iria tratar do assunto e iria remediá-lo o mais breve e rapidamente possível.

E o assunto tornou-se tão grave que já tinham lá sido chamados os bombeiros, que já tinham presumo eu, um parecer também indicativo que de facto aquilo estava ali, qualquer dia matava a aldeia toda do Franco e era um problema grave.

Este problema ganhou maior importância porque é um grupo de anónimos de pessoas do Franco, anónimos para o Dr. Hernâni que ele sabe quem são e para mim também que sei quem são, mas no entanto são anónimos e a população do Franco também sabe bem quem são esses anónimos.

Isto é, não há situação melhor para aplicar aqui aquele ditado popular: preso por ter cão e preso por não ter. Eu levei aquilo à Assembleia de Freguesia do Franco, fez-se um concurso, aceitaram-se propostas, porque nós não tínhamos meios técnicos e humanos para deitar os postes abaixo, os postes foram cortados, houve três pessoas que concorreram, uma delas ganhou o concurso, cortou os postes e eu pensava: sim senhor, nós agora respondemos rapidamente e com eficácia a este assunto.

Ora vai que não vai, passados uns tempos, recebo uma carta registada do Tribunal Fiscal e Administrativo de Mirandela, porque me tinham posto em tribunal porque eu cortei os postes! Vejam o que é isto! Preso por ter cão e preso por não ter.

Davam-me um prazo de 15 dias para responder àquela situação que eu criei, sempre de boa fé, respondi à situação e estamos agora a aguardar resposta à situação do Tribunal.

E mais uma vez são os anónimos que escrevem uma carta ao Tribunal a dizer que aquilo foi um crime, o que se ali fez. E eu fico como o tolo no meio da ponte: mas como é que é? Isto é preso por ter cão, é preso por não ter, se os não cortava, (chamaram os bombeiros, já vinha cá a Guarda) qualquer dia levavam-me preso! Cortei-os, agora estou em Tribunal.

Isto é só para dizer ao Dr. Hernâni que eu neste momento, como vereador da Câmara, sentir-me-ia traído perante essas pessoas anónimas, que ele sabe bem quem são e que eu também sei bem quem são, sentir-me-ia traído porque tanto trabalho que ele teve e de facto deve ter tido, para discutir isto em reunião de Câmara, para ser discutido aqui em Assembleia Municipal. No final cortei os postes, agora colocaram a Junta de Freguesia em Tribunal porque cortei os postes.

Agora sim, peço a ajuda dele para tentar resolver esta situação e agora que me ajude a mim, por favor porque os anónimos do Franco afinal conseguiram aquilo que queriam, vamos ver qual vai ser a resposta do Tribunal. Eu no lugar dele sentir-me-ia muito traído por essas pessoas, porque o convenceram a trazer isto a reunião de Câmara, mas já sabiam aquilo que tinham intenção de fazer, ele é que não sabia a intenção deles.

E depois é assim, gasta-se dinheiro em tribunais mas eles demoram muito tempo, não resolvem os assuntos porque infelizmente andam empatados. Estas situações até dão para rir.

Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):

Bom dia a todos.

Eu antes de mais, queria depois, antes da minha intervenção, dizer alguma coisa, aqui ao Sr. Presidente da Junta do Franco. Mas vou-me cingir à minha intervenção.

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e Srs. Secretários, Srs. Membros da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sr.ª s. Vereadoras e Srs. Vereadores, Órgãos de Informação aqui presentes, Público aqui presente também.

Conforme se alcança da nossa intervenção, na sessão de 26 de Junho de 2006 e constante da Acta dessa sessão, entre muitos dos assuntos aí abordados, referimo-nos à má qualidade das águas fornecidas pela empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, a partir da captação do rio Rabaçal, às Freguesias de Aguieiras, S. Pedro Velho e outras.

Se é verdade que tínhamos já antes dado conhecimento à empresa fornecedora e responsável pelo fornecimento dessa má qualidade, não é menos verdade também que quer as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, quer a Câmara, tal como tem acontecido com outros problemas aqui denunciados e que constam das nossas intervenções, não têm tomado quaisquer providências para resolver essas anomalias e esses problemas. Nem uma palavra sequer.

E esta situação é tanto mais grave, quanto é certo que nem o Presidente da Junta de Aguieiras, nem o Sr. Dr. Maçaira que é natural da Freguesia, tomaram qualquer atitude para denunciar este escândalo, que consideramos grave.

Para que não fiquem dúvidas sobre a má qualidade das águas, exibe-se aqui um garrafão de 5 litros desse líquido acastanhado, recolhido na minha casa na aldeia dos Chairos, no dia 14 deste mês e ontem

pelas 21 horas. É isto que está a ser fornecido às freguesias do Norte do Concelho. Pode-se comparar com isto.

Considerando que não se pode tolerar por mais tempo semelhante atentado à saúde pública e responsabilidade por parte da empresa fornecedora "Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro", o Grupo Municipal do CDS/PP nesta Assembleia, vem apresentar, em separado, uma proposta de protesto para apreciação e votação da Assembleia, que poderá ser enviada à empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro. Com a saúde pública não se brinca, disse.

E a proposta de voto de protesto é a que vou passar a ler:

"A empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro é a responsável pelo fornecimento de água a várias freguesias do Norte do Concelho de Mirandela.

Considerando que o fornecimento às Freguesias de Aguieiras, S. Pedro Velho e outras é absolutamente deplorável, com águas impróprias para consumo;

Considerando que tais águas têm provocado prejuízos em máquinas de lavar louças e roupas;

Considerando que tais águas, além de impróprias para consumo, são impróprias também para a higiene pessoal das populações;

Considerando ainda que as populações são obrigadas a recorrer a um sistema antigo de fornecimento e cujas águas não estarão nas melhores condições para serem consumidas, com todos os prejuízos e atentados à saúde pública, que daí possam advir.

O Grupo Municipal do CDS/PP, propõe que seja aprovado nesta Assembleia um voto de protesto contra o mau serviço de fornecimento que as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douto vêm prestando às populações a Norte do Concelho, que será enviado àquela entidade por esta Assembleia, com a recomendação de que deverá providenciar para que proceda rapidamente aos trabalhos necessários com vista a fornecer às populações, águas de boa qualidade."

É tudo relativamente a este assunto.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Bom dia a todos, Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Vereação, Srs. Deputados, Srs. Munícipes aqui presentes.

Eu vou fazer uma intervenção em defesa da inteligência e da transparência, destas duas questões.

E começaria por ler a moção que nós apresentamos à Assembleia Municipal de 05 de Setembro e lia 2 dos pontos que nós propusemos, nós "Grupo Parlamentar do Partido Socialista", a essa Assembleia.

O primeiro deles, um voto de confiança aos profissionais que trabalham na Unidade Hospitalar de Mirandela, que transformam diariamente dificuldades em oportunidades e têm capacidade imensa de nos servirem em momentos de necessidade e dor.

O segundo ponto era a apresentação de propostas no sentido da declaração oficial da urgência médico cirúrgica integrada na rede de referenciação hospitalar de urgência / emergência.

Esta foi a moção que apresentámos em 05 de Setembro e que mereceu na altura, até, (quando nós diziamos que esperávamos que o 05 de Setembro, fosse recordado como uma data histórica para Mirandela) do Presidente da Assembleia Municipal alguns comentários, que se calhar eu estava equivocado e que 05 de Setembro seria recordado como uma data de derrota. Mas não é isso que importa agora.

Mais tarde, o Sr. Presidente da Câmara, surpreendido até com o estudo técnico sobre as urgências, vem dizer no Jornal "A Região Transmontana" e já lhe tenho ouvido isso também em reuniões privadas, não lhe tenho ouvido isso em reuniões públicas, que a vitória, (e vitória era na altura a comissão técnica ter inscrito a urgência de Mirandela na rede nacional de urgências médicas) a vitória é tão importante, porque existia um decreto-lei do Governo PSD, repito, porque existia um decreto-lei do Governo PSD, isto é extremamente importante, que apenas criou uma urgência médico cirúrgica em Bragança, passando a de Mirandela a urgência básica e creio que todos sabem, se não sabem está aqui dito pelo Sr. Presidente da Câmara, já o disse várias vezes e disse-o na última reunião da Comissão de Saúde, que de facto esta vitória é tão importante quanto é certo que quem tinha despromovido a urgência médica de Mirandela, tinha sido o Governo do PSD, o Governo do Dr. Barão Barroso e do Dr. Adão e Silva, isto tem que ser claramente.

E porque é que eu trago isto à coacção? Trago isto à coacção porque na minha opinião, esta vitória deve-se a todas as forças político partidárias sem excepção.

Deve-se também a todos os Mirandelenses, integrados ou não, nos partidos políticos.

E deve-se, por último, a todos os profissionais de saúde, a todos os profissionais de saúde do Hospital de Mirandela, que durante todo este período souberam também à sua maneira lutar e lutar contra o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Nordeste, para que não transformassem em caso consumado aquilo que pretendiam que era manter a decisão do Governo do PSD, ou do Governo de Adão e Silva de que a única urgência médico cirúrgica do Distrito de Bragança.

E fiquei muito surpreendido, (e por isso digo da transparência porque estas coisas têm que ser ditas) quando na terça-feira ouvia uma intervenção de balanço na rádio local do Sr. Presidente, em que, até que eu

consegui ouvir, dizia: eu fiz, eu fiz, eu fiz ... que diabo! Alguma humildade também não ficava mal. Alguma humildade de reconhecer esta realidade: a de que foram todas as forças político partidárias, sem excepção, que estiveram empenhadas neste processo.

Foram todos os Mirandelenses, quer tivessem partido ou não, e foram também e eu deixo aqui um aplauso muito especial para os profissionais de saúde do hospital de Mirandela, que ao recusarem-se alguns deles a fazer serviço em Bragança, obrigaram a que o Conselho de Administração reflectisse e obrigaram mais a que não pudessem usar como facto consumado, para não ser criada a urgência médico cirúrgica em Mirandela.

Daí que, (ainda mais), acho um atentado à inteligência dizer-se que esta vitória se deve a um placar decadente colocado junto do aeródromo, que dizia "aqui acaba Portugal", acho que isto é redutor, eu não me sinto, não me revejo nesta afirmação e quero aqui publicamente dizer que não me revejo nesta afirmação.

E não me revejo também, obviamente, na afirmação do Dr. Adão e Silva, que considera a política de saúde uma política de assombração, quando eu acho que tudo isto foi uma questão de bom senso e às vezes o bom senso é preciso trabalhar para ele e trabalhar muito para que as pessoas tenham esse bom senso.

O que eu direi é que toda a gente está de parabéns. Está de parabéns a Câmara, estão de parabéns as forças políticas, estão de parabéns os Mirandelenses, estão de parabéns os profissionais e está de parabéns também o Sr. Ministro da Saúde, que soube ter o bom senso de recuar em relação à segunda decisão da Comissão Técnica.

Daí que eu diga que a questão de saúde não pode ser contabilizada para o seu pecúlio pessoal.

A outra questão tem a ver com o emprego e emprego é pelos vistos e de facto uma das questões fundamentais e que preocupa muito os Mirandelenses e preocupa muito as pessoas e surpreende-me e continua-me a surpreender que depois de alguns anos, quando alguns investidores colocam a questão dos terrenos disponíveis na zona industrial, normalmente as respostas sejam vagas... não há ... vai haver uma nova zona, vamos ver..., isto faz-me lembrar situações que eu pensei que não voltariam a acontecer. Situações de investidores que há anos, muitos anos atrás ou alguns anos atrás, quando pediam os terrenos, diziam ...olhe só temos de 1.000 m2, chega? Se não vá para outro lado.

Uma boa política de emprego passava necessariamente para quando há intenções de investimento, a Câmara, diz ... está aqui disponível, mas está disponível com as infraestruturas e isto é apostar no futuro, isto é trabalho construtivo, isto são empregos que fará radicar os Mirandelenses cá.

Também, em termos de emprego, era importante dar (porque me parece esquecido) um impulso ao Pólo Tecnológico. Penso que esse estará esquecido, pelo menos não tenho ouvido falar sobre ele.

Queria tocar também aqui a questão, uma questão que para o Sr. Presidente é a menina dos olhos dele, dizer que Mirandela está bonita e que toda a gente que vem cá, diz que Mirandela está bonita.

Eu lamento mas não tenho a mesma opinião, lamento muito dizê-lo que não tenho nada, nada, nada essa opinião. Mirandela se calhar usa muito baton, mas a saúde do corpo e da alma não estará assim tão boa quanto isso e passo a explicar porquê.

Convido até a Assembleia Municipal a fazer dois exercícios muito simples. Olhem para Mirandela e olhem para uma fotografia antiga de Mirandela e digam-me se conseguem encontrar na Mirandela de hoje, a Mirandela de antigamente.

Não é obviamente com as casas, com os edifícios degradados pela força do tempo, mas é com os edifícios e com a estrutura recuperada como ela era antigamente que nos faça lembrar, isto é estar de bem com a história, isto é continuar a mostrar Mirandela, Mirandela com respeito pela história, com respeito como era, mas utilizada e embelezada em função das tecnologias e daquilo que nos está à disposição nos dias de hoje e certamente, e é um exercício que eu lhes peço que façam, olhem para uma fotografia de Mirandela de há 50 anos atrás, olhem para uma fotografia de Mirandela hoje e não é a mesma coisa, está completamente descaracterizada e completamente descaracterizada e portanto ainda que eu dê os parabéns e está bonito, "a Ribeira de Carvalhais", mas isso é o baton, o de futuro está por fazer. Por outro lado também e já que falamos de Mirandela bonita, eu diria que também não existe PDM, não existe Plano de Urbanização e no Plano de Urbanização também temos que falar no atentado à natureza. Em Mirandela não somos amigos da natureza, se não reparem nas várias urbanizações, o volume de terras que se deslocam. É impressionante como se transformam montes em planícies, digamos assim. Isto não pode ser. Mirandela não é totalmente plana, não podemos estar e continuar a transferir volumes enormes de terras, não podemos estar a fazer castelos nas urbanizações, não podemos estar a fazer muros que são autênticas muralhas e que são castelos nas urbanizações, portanto Mirandela não é amigo da história, ou a urbanização de Mirandela não é amiga da história e não é amiga da natureza, portanto não é amiga de si própria e eu tenho que necessariamente não me rever nas posições do Sr. Presidente da Câmara, de dizer que Mirandela está bonita. Não está.

E já agora para terminar a minha intervenção e para que suba a taxa de popularidade do Sr. Presidente, era capaz de lhe deixar aqui um conselho: que imponha e que exija à Caixa Geral de Depósitos que suba mais um andar. Tenho dito.

Deputado Municipal Rui Fialho (CDS/PP):

Muito bom dia a todos.

Num país que se debate com enormes problemas económico-financeiros, verificamos que esta Câmara tem uma ideia completamente diferente da realidade, pois pensa que neste Concelho foi plantada uma árvore das patacas e logo gasta à grande e à francesa. Eu dou 2 exemplos:

- Manda sempre dois ou mais para cada (referente aos convites), manda sempre dois ou mais para cada evento e no dia anterior ainda o Sr. Presidente manda telefonar a confirmar se vamos ou não.
- Quanto ao Boletim, são sempre enviados pelos CTT dois ou mais, fora ainda os que vêm distribuídos pelos carteiros.

Poderia dar mais exemplos, mas todos sabemos como este executivo gasta os escassos recursos de que dispõe e como gasta indiscriminadamente com a despesa corrente (na ordem dos 80%), mas as despesas de capital foram, Sr. Presidente, uns míseros 37%.

Sobre as avaliações do IMI, aqui queria fazer um reparo porque parece-nos que a avaliadora da Câmara não está a ir ao local fazer estas avaliações e depois há valores astronómicos. Ela cinge-se aos valores que lhe vêm, a área e as divisões e isso tudo.

Eu conheço casos em que os proprietários desses prédios a cair, em degradação, não tem condições de habitabilidade e pagaram quase mil euros de Imposto de Selo e agora ainda lhe vem depois a contribuição.

Isto é que é preciso que a Câmara tenha atenção e que a sua avaliadora, neste caso é uma Senhora, a sua avaliadora se desloque e veja as condições para fazer estas avaliações. Tenho dito.

Deputado Municipal Aníbal Saldanha (PSD):

Bom dia a todos os presentes.

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Exm.º Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta, minhas Senhoras e meus Senhores, Comunicação Social.

Por não ter tido ainda a possibilidade de o fazer, permita-me Sr. Presidente que, antes de entrar propriamente nos assuntos pelos quais se reveste a minha intervenção, dirija as primeiras palavras às famílias das vítimas do acidente do comboio da linha do Tua para apresentar sentidos pêsames e também à Administração do Metro de Mirandela.

Queria por isso, enquanto membro desta Assembleia, louvar todas as acções desenvolvidas pelas entidades que de noite e de dia duma forma incansável desenvolveram acções para a recuperação dos corpos desaparecidos.

Apesar deste lamentável infortúnio, este não é motivo para o encerramento da linha do Tua. Tem o Ministério das Obras Públicas e a Refer, a responsabilidade de investir nela, no sentido de criar as devidas condições de segurança a todos aqueles que a utilizam e a nós cabe o papel principal na defesa da sua continuidade, porque é bom que se diga, o perigo do encerramento está sempre à espreita por causa da política economicista deste Governo. Como se sabe, a linha do Tua, foi desde 1887, ano da sua inauguração, até aos nossos dias o grande meio de transporte das nossas populações revestindo-se de igual importância também para o desenvolvimento turístico dos concelhos que a ladeiam. Seria uma perda irreparável o seu encerramento.

Apesar do fecho da maternidade e agora com este lamentável acidente, permita-me Sr. Presidente e Senhores Deputados, me regozije com algumas óptimas notícias.

Uma foi a confirmação de sede da Direcção Regional da Agricultura do Norte em Mirandela. Foi esta uma conquista fundamental de Mirandela e que me lembre penso ter sido este bem, o mais importante, criado em Mirandela depois do 25 de Abril de 1974. Não me custa por isso reconhecer politicamente, que esta foi uma óptima decisão do Governo.

Neste processo há que salientar sobretudo a importância que teve o Sr. Presidente da Câmara de Mirandela e o Sr. Director Regional. Esta decisão, foi fundamental para a fixação dos seus funcionários mas também para o desenvolvimento da agricultura da região de Trás-os-Montes e Alto Douro onde se espera que a reorganização orgânica que integra as listas de mobilidade especial e o sacrifício por que passam alguns dos funcionários, seja capaz de ajudar a criar uma nova **mentalidade associativa e uma agricultura mais rentável,** para isso é necessário que o Governo conceda apoios na criação de projectos a todos aqueles que queiram apostar nela sabendo-se que muitas vezes os programas de desenvolvimento rural são criados mas depois na prática não se aplicam.

Outra notícia que me deixou muito satisfeito e que aplaudo desde já, é a possibilidade da construção de mais um hospital em Mirandela, no caso concreto, o hospital Terra Quente. Muitas vezes critica-se por não sermos capazes de atrair investimento mas quando o temos critica-se na mesma. Esta não é forma de ajudar o desenvolvimento da nossa terra, a visão sobre o desenvolvimento tem que ir ao encontro da sociedade em

geral e não só de nós próprios porque senão quem perde somos todos nós. Seria de uma grande irresponsabilidade política se por uma questão de defesa partidária as bancadas aqui representadas não apoiassem este bem essencial como é a saúde, como sabemos vital para as populações do nosso concelho e limítrofes. Não estamos por isso em condições de rejeitar uma obra social desta importância. Não considero relevante saber se a sua construção é pública ou privada, este hospital no fundo vem criar mais uma opção para as populações locais, visando uma melhor qualidade de vida e ainda a criação sempre importante de postos de trabalho. Sou de opinião que a Câmara deve ter uma participação directa na gestão do novo hospital, pois mais facilmente pode ajudar a definir as necessidades locais.

Além destas óptimas notícias, não posso também deixar de assinalar mais uma conquista de grande importância ou seja a manutenção da urgência Médico-Cirúrgica do Hospital de Mirandela. A este propósito gostaria de salientar a excelente moção apresentada em 16/2 em nome do Grupo Municipal do PSD pela Sr.ª Deputada Elina Fraga e que foi exactamente ao encontro da voz do descontentamento das populações por estas estarem a ser espoliadas pelo Governo ao direito a bens fundamentais como é a saúde. É de aplaudir também a posição assumida pelo Grupo Municipal do PS que viu na importância deste serviço, um bem para as nossas populações porque na realidade é isso que interessa defender. A população do concelho foi também importante na defesa deste serviço.

Não posso ainda deixar de sublinhar a divulgação de importantes iniciativas por parte da Câmara nomeadamente, de eventos culturais e promoção dos produtos do nosso concelho como o azeite, azeitona e a alheira e que estão a levar cada vez mais longe o nome de Mirandela. A este propósito saliento a presença da Câmara de Mirandela em Lisboa no encontro que a casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, promoveu sobre o folar e o azeite. A Câmara fez-se representar com a exposição sobre a Terra Olea e ainda de fotografias alusivas à história do comboio da linha do Tua, que honrou ao mais alto nível o nosso concelho e a nossa região. Não há dúvida que tudo isto são razões suficientes para acreditar na estratégia traçada por este executivo no desenvolvimento do nosso concelho e região, contribuindo desta forma no combate ao desemprego e à desertificação, mas que, lamentavelmente o Governo, com esta política discriminatória, continua a penalizar cada vez mais o interior. Por esta razão torna-se urgente inverter esta situação. Exige-se por isso um maior investimento por parte do Estado, de forma a alterar toda esta política para bem das nossas populações, é isto que elas esperam de nós.

Muito obrigado.

Deputado Municipal Eduardo Almeida (CDS/PP):

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sr.ª s e Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia, saúdo também o público presente e a imprensa.

Todos nós sabemos as dificuldades que hoje muitas famílias têm para angariar o dinheiro suficiente para fazer face às despesas imprescindíveis para o seu dia-a-dia.

Por vezes, e isto acontece infelizmente muitas vezes, nós próprios não nos damos conta que um simples gesto pode marcar a diferença destas famílias.

Isto para dizer que há já vários meses, foi aprovada em reunião de Câmara uma proposta que visava a redução da taxa de consumo de água às famílias mais numerosas e com fracos recursos financeiros.

Pelo que atrás referi, falta fazer aquele pequeno gesto mas que será com toda a certeza muito importante para muitas famílias.

A minha pergunta é esta? Para quando a entrada em vigor daquilo que foi aprovado em reunião de Câmara?

E depois Sr. Presidente da Assembleia Municipal, depois de algumas intervenções que eu ouvi aqui hoje, eu penso que era importante, fornecer à Assembleia Municipal, um suporte informático, no sentido que possamos ver ou mostrar, que o poste estava mal, mas depois de cortado continuava mal, a água, o que está bem feito em Mirandela, o que está menos bem feito em Mirandela, porque eu penso que uma imagem vale mais que mil palavras e se tivéssemos um suporte informático que possamos apresentar aquilo que quiséssemos apresentar, para que todos os membros da Assembleia pudessem assim melhor deliberar e pensar nas coisas apresentadas, penso que seria um passo importante para esta Assembleia.

Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também, antes de dar a palavra julgo que a Mesa terá que dar uma resposta imediata.

Eu julgo que essa sugestão já aqui foi apresentada por outro Sr. Deputado, todavia e salvo melhor opinião, não obstante a boa opção que acabou de apresentar, que isso é papel das comissões que apoiam uma Assembleia.

Não está no âmbito nem no Regimento geral do funcionamento de uma Assembleia a apreciação objectiva, efectiva e técnica dessas questões, que devem vir já preparadas.

De qualquer modo, a Mesa irá remeter essa circunstância, essa sugestão para a Comissão Permanente e depois naturalmente que será tomada alguma decisão.

Secretário da Assembleia Municipal Jorge Pereira:

Senhor Presidente da Assembleia e demais elementos da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores e Assembleia Municipal.

O assunto que pretendo tratar, poderia ser incluído no ponto 4.7 da O.T., contudo porque ontem comemorámos o 33.º Aniversário do 25 de Abril, estará porventura mais enquadrado neste espaço da nossa Assembleia.

As questões da saúde, bem como muitos dos outros problemas com que o nosso Concelho e consequentemente a nossa Região se confrontam, não deveriam do meu ponto de vista, ser apenas equacionados em função de uma questão que em determinado momento nos aflige, no caso concreto, em torno da questão da saúde, ainda que tais questões sejam de primordial importância para o comum do cidadão. É que, se não temos boa saúde, corremos o risco de ter uma boa morte.

Já no mandato autárquico 1997/2001, aqui chamei à atenção para as diversas manobras tendo em vista subalternizar o Hospital de Mirandela, relativamente ao Hospital da Capital de Distrito. Sabe-se hoje e de resto confirmado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, que a valência médico-cirúrgica vem funcionando no nosso hospital numa perspectiva perfeitamente marginal.

As diversas manifestações que ao longo dos tempos foram acontecendo em Mirandela, supostamente na defesa da capacidade de intervenção do nosso hospital, iam tendo o apoio mais ou menos discreto, dos partidos políticos, tendo sempre em conta o facto de suportarem o Governo ou estarem na oposição.

Não se trata de chorar sobre o leite derramado, mas acredito piamente que o NÃO à regionalização veio acentuar e potenciar nos diversos domínios as dificuldades com que hoje nos confrontamos, neste particular justiça seja feita ao Sr. Presidente da Câmara Municipal pela atitude assumida nesta matéria.

Já quanto às elites dirigentes regionais, nomeadamente os 2 maiores partidos que têm liderado o Governo, têm olhado exclusivamente para o seu quintal, porque não dizer, para a sua barriga, preocupando-se e entretendo-se apenas e só, em jogos de bastidores por forma a manterem a sua sustentação política, tudo o resto, aquilo que de facto interessa e é realmente importante, para quem os elegeu, não passa de mera retórica de circunstância, basta para tal olhar o estado da Nação.

Quanto à questão em discussão, (Ponto 4.7 sobre o Hospital) do meu ponto de vista, ela é também fruto da falta de um olhar estratégico para a Região.

Não obstante, pelos mesmos motivos que participei na manifestação de Setembro passado, hoje, exactamente pela mesma razão, continuaria a participar, contudo, nunca perdi de vista que provavelmente parte da história não nos estaria a ser contada.

Nunca tive nem tenho uma visão estatizante da Sociedade em geral, muito menos e em particular do sector da saúde, contudo, de uma coisa parece não haver dúvidas, os mais carenciados, aqueles que mais nos devem preocupar, terão o acesso condicionado ao suposto hospital privado, além de que eventualmente, esta unidade de saúde, tal como referiu Marques Mendes no último fim de semana, poderá integrar o liberalismo selvagem no SNS.

Sei que a minha opinião, porventura, pouco eco pode ter junto de alguns sectores, contudo, também para manifestar todo o meu desencanto pela forma como todos temos vindo a ser tratados pelos políticos, bem como que em jeito de reinvenção do sonho de Abril, momentos puros de valores e ideais, o meu voto, vai no sentido da abstenção.

Termino com a notícia e um apelo, em minha opinião poderá ser a luz ao fundo do túnel, é hoje registado em Coimbra um movimento P'ro regionalização, tal como acontece com os países Europeus devidamente organizados, será por esta via que a nossa região encontrará o progresso que todos almejamos, assim, empenhemo-nos todos em torno desta região.

Tinha mais 2 assuntos, se bem que um deles já o esclareci com o Eng.º Branco, mas já agora não me esqueço de aqui os referir publicamente, que tem a ver com a questão dos canídeos, a qual apesar da resposta que não obtive na Assembleia de Fevereiro passado, antes um comentário, em minha opinião, pouco condizente com a situação, dando mesmo a ideia que se trata de algo perfeitamente desprezível, é para mim, matéria cada vez mais a ter em conta, desde logo, basta lembrar o trabalho sobre o tema elaborado pelo Jornal de Notícias, em edição de fim de semana, no passado mês de Fevereiro na área do Grande Porto.

Entretanto e na sequência da solicitação da Junta de Freguesia de Frechas, foi finalmente (e ainda bem) efectuada uma primeira captura de canídeos no passado dia 11, a qual até deu os seus frutos, só que, qual é o meu espanto, não sei baseado em que fundamento, ou com que objectivo, diz-se na carta da CMM que marca a captura que é necessária a presença do Presidente de Junta de Freguesia.

Face a tal solicitação, tentei por diversos meios indagar, qual o regulamento ou dispositivo legal que determina esta presença, como não encontrei, cheguei mesmo a ponderar: - Será que se trata de uma ordem

da Câmara Municipal a transmitir à Junta de Freguesia? Pela minha parte, como é óbvio recuso-me a aceitar, pois, ninguém tem dúvidas que as Juntas de Freguesia não são hierarquicamente dependentes das CM, embora ambos Órgãos Autárquicos com competências distintas e definidas por Lei, com objectivos que cada um prossegue e concorreram para o mesmo fim, devendo isso sim, existir um perfeito entendimento. Contudo, até porque era a primeira captura, jamais seria pela minha parte que tal deixaria de acontecer.

Face ao sucedido, gostaria de ser esclarecido, qual o regulamento ou dispositivo legal que determina a presença do Presidente da Junta de Freguesia, ou então com que fundamento ou objectivo que visa tal ideia?

Eventualmente debitar ao Presidente da Junta o ónus desta acção porventura impopular? Do meu ponto de vista é um engano. Se uma ou outra pessoa não concorda com tal medida, estou convencido que a grande maioria concorda com ela e a aplaudem, portanto esse número é muito superior.

Em minha opinião, o Presidente da Junta, não sendo por determinação legal, não deve estar, pois a sua presença pode acabar por ser prejudicial, na medida em que poderá pactuar com uma ou outra situação, pois não podemos perder de vista as relações de vizinhança que sempre se estabelecem.

Quanto às outras presenças, poderei até compreender, se efectivamente houve atitudes pouco agradáveis para com o pessoal da CM, a autoridade policial deve estar presente, pois têm também como missão, manter a ordem e fazer cumprir a Lei.

Sr. Presidente da Câmara, outro assunto que em Frechas é tema dominante, prende-se com a existência de uns barracos encostados a um dos acessos à Igreja, bem como aos terrenos onde está a nascer uma urbanização de 39 moradias.

Já em Junho de 2006 dei conta desta situação à CM. Há dias, tive conhecimento que os serviços jurídicos, transmitiram com clareza, qual a decisão que deveria ser tomada, contudo e apesar de decorrido todo este tempo, nada avançou.

Entretanto, na sequência de informação que me foi transmitida pelo Sr. Vice Presidente da CM, verbalmente dei conta desta situação à Brigada do Ambiente da GNR, ainda que entenda que tal não deveria ser necessário, pois a CM tem competências legais quanto baste para resolver este caso.

Sr. Presidente, fruto do investimento Municipal e agora também da urbanização privada, Frechas tem vivido uma autêntica revolução urbana.

Há alguns dias, entusiasmado e conversando com um amigo meu sobre tudo isto, bem como sobre a existência desses barracos, o meu amigo, transmitiu-me a seguinte imagem, estamos perante a figura que mete um fulano muito bem vestido de fato domingueiro e gravata, só que, calçado com uns chinelos velhos. Portanto não diz a letra com a careta.

Perante tal realidade impõe-se que seja tomada uma decisão, até porque, do meu ponto de vista, haverá trabalhos que devem ser executados em complementaridade e coordenação com os trabalhos em curso da referida urbanização.

Sei e compreendo que há decisões que não são fáceis. Haverá eventualmente pressões ou tentativas para adiar o problema, só que o poder local, não se pode deixar condicionar com tais situações, até porque, neste caso concreto, o Povo de Frechas jamais aceitaria que, quem tem de decidir, se demitisse de o fazer.

Termino com mais um apelo. Sr. Presidente: Este assunto requer uma decisão rápida; é urgente que ela seja tomada por quem tem atribuições e competências legais sobre a matéria.

Permitir-se que esta situação se arraste, em minha opinião, estamos a questionar todos os investimentos públicos efectuados em Frechas. Disse.

Deputado Municipal Humberto Cordeiro (PSD):

Bom dia a todos.

Sr Presidente da Assembleia e respectiva Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Caros Colegas, Meus Senhores e minhas Senhoras

Numa altura em que parecer ter acalmado a onda de fecho de serviços básicos que o actual Governo tem feito questão de nos sonegar, julgamos, apesar de tudo, que o saldo é claramente positivo.

Importa pois, salientar e enaltecer o trabalho de muitos Mirandelenses que realizaram, em prol destas difíceis, mas saborosas vitórias, que a todos irão certamente beneficiar no futuro.

Pessoalmente, quero manifestar publicamente o meu agradecimento aos Presidentes da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal e a todo executivo, pela forma responsável, competente e com elevado sentido de antecipação, cujo contributo se mostrou decisivo para o sucesso das missões para que foram chamados e que tão bem nos souberam representar.

Ao Grupo Municipal e á estrutura local do PSD, pela capacidade organizativa e de mobilização ao longo de todo o processo, sabendo sempre com antecipação, resolver as situações, que pudessem interferir negativamente no andamento dos vários dossiers.

Ao grupo Municipal e à estrutura local do Partido Socialista, apresento as minhas felicitações pela forma digna e responsável, demonstradas na defesa dos verdadeiros interesses e legítimos anseios dos Mirandelenses, da região e do concelho, cujo contributo foi também muito importante.

Ao Grupo Municipal da CDU, na pessoa do sr. Garrido, que, com a sua peculiar irreverência, frontalidade, simplicidade e sentido prático, soube sempre estar a par e passo, à altura dos superiores interesses do município.

Aos presidentes de junta de todas as freguesias, que nos deram, mais uma vez, uma verdadeira lição de mobilização e de empenhamento pessoal, demonstrando, que quando toca a rebate, sabem bem o que devem fazer.

Cabe aqui também uma palavra de sincero agradecimento ao Director Regional de Agricultura de Trás-os-Montes, Sr. Arquitecto Carlos Guerra, pela forma empenhada e de inquestionável valor, confirmando e justificando com mestria, junto do poder central, as verdadeiras razões, para que a decisão da sede de tão importante organismo público, recaísse em Mirandela.

A todos os Mirandelenses, uma palavra de profundo reconhecimento. Souberam responder massivamente ao chamamento e a eles se deve também o êxito das movimentações levadas a cabo que muito influenciaram as decisões finais.

Finalmente, uma palavra de agradecimento a alguns amigos e simpatizantes do CDS/PP, que disseram sempre pronto, quando para isso foram chamados. Infelizmente, o mesmo não se pode dizer da sua estrutura local, e de alguns dos seus vereadores, que salvo algumas palavras de circunstância, não assumiram publicamente posições de quão importantes e necessários seriam os vários serviços públicos postos em causa.

Não quero crer, que estariam com receio que o actual executivo pudesse retirar dividendos políticos de tais conquistas. O ostracismo a que se submeteram, é deveras significativo. Muito obrigado.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Muito obrigado, bom dia a todos e a todas, vou procurar ser o mais breve possível, a série de temas avulso que gostava de trazer aqui, começava antes de mais, com a questão do suporte informático, que foi aqui já solicitado uma vez e novamente pelo membro da minha bancada e devo dizer Sr. Presidente que não me agradou a resposta, porque eu acho que é uma resposta demasiado institucional e gostava de ouvir de si um compromisso, dizer sim senhor, vamos avançar com isso, e vamos pedir à Comissão Permanente que eu não sei quando é que se vai reunir para tratar esses assuntos, mas já agora que se vai reunir para tratar esses assuntos, então eu posso-lhe enumerar mais ou menos o que é que seria necessário para temos aqui para melhor desempenhar as nossas funções.

Precisaríamos, visto que houve aqui uma vez a necessidade de trazer um computador portátil para mostrar umas fotografias, seria necessário esse computador portátil ligado a um datashow e a respectiva tela onde fossem apresentadas as imagens. Mas claro que pedir isto quando nem sequer temos mesas para escrever ou nem sequer temos uma garrafa de água para beber, quer dizer, é demasiado avançado de facto.

Outra questão é o acesso à Internet Wireless, que já está disponível há algum tempo nesta sala e para minha surpresa, de algumas reuniões para cá, tenho visto o Dr. Maçaira, sentado com o seu computador portátil aberto e a trabalhar e sei identificar precisamente o aparelho que está lá em cima, pergunto, quando já foi solicitado que esse acesso à Internet, que fosse colocado aqui um sistema wireless de livre acesso para os deputados, porque têm outra vida profissional, também querem consultar o e-mail numa folga ou porque querem consultar a Internet sobre um tema que estão aqui a discutir e podem precisar de dados.

Em suma, estamos a falar de um melhor desempenho da nossa função em pleno século XXI e portanto achei de mau gosto que isto já estivesse a funcionar e que não tivesse sido comunicado aos membros desta Assembleia.

Já agora também pedia para que transmitisse à Comissão Permanente que fosse facultado um espaço próprio para a Assembleia no portal da Câmara, que fosse providenciado um e-mail institucional a cada deputado, porque os Srs. Presidentes de Junta já têm, já têm o espaço Internet, alguns deles, criado, mas se não têm, seja providenciado na mesma, porque por inerência são também membros desta Assembleia. E um espaço para uma página pessoal, onde a gente possa colocar o perfil, que aliás até devia ser obrigatório. Infelizmente a lei não pede isso, mas mais cedo ou mais tarde também será revisto e penso que isso vai passar a ser obrigatório.

Relativamente a outros assuntos, quanto aqui ao apoio informático é tudo, agradeço-lhe então que tome essas providências ou que o comunique à Comissão Permanente.

Gostava aqui também de referir o seguinte:

Há pouco o Sr. Deputado Baltazar referiu que de facto não concorda com o facto da cidade não estar assim tão bonita, eu também já a vi em melhores dias, no que toca os ajardinamentos da cidade, eu não vi nada de inovador, mas por outro lado há aqui que realçar o que foi feito de novo e porque a inauguração vai ser agora, eu queria dar um agradecimento, vá lá, ou os parabéns à equipa técnica do GAT, pela obra bonita de embelezamento da Ribeira de Carvalhais e portanto, porque esses técnicos geralmente permanecem na sombra e a gente convém também reconhecer-lhes o valor, tal qual o Sr. Eng.º Baltazar também fez relativamente aos profissionais da saúde e portanto os meus parabéns a essa equipa.

Outros temas que trago aqui, um deles é o da Agenda.

A Agenda do Município é um instrumento de propaganda do Presidente, ponto, basta. Não é mais nada, é só isso.

Eu trago-lhe aqui 2 exemplares do que é a Agenda Cultural do Município de Setúbal, onde eu vivi até muito recentemente e até lhe trago com 2 capas, uma com o Santo Padre e outra com o Zeca Afonso, é para dizer que nem puxa à direita nem puxa à esquerda, trago aqui um exemplar de cada.

Gostaria de dar ao Executivo para que tome como exemplo e o exemplo está que em nenhuma destas páginas vem cá uma mensagem do Sr. Presidente ou da Sr.ª Presidente do Município de Setúbal, nem de fotografias de obra feita, etc. É pura e simplesmente uma Agenda Cultural e de promoção de turismo e é portanto um exemplo apartidário e apolítico, visto que estamos a falar de dinheiros públicos e portanto estamos a falar de dinheiro público e portanto eu acho que esse não devia ser utilizado para campanhas partidárias institucionais.

Um outro assunto é a questão do projecto Terra Olea que finda a 31 de Maio, o Sr. Presidente considera que de facto não obstante o projecto finde e portanto o programa que o financiou deixe de existir, os objectivos mantêm-se para novas candidaturas a Fundos Europeus. E eu espero que sim, o facto é que já houve, foi aqui levantado uma vez um financiamento da Operação Norte para propósito de organização de grandes eventos, grandes conferências internacionais e que poderia ter sido utilizado perfeitamente para uma conferência deste tipo com os produtores e distribuidores de Azeite, porque o meu problema com os instrumentos que têm sido utilizados pelo Terra Olea é que são de consumo imediato, sim de promoção e essa é boa, não tenho nada contra as feiras gastronómicas, feira do azeite, alguma promoção em feiras, em Lisboa, penso que foi aqui mencionado recentemente.

Agora é preciso ter em conta o seguinte: as pessoas que vão à feira gastronómica, comem e vão-se embora. Vão com uma boa impressão do azeite, mas qual é o valor acrescentado que isso traz para os produtores? Coloca o azeite nas redes de distribuição? Eu vou para um restaurante em Lisboa ou mesmo aqui em Mirandela, que agora como sabem são obrigados a colocar o azeite em garrafas seladas. Eu encontro o azeite da terra quente dos produtores que estiveram envolvidos neste projecto "Terra Olea" nesses restaurantes? Não encontro. Eu não tenho encontrado e de facto é isso que é preciso rever, que tipos de instrumentos utilizam, continuar a fazer a promoção, acho que tem que se continuar a fazer, mas virar mais para instrumentos que de facto coloquem o produto nas redes de distribuição.

E depois há outra série de questões ligadas à bioenergia que eu também já aqui levantei e outras à indústria de transformação do azeite, nomeadamente cosméticos, etc. que foi aqui levantado algumas sessões atrás.

Isto é tudo relativamente à Terra Olea.

E por último foi também aqui mencionada a questão da linha de comboio e eu de facto fui confrontado há tempos com uma notícia no Público, quinta-feira Feira de 29 de Março e que mencionava o seguinte:

"Que um professor da Universidade de Coimbra atribuía a causa do acidente de comboio em Fevereiro na linha do Tua a uma deformação na ferrovia, afastando a possibilidade de colisão com blocos de pedra."

Eu não sei qual é a validade deste estudo, de facto eu não sei os resultados dos inquéritos que foram feitos, mas visto que a Refer também pretendia fazer algum investimento na linha, eu gostaria que o Executivo, que acompanhou este assunto de perto, que me explicasse como é que estamos relativamente a esta situação e se este estudo tem alguma validade, se não tem, o que é que foi apurado, etc.. E por agora é tudo, muito obrigado pela vossa atenção.

Presidente da Assembleia Municipal:

No que respeita à questão da informática que já aqui foi ventilado, permita dizer-lhe que a Mesa não está aqui para agradar. A resposta não lhe agradou, lamento profundamente mas também não é esse o meu papel. O papel da mesa é gerir, é respeitar o Regulamento e fazer o melhor que pode, pondo a boa ordem na função e no decurso da Assembleia.

Nós tomamos conta dessas sugestões, iremos naturalmente registá-las e apreciá-las em lugar próprio, que é na Comissão.

Eu não sabia que já estavam algumas capacidades instaladas, vemos muito bem que os Srs. Deputados possam utilizar as virtudes e o favor da informática e naturalmente que lhe daremos resposta e faremos o que houver por bem nessa matéria.

No que respeita à água, perdoe-me a ironia, não quereria ir por aí, mas julgo que a água está ao dispor de todos, bastava pedir à senhora que apoia e tão bem, tanto tem sido eficaz, para pedir a água e naturalmente julgo que aqui isso nem merecia qualquer comentário.

Não havendo mais nenhuma inscrição... está a pedir a palavra? O tempo passou, devia ter feito o seu registo, tenho que pedir à Assembleia para me autorizar a continuar. O Regimento impõe isso. Todavia, se for uma intervenção rápida. Quer dizer o motivo, por favor? É um motivo pessoal? Bom se é um motivo pessoal faz favor e pedia-lhe o favor de ser sintético e rápido, julgo que a Assembleia me tolerará esta ...como sabe e eu recomendava que fosse visto o Regimento, porque a mesa precisa de pedir autorização para ter mais uma hora.

O Sr. vai ler alguma intervenção? Faça favor. Se conseguir transmitir à Assembleia em síntese o que o apoquenta, se é um motivo pessoal, faz favor, tem a palavra.

Deputado Municipal Alberto José Pires da Silva (CDS/PP):

Muito bom dia a todos.

Exm.º Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e restantes Membros, Exm.º Senhor Presidente da Câmara Municipal e restante vereação, Exm.º s Senhores Membros da Assembleia Municipal, minhas Senhoras e meus Senhores:

Diria para começar que na natureza nada se perde, tudo se transforma. Faz parte da natureza humana que na vida pessoal de cada um, todas as opções tomadas em determinadas alturas e em determinadas circunstâncias nunca são em vão, desde que estas sejam em prol dos objectivos pretendidos e que vão de encontro com as nossas convicções. As opções erradas servem para corrigir o presente e pensar no futuro e encontrar o caminho mais de acordo com aquilo que acreditamos ser o melhor.

Mas entre o ser e o não ser existe uma infinidade de probabilidades que fazem a razão das nossas convicções, que nem sempre são as mais correctas.

Após o convite de alguns munícipes da Freguesia de Passos, aceitei encabeçar um movimento independente para concorrer à Junta de Freguesia de Passos. Mais tarde e a convite do Sr. Arquitecto Doutel aceitámos concorrer nas listas do CDS/PP. Não por questões ideológicas ou partidárias, com as quais nunca me identifiquei, mas porque acreditei no projecto que o CDS/PP tinha para Mirandela. Lutei e empenhei-me na defesa desse projecto porque acredito ser uma forma de rentabilizar o espaço rural e fazer face à constante desertificação.

Mas isso faz parte do passado, assim como as últimas eleições autárquicas que colocou o CDS/PP na oposição. Não é por isso que deixa de ser um lugar honroso e que exija de igual forma empenho e determinação dos eleitos.

Não estou neste lugar por questões pessoais muito menos partidárias.

Acredito sim ter um projecto para os Passos, exequível mas que é necessário o empenho de todos, mesmo daqueles que não pretendem trabalhar porque não criando obstáculos já ajudam.

Nunca coloquei questões pessoais ou partidárias neste curto espaço de tempo do meu mandato. Evitei e combati perseguições pessoais e partidárias. Entendo que o interesse colectivo deve sempre sobrepor-se ao interesse pessoal e partidário. Entendo também que devem ser tomadas decisões, embora que radicais, sempre que o interesse colectivo esteja ameaçado, mesmo que não seja de interesse partidário.

Por questões de divergências de posições tomadas, por aquilo que representa actualmente o CDS/PP, aumenta a nossa distância. Não é por mais uns votos que se ganha a razão. As maiorias não são donas da verdade e a verdade aumenta quanto mais espaço se dá às minorias.

Assim e por questão de ética política, informo a Assembleia e o seu Presidente que deixarei de integrar o grupo municipal do CDS/PP, pelo qual fui eleito, passando a exercer o meu mandato como independente, conforme previsto no ponto 4 do art.º 15.º da secção II do capítulo I do Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela.

Não quero terminar sem agradecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Silvano o encorajamento que me tem dado a nível pessoal, a forma empenhada e incondicional que teve na tentativa da resolução de algumas divergências no seio da Junta de Freguesia de Passos.

Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

A Mesa regista essa informação.

Então passamos ao ponto seguinte que concede a palavra ao Sr. Presidente, que naturalmente aproveitará para esclarecimento.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Desculpem lá mas eu começo a lamentar as noites que parece que perdi na alteração do regimento, porque é facto, é que no Período Antes da Ordem do Dia, na alteração do Regimento que foi feita (e eu estou

a ver aqui assim gente a abanar com a cabeça) não está prevista, eu não quero tirar a palavra ao Sr. Presidente, porque tenho no ponto seguinte para esclarecer tudo e todos, na vida e estado do Município. Agora por aquilo que foi alterado não é neste ponto da Ordem de Trabalhos, como não foi algumas intervenções que foram feitas. Sob pena do que é que andamos a fazer, afinal o Regimento serve para quê? Porque o Sr. Presidente pode perfeitamente responder a esta situação e não ultrapassa a hora, no ponto seguinte.

Presidente da Assembleia Municipal:

.....a sua intervenção, não sei onde houve alteração do regimento, o que é que o Sr. quis significar, que o Sr. Presidente tinha a palavra para responder ou o contrário?

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Tinha a palavra para responder anteriormente e agora não lhe é dada. Neste ponto «Antes da Ordem do Dia», o que está escrito no Regimento, não é perguntas ao Município, nem é respostas do Município. Foram feitas perguntas que não deviam ter sido feitas, na minha opinião e aquilo que foi discutido no Regimento e as respostas do Sr. Presidente é no ponto seguinte, não é no ponto Antes da Ordem do Dia, pela alteração que se fez.

Presidente da Assembleia Municipal:

O que eu constato afinal e a Mesa constata é que o Sr. Deputado não esteve com atenção, porque se eu for ouvir o meu registo, que deve estar gravado, é exactamente isso. Eu não concedi a palavra ao Sr. Presidente.

Eu ia dar a palavra ao Sr. Presidente no ponto seguinte da Ordem do Dia, acrescentando que podia eventualmente dar algum esclarecimento mais objectivo e com maior eficácia para a Assembleia.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Se assim é, peço desculpa. Eu pensei que ainda estávamos no Período de Antes da Ordem do Dia. Se assim é o que o Sr. Presidente está a dizer, peço desculpa.

Presidente da Assembleia Municipal:

Eu aceito a sua desculpa porque sempre nos temos dado bem, temos respeitado os nossos entendimentos.

Já agora aproveito para informar a Assembleia do seguinte:

Quando estava no início da palavra para dar esta informação à Assembleia o Secretário Dr. Cordeiro, estava a chamar a atenção que não o fizesse para dar a palavra, exactamente, eu continuei na senda do meu entendimento, que era esse e que parece que respeita o espírito do Regimento desta Assembleia.

Nestas circunstâncias, vamos continuar, muito obrigado, Sr. Presidente tem a palavra.

4.º PONTO: PERIODO DA ORDEM DO DIA:

4.1 – APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO ART.º 53.º DO DECRETO LEI N.º 169/99 DE 18 DE SETEMBRO.

Presidente da Câmara Municipal:

Muito obrigado Sr, Presidente da Mesa, muito obrigado Srs. Membros da assembleia Municipal, com esta alteração estatutária também os Srs. Membros da Assembleia Municipal devem reflectir no ponto em que têm que fazer as suas intervenções, porque senão também ficam perguntas por responder e isso é delicado também.

O Sr. Garrido tem razão e se o ponto mudou para uns, também mudou para os temas que há que apresentar Antes da Ordem do dia.

Mas vamos à questão essencial, que essa é a que me apraz registar aqui.

Primeiro, 11 intervenientes Antes da Ordem do Dia, o que é notável, o que é expectante em termos de interesse dos membros da Assembleia Municipal, por estas questões do Município e por estas questões de Mirandela, que nos apaixona a todos com certeza absoluta.

Em relação a 2 moções postas já no início e eu começo já por aqui, uma sobre o QREN, do Sr. Garrido, outra sobre a água, do Dr. Maximino Monteiro, eu peço a todos os membros desta Assembleia Municipal, que não tenham problemas de consciência e votem as duas favoravelmente, mas votem-nas com consciência, o que queremos sempre é que as questões e as coisas sejam melhores do que aquilo que estão, agora com a consciência também da realidade das duas coisas.

A primeira é que é muito importante a moção do QREN mas que não corresponde nada à organização aprovada por este Governo para a execução do QREN, porque se houve QREN onde houve concentração de decisões, foi sobre este QREN. Os autarcas que tinham assento no outro QREN agora deixam de ter. A nível nacional só tem o Presidente da Associação Nacional de Municípios e a nível de Nuts só tem um Presidente de Câmara, representante de cada Nut, quando antes eram dois por cada programa e por cada programa desconcentrado ou decentralizado, para verem a diferença que existe aqui.

Portanto, verbas também ainda não há definidas, acabou as cotas, não há verbas por município no próximo Quadro de Referência de Estratégia Nacional, depende dos projectos, bons ou maus, apresentados por cada município mas agora não há verbas a discutir por cada município.

Eu acho muito bem que essas preocupações cheguem e que possam alterar a estratégia existente e por isso peço a todos que votem esta moção, porque pode ser que o que não conseguimos nestes dois anos deste QREN, possamos conseguir com uma moção da Assembleia Municipal.

Em relação à outra moção da qualidade da água nas Aguieiras, também a mesma coisa, votem todos, porque neste momento não é a qualidade das 11 aldeias das Aguieiras que está em causa, é também a Freguesia de Rebordelo, a Freguesia da Torre D. Chama e algumas aldeias do concelho de Macedo de Cavaleiros que vão ser abastecidos da mesma estação de tratamento de água, levada a efeito nas Aguieiras e portanto vai ter toda esta situação envolvente.

As Águas de Trás-os-Montes vão abastecer toda esta área que eu vos acabei de referir. Está em curso um plano para que a água chegue em boas condições a todos os sítios e tem um ano para o desenvolver. A causa dessa água turva que chega às torneiras em muitas alturas, não é uma questão de saúde pública, como diz o Dr. Maximino. Os próprios técnicos e o Delegado de Saúde já se pronunciaram sobre isso, senão nem podia estar sequer a água a ser fornecida. É uma questão que prejudica fortemente os munícipes consumidores porque lhes deteriora os equipamentos e as roupas. A questão vai ser resolvida pelas Águas de Trás-os-Montes, porque eles vão fazer o abastecimento também na Torre e em Rebordelo, além de outras aldeias do Concelho de Macedo de Cavaleiros.

Como vos disse, deve-se essencialmente à bombagem das duas mini-hídricas que existem naquele local, principalmente a mais próxima, que faz com que os filtros finos da mini-hídrica levantem as respectivas poeiras e as respectivas areias no final do poço e faz com que elas entrem nas captações, isto em termos técnicos, segundo o Engenheiro responsável por aquilo. Convém dizer aqui que essas mini-hídricas são exclusivamente da responsabilidade da Câmara de Vinhais e da Câmara de Valpaços, porque Mirandela, já prevendo isso, não quis entrar sequer nesta sociedade. É preciso que estas questões fiquem claras antes de votarem e que votem essa questão e votem-na afirmativamente.

Em relação ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Franco, dizer-lhe apenas que o acesso Oeste, enquanto não estiver resolvido a sua composição, isto é enquanto agora não lançarmos a obra, cujo projecto já temos encomendado, não vai resolver a totalidade do percurso, pode resolver pontualmente.

Como esta obra é uma das prioridades deste mandato, esperamos que no final do mandato e com o traçado novo e rectificado essas questões acabem a benefício dos automobilistas, como é evidente.

Em relação à questão que pôs o Eng.º Baltazar, à intervenção que fez, o Eng.º Baltazar hoje e com a mesma frontalidade e transparência e isenção, conseguiu fazer aqui uma coisa que eu já estava à espera há algum tempo, isto é, fez umas intervenções em determinada altura contra o PS e hoje tinha que ficar com a sua consciência harmonizada, defendendo o Partido Socialista. Nada de anormal também nessa matéria. É uma questão perfeitamente esperada. Quando nós pertencemos a determinadas forças políticas, temos que em determinadas alturas, em detrimento do Concelho e eu não tenho isso sequer em dúvida, nem nunca pus em dúvida, do interesse do Concelho, tomar posições, que às vezes ferem as estruturas dos nossos partidos e depois temos também a tendência natural, depois das coisas resolvidas, de tentarmos ficar de consciência tranquila e de harmonização com a política e os partidos a que pertencemos. Senão vejamos: aquilo que eu entendo que foi aqui dito e que tem a sua consistência.

Em primeiro lugar, dizer-lhe que é verdade, só não é um Decreto-Lei que eu me enganei, mas é uma Resolução do Conselho de Ministros, que foi tomada pelo Ministro da Saúde, que, (foi no Governo do PSD/CDS e isto que fique claro, não sei se foi quando estava já o Dr. Adão Silva Secretário de Estado se foi depois, mas vou precisar a data em que foi) foi reorganizado o Serviço de Urgências Nacional e em que não havia a classificação de urgências neste domínio, não havia as básicas, as médico-cirúrgicas ou as polivalentes, havia outra classificação e onde o que existia é através dessa resolução do Conselho de Ministros, era no Distrito de Bragança só havia uma urgência classificada como cirúrgica, na altura não se chamavam médico-cirúrgica, básicas ou outras, mas tinham esta importância distrital. E essa urgência era a do Hospital Distrital de Bragança e rigorosamente mais nenhuma.

Só que esse Governo que tomou essa medida através da Resolução do Conselho de Ministros, não a quis ou não consegui levá-la à prática e ficaram a funcionar na mesma medida os dois hospitais como estavam, mas sem a referência, sem a classificação nacional atribuída.

E isso levou a que, quando foi a discussão da própria maternidade, a questão que se pôs em termos simples, foi que um dos argumentos fundamentais, foi que a maternidade não podia ficar em Mirandela, porque não tinha o hospital de Mirandela, ou não estava classificado e eles diziam que não tinha urgência médico-cirúrgica.

Facilmente se compreenderia que onde não houvesse uma urgência médico-cirúrgica, não havia bloco operatório a funcionar, não se podiam ter partos, isto é lógico, normal, era um dos grandes argumentos sobre essa matéria.

E isto é verdade, que foi desclassificada em termos de rede de urgências nacionais o de Mirandela e que esta situação actual, além de criar a urgência médico-cirúrgica a inclui na rede nacional de urgências, aliás o Sr. Ministro já prestou declarações na Comunicação Social, através da Televisão, sobre as duas excepções e agora talvez a do Curry Cabral em Lisboa, sobre esta matéria da classificação das urgências médico-cirúrgicas em termos da rede nacional de urgências médico-cirúrgicas.

Isto é verdade, isto é uma grande conquista e isto é uma grande luta que se travou para se conseguir este objectivo.

Quando eu disse na minha entrevista à rádio e folgo muito que muitos Mirandelenses a tivessem ouvido, "que eu fiz", é uma maneira de apresentar as coisas.

Agora o que eu tenho que dizer sobre isto e digo-vos com toda a clareza, discordando daqueles que acham doutra forma e cada um tem a sua opinião, é que esta luta, quer da urgência médico-cirúrgica, quer da Direcção Regional da Agricultura, quer da PSP, quer a que vem aí também do ensino superior, só se ganharam e volto a repetir é a minha convicção profunda, só se ganharam pelo povo transmontano, já nem é só o povo de Mirandela, foi a luta do povo transmontano.

Primeiro que começou em Mirandela através da Maternidade e através do Serviço de Urgência que já na altura nos preocupava, "2 manifestações em Mirandela que ultrapassaram as 5.000 pessoas."

Em segundo lugar, a última manifestação no Alto Tâmega e o que ela deu de impulso, é porque foi o Alto Tâmega o primeiro a ter esta situação resolvida de acordo com aquilo que nós pretendemos em Mirandela.

Se houve alguém vencedor nestas matérias, meus amigos, foi o povo transmontano e foi a luta que se desencadeou. Discordo frontalmente daqueles que dizem que foi o diálogo e discordo que são opiniões, discordo totalmente, porque o diálogo pode existir, mas para ter frutos, têm que as pessoas estar e tinham que estar pressionadas, porque se fosse o diálogo e se fosse a vontade do Sr. Ministro, eu não tinha recebido, mesmo a 24 horas de distância da assinatura do protocolo, um protocolo diferente, que não punha a urgência médico-cirúrgica, apenas a punha a urgência com apoio cirúrgico.

Era isto que estava ainda 24 horas antes desta assinatura em Bragança, no Governo Civil.

Foi a luta travada ao longo destes tempos todos e o que ela poderia ter de efeitos no futuro e na desestabilização deste processo, porque era preciso que mais oito concelhos assinassem protocolos, onde esses sim, perderam alguma coisa que foi o médico à noite, em presença física, pelo menos isso perderam e não venham dizer que isso é um ganho, porque isso é uma perda, em presença física não estão em oito centros de saúde à noite médicos, só estão em prevenção e mesmo assim e foi essas pressões todas à volta, que fizeram no meu entendimento com que a urgência médico-cirúrgica de Mirandela e em complementaridade com o ambulatório, ficasse em Mirandela. Volto a repetir que é a minha convicção profunda que levou a estas situações.

E por isso, também essas batalhas começaram aqui. Começaram em Mirandela, basta olhar para o País e honra seja feita a isso, é porque vocês nunca tinham ouvido falar, nem em marchas lentas, nem em coisas parecidas. Pelos vistos hoje foi tudo a seguir, foi tudo postais, foi tudo marchas lentas, foi tudo uma situação que Mirandela deu origem, quer se queira, quer não se queira e que o Sr. Ministro e aliás eu tenho prova evidente de que aquele célebre cartaz do IP4, que toda a gente desvaloriza, foi a primeira questão que fez com que os membros do Governo, a nível superior se mentalizassem para o que podia ser a ebulição nesta Região. E dou-vos dois exemplos muito simples: um da visita do Sr. Primeiro Ministro a Mirandela, que fez aqui o Governo presente, ou pelo menos num jantar, onde o Primeiro Ministro que trouxe e que até foi a meio da viagem ter ao Laboratório, foi o Ministro da Saúde, para poder discutir comigo e com os Presidentes de Câmara do Distrito, a questão da saúde, porque tinha visto levantar a questão da interioridade, que tinha visto levantada naquele cartaz no IP4.

E começou a sua intervenção por aí, ele próprio foi sensível a esse cartaz, criticando é evidente, mas o cartaz despoletou a discussão da desertificação.

Mas mais ainda marcado do que isto, foi o Sr. Presidente da República vir ao Distrito de Bragança e apresentar a sua visita e como motivo da sua visita, à Comunicação Social e na reunião e que são testemunha os Presidentes de Câmara todos do Distrito, dizer que o primeiro ou dos primeiros distritos a quem tinha que vir, era àquele a quem conseguiu uma vez ver um cartaz no IP4 onde dizia que ali terminava Portugal e portanto ele queria saber as realidades da desertificação deste Distrito, do Distrito de Bragança.

E portanto se houve algum sinal (independentemente de as pessoas concordarem ou discordarem) que deu origem a todas estas lutas e que as mediatizou a nível nacional, podem ter a certeza que foram essas situações que aconteceram nessa altura.

É evidente que, com isto agregou-se o espírito de Mirandela, de luta e depois todos estiveram na luta. Agora atenção "todos os Mirandelenses", nem todos os partidos políticos. Vamos ser claros e objectivos, todos os Mirandelenses, mas nem todos os partidos políticos. Mesmo nos partidos políticos e o Eng.º Baltazar aí tem razão, estiveram alguns e outros não estiveram, estiveram no nim. Mesmo nos partidos políticos, uns participaram activamente, outros fizeram comunicados a dizer que participavam activamente, mas outros estiveram no nim. E o nim era ...não sei se é preciso luta, se é melhor pelo diálogo, não sei se é melhor o diálogo porque luta não é preciso, porque assim dá-se protagonismo ao Presidente da Câmara, porque assim vai tudo para um lado e isto é verdade, quem acompanhou as questões, sabe que isto é verdade e ao saber que isto é verdade, mais uma vez foi o povo de Mirandela, associado agora ao povo do Alto Tâmega e portanto o Povo Transmontano, que fez com que o Ministro recuasse nesta pretensão e que em Mirandela houvesse alguma satisfação destas necessidades essenciais.

Em segundo lugar em relação ao emprego.

É evidente que tem toda a razão quando diz que já não há espaço na zona industrial e que a Câmara Municipal devia ter mais, devia ser uma prioridade da disponibilidade de mais espaço para todas as empresas que se queiram instalar na zona industrial. Isto é verdade, este facto é indesmentível, só que disponibilizar terrenos infra-estruturados em zonas industriais, custam milhões de Euros.

A última parte que esta Câmara Municipal acabou por disponibilizar na zona industrial, que foi a última parte infra-estruturada, custou 2 milhões e 200 mil Euros e só foi possível porque teve financiamento comunitário para fazer todas as infra-estruturas necessárias.

Naquela zona industrial só há mais 15 hectares que nós estamos a tentar negociar, porque não há mais nenhum terreno, só há mais 15 hectares, para que ela se possa desenvolver e que têm que ter, além do custo desses 15 hectares, o custo das infra-estruturas também desses 15 hectares.

É evidente que se pode fazer uma nova zona industrial, vamos ver o que é que este quadro comunitário de apoio traz em termos de financiamento, quais são as suas prioridades e mais do que isso, se calhar é a altura ideal para candidatar bases e infra-estruturas industriais, porque já que os projectos a ser apresentados têm que ter a viabilidade económica, porque não há nenhum que não tenha um projecto de viabilidade económica que possa ser aceite em termos estruturais no Quadro de Referência Estratégica Nacional, pode ser a oportunidade de Mirandela criar uma nova zona industrial, para satisfazer todos estes pedidos.

Mas para isso é preciso que haja meios financeiros suficientes para que se possa ir de encontro a isso.

Agora, vamos também relativizar a questão, eu digo-vos isto com toda a sinceridade, independentemente de ser polémico, Mirandela não é Vimioso já, Mirandela não é Murça, Mirandela não é Alfândega da Fé, ou Carrazeda de Ansiães ou Vila Flor. Mirandela já não é uma cidade e um concelho, que precisa de oferecer terrenos a um cêntimo aos empresários para se cá instalarem. Mirandela já tem empresários de determinada dimensão que escolhem eles próprios investir em Mirandela, mesmo sem terrenos da zona industrial. Mirandela começa a ter alavancas industriais e económicas em determinados domínios, que elas próprias vão criar desenvolvimento industrial que doutra forma há outros concelhos que não têm. Eu vou-me referir a três ou quatro: 2 na área da saúde, que dentro de pouco tempo se iniciarão. Um que é o novo Hospital, no Ponto 7 vamos discutir isso com toda a profundidade, em que pode ser aqui uma âncora de desenvolvimento económico numa determinada área, outro que está para vir também na área da saúde, de cuidados continuados e hemodiálise, que toda junta vai fazer outro bloco noutro sítio, outro caso específico que pode desenvolver à volta a saúde no Distrito e daí criar oportunidades económicas.

Também vamos ter a presença, em finais de Maio, princípios de Junho, do Rui Nabeiro, um grande empresário nacional, que não sei porquê, quer também ele próprio fazer aqui um investimento em Mirandela e participar até em Mirandela, no financiamento, através das actividades culturais e das actividades desportivas, no mecenato. Ele próprio pediu para ser recebido pelo Presidente da Câmara e pela Assembleia Municipal e pelos membros da Câmara aqui em Mirandela. A imagem que Mirandela está a criar está a chegar a esses empresários. O Tecnopólo e só viu perfeitamente a minha entrevista, nem ouviu o que eu disse do Tecnopólo, que é neste momento a Quartener e uma empresa específica, que é finlandesa, paga pelo Governo português, através do Plano Tecnológico nacional do Carlos Zorrinho que está a formatar todo o processo para depois o discutirmos com a comunidade e com os intervenientes directos e activos neste processo, antes de Novembro estar pronto todo este documento que pode ter várias vertentes de desenvolvimento e que também vai ser, não tenho dúvida um cluster de desenvolvimento económico e por fim o Ensino Superior virado para as necessidades não dum Distrito, mas duma região e da especificidade dessa região pode ser uma das linhas fundamentais também para se criar o tal desenvolvimento económico e os postos de trabalho que normalmente aqui se têm criado.

Portanto nós já temos que estar e é o meu entendimento, não naquele patamar de Municípios que ainda precisam de dar os passos necessários para ter algum desenvolvimento económico, mas apostar já na

multiplicidade e no desenvolvimento económico a nível médio já de desenvolvimento que possam eles próprios e por eles próprios trazer empresas directas e indirectas, que se referem a esses grandes investimentos.

Em relação ó "Mirandela está bonita ou não está bonita", não quero discutir, são juízos perfeitamente subjectivos que respeito, cada um tem os seus, agora eu só me sigo é por um critério objectivo e o critério objectivo é este: eu tenho encontrado e já sou há 12 anos Presidente de Câmara, várias pessoas de Mirandela, nem são sequer só do exterior, são de Mirandela, que cada vez que vêm a Mirandela e são aos milhares, conforme todas as festa, 12 anos é muito tempo, que me dizem que Mirandela não tem nada a ver com o que era, (e nem dizem há muito tempo) com o que era há vinte anos atrás. Que não tem rigorosamente nada a ver ... dizem-me isto, dizem-me os Mirandelenses que ouço, dizem-me os Mirandelenses que visitam Mirandela. dizem-me muitos turistas que vêm a Mirandela.

Agora, eu como Presidente da Câmara só estou preocupado e tenho que estar preocupado é com a protecção e embelezamento da cidade de maneira a ter estas situações todas. Acredito que haja preocupações diferentes, para quem ache que Mirandela, a construção de Mirandela noutras alturas era diferente, que a construção de Mirandela noutras alturas era melhor esteticamente do que o que é hoje, eu acredito nisso tudo, acredito perfeitamente nisso tudo, cada um tem a sua opinião. Eu em 12 anos aprovei 4 loteamentos e 3 prédios para Mirandela. E todos os que já estão construídos hoje, foram aprovados nos primeiros 10 anos em que eu não era sequer Presidente da Câmara de Mirandela e portanto aqueles que estamos a falar até de que como motivo de graça disse, ponha mais um andar na Caixa Geral de Depósitos para equilibrar, eu vou-lhe dizer.

Este Executivo quando entrou aquele projecto na Câmara, ninguém sabe fica a sabê-lo, não o quis aprovar e só o aprovou na altura porque em conjunto, o Executivo com a Oposição na Câmara Municipal, entenderam que aquele projecto era o adequado para o local.

Foi um projecto aprovado "consensualmente", imagine, "consensualmente", por causa, não do Executivo em si que, (eu posso mostrar a primeira versão) não queria, tinha parecer negativo do meu Vice-Presidente da Câmara e depois houve entendimento e teve que ficar com aquela situação, porque em termos legais era possível, independentemente de esteticamente gostarmos ou não gostarmos dele em termos gerais. Isto só para lhe dar um exemplo que de facto também, ilustra esta situação.

Em relação ao Sr. Rui Fialho, dizer-lhe que eu vou gastar sempre o dinheiro que for necessário, quer em convites, quer em telefonemas, para que todos os Mirandelenses queiram, possam ir às cerimónias e aos eventos que a Câmara Municipal faz.

É uma obrigação da Câmara, habituar os seus Munícipes, se quiserem ir, informá-los das situações todas, gaste dinheiro ou não gaste dinheiro. Acho eu e enquanto for Presidente da Câmara sou eu que decido e o povo julga que isso é uma boa proposta, é uma boa resolução para que os Mirandelenses participem.

Quando o povo achar que isto não presta, que se gasta muito dinheiro, tem uma arma na mão que pode usar para todas estas situações.

Em relação ao IMI, dizer-lhe com toda a clareza que está enganado porque a Câmara não tem lá nenhuma técnica. A técnica que está a falar, é contratada pelas Finanças, pertence às Finanças e tem uma avença com as Finanças, não é técnica da Câmara Municipal.

Portanto essa reclamação tem que ser feita às Finanças, à Direcção Distrital de Finanças ou às Finanças de Mirandela, porque eles é que lhe podem dar resposta nessa matéria. Esses avaliadores são contratados, como lhe estou a dizer e que fique isto claro, pelas Finanças e pela Repartição de Finanças.

Em relação ao Dr. Almeida, dizer-lhe que quanto à Taxa de consumo de água aprovada na Câmara Municipal, nós entendemos que para vir a esta Assembleia tem que vir como introdução ou alteração ao Regulamento existente. Isto é, não pode vir uma proposta isolada, quando há um Regulamento dos Serviços Municipalizados que contempla todas as situações legais que deve obedecer, por ali fora. É evidente que já podia ter vindo a alteração ao Regulamento com essa proposta. Nós só ainda não a trouxemos e vamos trazê-la em Junho, porque achamos que além dessa proposta, vamos trazer também um novo regulamento "Auxílios Económicos" a prestar às famílias carenciadas, nos domínios quer da Educação, quer da Cultura, quer da Habitação, nos domínios todos .

Em Junho vêm a esta Assembleia dois regulamentos autónomos, um da alteração da água dessa e doutras formas que detectámos que também podem ser alteradas ao respectivo regulamento, mas também a aprovação do regulamento de auxílios económicos, que nunca existiu na Câmara Municipal de Mirandela.

Em relação ao Sr. Presidente da Junta de Frechas, dizer-lhe que ... eu sobre o hospital vou responder no ponto 7, peço desculpa mas não vou repetir, no ponto 7 vamos ter que falar sobre isso e vou-lhe dizer.

Em relação aos cães, o que tenho que lhe dizer é que quem licencia ou quem deve licenciar e se as Juntas não têm esse Regulamento devem-no fazer. Quem passa as licenças dos cães são as Juntas de Freguesia e portanto quando há qualquer abate, ou quando há qualquer ajuda da Câmara Municipal na respectiva Freguesia para fazer esse ou outro trabalho relacionado com os cães, tem que haver alguém (eu

não estou a dizer que seja o Presidente da Junta, seja quem ele entender), que saiba se determinados cães ou determinadas pessoas têm o licenciamento ou não, as licenças ou não desses respectivos canídeos.

E portanto não podem ser os técnicos da Câmara Municipal e os trabalhadores que lá chegam sozinhos, a pegar nos cães todos que ali existem e depois não saberem se eles estão em situação legal, se não estão em situação legal, a quem pertencem ou a quem não pertencem e portanto aqui não é a Câmara impor nada, é a Câmara que quer a parceria de quem lhe pede para a recolha dos cães, porque a Junta de Freguesia se quiser, pode recolher os cães sozinha, não precisa da Câmara para nada, porque é a ela que compete o licenciamento na sua zona territorial, dos canídeos e portanto aqui tem que haver é uma parceria e a parceria tem que ser feita em termos conjuntos, porque senão temos maus resultados, já temos alguns problemas nesse domínio através da Quercus e doutras situações da Sociedade de Protecção dos Animais, mais teremos se os próprios proprietários tiverem os cães perfeitamente licenciados e os cães perfeitamente definidos em termos da saúde pública e portanto essa ajuda é que nós precisamos para levarmos a bom porto essa recolha.

Em relação à urbanização em Frechas e aos 2 barracos que falta deitar abaixo, é assim: se há Freguesia onde a Câmara já fez isso e já fez isso pagando milhares de contos, porque estavam a cair ali no centro, mesmo junto à Praça, foi a Câmara quando fez a expropriação e comprou e deitou abaixo, porque estava a cair, a antiga Sé, que se chama assim do prédio de Frechas, já interveio naquele largo, e só não intervém em todos, porque a Câmara não tem dinheiro para se substituir aos proprietários, para fazer em todos os sítios onde há prédios que ameacem ruína, fazê-lo antes que os proprietários se entendam e tomem uma decisão. E portanto a Câmara pode fazê-lo, mas tem que pagar primeiro os trabalhos e depois ficar à espera ou até às vezes com acção judicial, que os proprietários paguem e não há nenhuma Câmara neste País, muito menos a de Mirandela, que tenha verbas suficientes, para fazer tudo isto no Concelho de Mirandela, nem na própria cidade de Mirandela onde há dezenas de prédios nesta situação e em ruína.

Agora o que nós sabemos em relação ao caso concreto é que os proprietários ficaram de se reunir, tiveram um prazo para fazer a respectiva intervenção, já passa alguns dias do prazo e nós estamos à espera que eles tomem uma decisão, senão podemo-nos substituir. Agora para nos podermos substituir, vocês imaginam a quantidade de dinheiro que é preciso, para fazer estas situações em todos os sítios.

Depois o Dr. Luís Sousa, sobre a Mesa o Sr. Presidente já disse o que tinha a dizer e evidente que tratará isso como entender.

Em relação à cidade também, dizer-lhe que sobre a Agenda Municipal, enganou-se, isto não é nenhuma Agenda Cultural, eu não sei onde ouviu isso escrito, é uma "Agenda Municipal" e é uma Agenda Municipal, diz aí, está lá o título escrito e é uma Agenda Municipal propositadamente e propositadamente para os fazer falar assim. Pode ter a certeza que é propositado, essa Agenda, com esse formato, com essas obras, com essa realidade, para os fazer falar assim ... é que normalmente se for às aldeias do meu Concelho, do seu Concelho e do nosso Concelho, a gente sabe o que há nas outras aldeias por essa Agenda e ninguém os pode enganar. Não podem dizer que a Câmara não faz isto, aquilo ou aqueloutro, porque até é uma situação dos próprios Munícipes controlarem não só o que se passa na aldeia deles, mas o que se passa nas aldeias vizinhas e nós temos essa intenção da informação e o Presidente da Câmara assume perfeitamente que faz uma intervenção no início sobre temas e tem todos os temas que lá tem e eu desafio-o a dizer qual era o que não era de âmbito Municipal, para que os seus Munícipes conheçam aquilo que se faz no seu Concelho. E isto é uma obrigação, ao contrário do que diz, é dinheiro público investido, para que os Munícipes saibam aquilo que se faz no Concelho de Mirandela, que custa a alguns que não querem que se saiba o que se faz no Concelho de Mirandela e isto não é uma Agenda Cultural, é Municipal.

E quanto à legalidade dos dinheiros públicos, já têm duas experiências, o seu próprio partido, duas experiências muito mais graves nesse domínio, uma quando pôs em causa e no tribunal o Presidente da Câmara por um Caderno Eleitoral há seis ou sete anos atrás e que teve a resposta que teve do tribunal. E ultimamente até pelas obras em termos da Câmara Municipal, dos cartazes e doutras situações no género em época eleitoral, também teve a resposta do tribunal em termos de legalidade.

Portanto se há dúvidas sobre o interesse do dinheiro público e a legalidade da sua aplicação, ponham em tribunal, é mais uma, nós já estamos habituados e a justiça depois decide em termos do que acha em termos de justiça e de equidade, como decidiu nos outros casos.

Agora sobre o objectivo da "Agenda", não é cultural, é municipal, assumo perante a Assembleia toda, que tem este objectivo e é para continuar com este objectivo até ao fim, enquanto for Presidente da Câmara.

Em relação ao Terra Olea, dizer-lhe que a Terra Olea não vem de azeite, vem de território. O projecto não vem de azeite, vem de território, o projecto Terra Olea. Ao vender o território valoriza o produto que caracteriza esse território e que é o azeite.

E é nossa obrigação e temos quatro páginas, quatro já, quando diz que eles acabam através das feiras, temos quatro e o Sr. que é tão interessado na Internet e nas novas tecnologias, temos quatro formas já onde ele está divulgado.

Temos uma página na Internet quase só sobre a Terra Olea, temos o Quiosque Electrónico que também é sobre a Terra Olea, temos o Guia dos Países em termos dos três participantes, que fizeram um guia em comum e que é distribuído nos três países e que é distribuído aos actores locais daqueles três países. Elaborámos e lançámos juntamente com a Associação Comercial uma Carta de Azeites, das poucas que existe em termos regionais.

Valorizamos com isso o Azeite de Trás-os-Montes como marca "Chapéu", que era isso que nos era importante, além de valorizarmos o território, através da "Oliveira", porque o Projecto Terra Olea, vende território, não vende azeite, vende território.

Em relação à linha do Tua, dizer-lhe apenas que eu só conheço os relatórios oficiais e os relatórios oficiais que existem são: um do Instituto Nacional de Transportes Ferroviários, mandado elaborar pelo Governo, pelo Ministro das Obras Públicas e pela Sr.ª Secretária de Estado dos Transportes, que apresentou as conclusões que todos conhecem, que é, o acidente teve origem em causas naturais, nomeadamente no desprendimento de pedras de grande dimensão sobre a linha, que a fizeram abrir e que o comboio caiu. É exactamente isto que diz, diz mais, mas o essencial é isto.

Depois tenho também o relatório da CP e da Refer, que fizeram os respectivos relatórios e que apontam para a mesma causa do acontecimento na linha.

Melhor do que o Governo pegar nestes dois relatórios, nomeadamente no do Instituto Nacional de Transportes Ferroviários e dizer que agora é o Lnec, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, que acho que é idóneo para toda a gente, que vai fazer a avaliação desses relatórios, acho que não pode haver mais dúvidas sobre a seriedade, o rigor deste processo que o Governo está a ter nele para saber as causas do respectivo acidente e portanto não posso discutir resultados de relatórios feitos por pessoas à parte, que pediram à própria Câmara de Mirandela se podia suportar os custos de lá andar uns dias, não, não posso, não tenho, não entrei nessa, porque há relatórios perfeitamente oficiais para poder desenvolver.

Isto atrasa em termos gerais, que é o seguinte: se há mais quatro meses para tomar uma decisão sobre a validade do relatório que foi entregue das causas do acidente, evidente que vamos ter que esperar mais três meses, porque ainda só passou um, mais três meses, adiar a reconstrução da linha do Tua, porque sem estar esse relatório terminado do Lnec, não há resultados para apresentar e o Governo não toma nenhuma iniciativa através da Refer para repor a linha do comboio naquela localidade e isto é que a mim me incomoda, é que já estamos há três, vamos ficar sete meses sem nenhuma decisão sobre esta matéria e eu aqui acho e isso é uma opinião minha, é uma convicção, que o Governo atrasa esta resolução do problema, porque podia dar só um mês ao Lenec, para resolver isto, não era difícil, porque o relatório era pequeno, não sei porque é que dá quatro meses e para mim a resolução ou o atraso nesta decisão só tem uma motivação, é saber se faz a barragem ou se faz uma cadeia de mini-hídricas, pelo leito do rio, daqui até à foz do Tua.

Se resolver fazer uma barragem o próprio Governo vai aproveitar isto para poder encerrar a linha do Tua. Se resolver atribuir aquilo em termos de cascata de mini-hídricas, acredito que possa repensar e continuar com a linha do Tua. Esta é a minha interpretação sobre os atrasos nos relatórios e os atrasos nas situações da linha do Tua

Presidente da Assembleia Municipal:
Muito obrigado Sr. Presidente.
Está a pedir a palavra para que efeito Sr. Deputado? Para defesa da honra, tem a palavra faz favor.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar:
Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, durante a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, insinuou que eu teria mudado de posição, ou seja disse mais ou menos o seguinte: que depois de algumas posições contra o Partido Socialista, não é de estranhar que agora fizesse uma intervenção em defesa do Partido Socialista.

Quero-lhe dizer e quero-lhe avivar a memória também como tive oportunidade de lhe avivar a memória na minha primeira intervenção, que desde sempre e desde a primeira intervenção que eu fiz nesta casa e nesta Assembleia Municipal, eu disse que o meu estatuto era de independente na lista do Partido Socialista e disse também que a minha primeira prioridade era a defesa dos interesses de Mirandela e da Terra Quente.

Quero-lhe dizer que mantenho exactamente essa posição, quero-lhe dizer que sou um homem livre e sei o que me custou lutar pela liberdade e lutar pela liberdade não depois, antes, quando era difícil lutar pela liberdade e quero-lhe dizer que é um grande privilégio meu essa luta que eu travei com outros companheiros na altura em que o era difícil e é nesse estatuto porque é aquilo que eu mais prezo na vida, é a liberdade, que a quero para mim e quero para os outros, não lhe aceito essa situação.

E a única coisa que eu me limitei na minha intervenção a afirmar ou a dizer ou a evidenciar se quiser, é o seu a seu dono. Tenho dito.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Primeiro a Agenda. A Agenda, na minha opinião, deve continuar e tudo que lá vem, eu aproveito. É uma das formas de me deslocar às aldeias muitas vezes, é pela informação que tenho pela Agenda.

Eu acredito que a Agenda podia ser menos presidencial, quero dizer com isto que o fotógrafo oficial da Câmara nas fotografias que tira, podia dar um aspecto menos presidencial, porque as fotografias normalmente só trazem o Presidente, podia trazer a assistência, podia trazer os outros elementos da oposição que fazem parte e então isto era a Agenda, que eu não lhe chamaria Agenda, chamar-lhe-ia Boletim. Uma Agenda é normalmente uma coisa que se vai fazer e isto normalmente traz uma coisa que já está feita, portanto eu como sugestão mudava-lhe para Boletim.

Agora, sobre o seu conteúdo eu acho que continua a ser de primordial importância para mim e acredito para as populações das aldeias, que, enfim têm alguma dificuldade na deslocação, vão-se apercebendo como é que o Concelho evolui.

Agora, também é possível, provavelmente, esta Agenda diz que custou 0,17 cêntimos, haver uma distribuição mais racional, porque a gente vê carradas de agendas, eu tenho-as todas desde que elas saíram. Colecciono, de quando em vez vou ver as alterações e gosto de saber como é que vai o Município e uma forma é esta. Outra é estando na Assembleia, mas muita gente não vem à Assembleia a assistir, portanto a Agenda deve continuar chamando-lhe Boletim, mas deve trazer aquilo que se faz, que a Câmara faz no Concelho, para se saber, até que por aqui assim também tira algumas dúvidas.

Ora bem, relativamente a outra situação, era sobre a PSP, já todos sabemos que fica em Mirandela, agora a gente tem que começar a fazer uma força no sentido das instalações, quer da PSP, quer da GNR.

Eu sei mais ou menos aquilo que se passa, mas não podemos acomodar-nos ao facto de ter ficado. As instalações são muito más, aquela gente precisa de melhores instalações, até porque os meios que eles apresentaram aqui há dias, já são uns meios bastante capazes, mas as instalações em si é que são muito más e era bom que a Câmara pudesse empurrar um bocado, quer oferecendo terreno, quer oferecendo projecto, porque nesta parte creio que eles merecem.

Sobre os nichos, finalmente os nichos estão lá colocados, eu perguntava (nós temos sempre uma visão diferente dos outros) se aquelas paredes do nicho, em chapa opaca, se não era possível levar lá umas figuras quaisquer, uns furinhos, uns símbolos quaisquer, cristãos, com certeza, mas que não ficassem aquelas paredes, muito opacas, uma cruz, ou uma coisa qualquer, furado, de forma a que não pudessem entrar por lá pássaros nem outras coisas, mas que desse um outro entendimento àquilo.

Há aqui uma outra situação que já foi falada aqui há momentos, que é sobre a linha do Cachão.

Sobre a linha do Cachão, um deputado do PCP, pediu ao Governo os relatórios que nós sabemos que existem, mas que o Governo se recusou a entregar.

Aquilo que eu pergunto é se a Câmara os tem, se nos pode ceder, pelo menos os 2 relatórios.

E já agora queria falar dum relatório, não sei se vocês conhecem, que foi feito no ano 2000, em que traz aqui quilómetro a quilómetro, metro a metro, todas as intervenções que a linha devia ter. As amarras com cabos de aço, rede galvanizada.

Deputado Municipal Rui Magalhães (PSD):

Creio que esta Assembleia pode ter também uma componente informativa e pedagógica. Em relação aos cães, as juntas de freguesia possuem tão-só uma competência: o seu registo e licenciamento. Independentemente dessa obrigação legal por parte dos proprietários ou detentores, eles devem saber que os cães não podem circular na via pública sem trela ou açaimo funcional. O incumprimento dessa norma pode originar um processo de contra-ordenação e o pagamento de uma coima ao infractor.

4.2 – PRESTAÇÃO DE CONTA DE GERÊNCIA DE 2006 – CMM.

Deputado Municipal Rui Magalhães (PSD):

Boa tarde a todos, espero que tenham almoçado bem.

Relativamente à prestação de contas do Município, quero dizer o seguinte:

O planeamento e a programação de actividades representam não só o cumprimento de um imperativo legal mas também a necessidade de definir prioridades face aos escassos recursos disponíveis. Planear consiste em estabelecer propósitos e objectivos que, tendo em conta os meios disponíveis e mobilizáveis, possibilitem a formulação de programas de acção que enquadrem a actividade de uma instituição durante um certo tempo.

O processo de planeamento não pode ser visto como rígido ou estático mas como uma actividade sobretudo dinâmica, maleável, ajustável e de adaptação a uma realidade sempre em mutação e em si mesmo diferenciada.

Depois da execução orçamental e de findo o ano económico há que prestar contas não só aos munícipes mas também aos órgãos autárquicos e a organismos do Estado para controlo da legalidade e da pertinência técnica, com saliência para o Tribunal de Contas.

Quem tenha alguma experiência em gestão de empresas, em gestão de serviços, em gestão autárquica e até mesmo em gestão doméstica sabe que os recursos são sempre limitados face às necessidades e que nem sempre é possível fazer aquilo que se deseja ou se justifica porque nem sempre aquilo que se prevê se concretiza. Existem inúmeras variáveis que nem sempre se controlam ou que são de todo imprevisíveis e que dependem de actos e decisões de terceiros.

É sabido que nem sempre as verbas comunitárias chegam quando deviam e que nem sempre o Estado Central cumpre como promete ou como devia, o que prejudica grandemente a execução orçamental de todos os municípios e acaba por afectar também o cumprimento das suas obrigações para com fornecedores e empreiteiros. É adequado frisar que os Municípios portugueses não recebem qualquer verba do PIDDAC desde Junho de 2006.

A questão do endividamento municipal tem estado na ordem do dia desde 2006 e já nessa altura cerca de um quinto dos municípios portugueses tinha esgotado a sua capacidade de endividamento, havendo cerca de dez câmaras municipais cujo endividamento já era superior a 100%. Nessa altura afirmou-se bastas vezes que o Município de Mirandela tinha a sua situação controlada a esse nível, como o continua a ter por força de um trabalho responsável, rigoroso e profissional que tem exigido uma tarefa de controlo, fiscalização e avaliação assaz persistente. Basta pensar no endividamento de alguns municípios para reforçar essa ideia, tais como:

- Peniche: 9 milhões;
- Guarda: 46 milhões;
- Faro: 50 milhões;
- Braga: 90 milhões
- Cartaxo: 12 milhões;
- Chaves: 34 milhões;
- Vila Real:36 milhões;
- Murça: 12 milhões.

Por outro lado, há que dizer que ao longo dos tempos a administração central tem transferido competências para os municípios sem a correspondente e necessária transferência de verbas, o que estrangula ainda mais os escassos recursos financeiros.

O Município de Mirandela tem neste momento uma capacidade de endividamento de 51,22%, o que é de aplaudir.

No que concerne à taxa de execução, pouco há a dizer porque as críticas de todas as oposições do pais, independentemente dos partidos que estejam a gerir as Câmaras, é sempre a mesma: baixa execução, excesso de despesas correntes, fracas despesas de investimento, reduzida percentagem de fundos comunitários e falta de planeamento e estratégia. Se verificarmos as taxas de execução dos municípios portugueses chegaremos facilmente à conclusão que as taxas se situam maioritariamente entre 50 e 70%.

Temos conhecimento também que nem sempre a lei classifica bem as despesas dos municípios, além de que despesas de investimento geram normalmente despesas correntes. Se um município resolver fazer a reconstrução de uma estrada adjudicando a uma empresa, os pagamentos ao empreiteiro serão despesas de capital/investimento; contudo, se essa intervenção for feita por administração directa, ou seja com máquinas e funcionários autárquicos, será despesa corrente. Ou seja, a mesma obra pode ter classificações contabilísticas diferentes o que não nos parece razoável que assim seja.

Outra das críticas que tem sido feita ao Município de Mirandela é a fraca execução de venda de bens de investimento. Contudo, tal não pode deixar de ser visto como um sinal positivo porque o Município não quis ou não precisou de delapidar o seu património (terrenos, habitações e edifícios) para honrar em termos gerais os seus compromissos. Se o tivesse feito, hoje estaria mais empobrecido.

Existem outros dois aspectos que também considero positivos, no documento de prestação de contas e na gestão de 2006:

- Primeiro, a estabilização do procedimento dos Protocolos de Delegação de Competências para as Juntas de Freguesia, onde se incluem as Bolsas de Materiais, que tanto jeito nos dão a todos nós.
- Em segundo lugar o aumento da percentagem de receitas próprias de 21,81% para 27,56%.

Mas o que mais me surpreendeu na declaração de voto dos vereadores da oposição quando foi discutida a prestação de contas foi a seguinte afirmação:

"A atribuição arbitrária de subsídios a instituições cujos dirigentes se perfilaram em cartazes de campanha eleitoral do Dr. José Silvano."

Em primeiro lugar, porque eles sabem que essa atribuição não tem sido arbitrária porque tem sido exigido a todas as colectividades o envio dos Planos de Actividades e Orçamento e dos Relatórios de

Actividades e Contas, que existem normas orientadoras para atribuição de subsídios, que têm sido celebrados contratos-programa de desenvolvimento desportivo com as colectividades desportivas e culturais que recebem mais de 1.000 por mês e que, grosso modo, existe um controlo rigoroso das suas actividades com base numa relação necessária de confiança e de parceria activa. A oposição teve e continuará a ter acesso a toda a documentação que é remetida ao Município de Mirandela pelas colectividades e que é para nós condição essencial para a atribuição de subsídios.

Qualquer pessoa menos avisada ou informada concluiria, face àquela declaração, que os vereadores do CDS/PP têm optado pela abstenção ou pelo voto contra sempre que há que deliberar sobre apoios financeiros a colectividades presididas por pessoas que aceitaram integrar cartazes de campanha do Dr. Silvano. Mas engana-se quem assim pensa: das 111 deliberações tomadas neste mandato sobre apoios financeiros a colectividades presididas pelas tais pessoas que eu referi, o CDS/PP votou contra em apenas duas situações (Subsídios à JF de São Pedro Velho e à ACIM) e absteve-se em cinco situações (3 referentes à JF de Torre de D. Chama, onde Domingos Doutel obteve a maior votação em termos percentuais, e outra referente à ACIM e ao Moto Clube de Mirandela).

O que eu estou a dizer são dados objectivos, cada um interprete como entender. Dito de outro modo, a oposição está a ser conivente e a pactuar com aquilo que não concorda. Não nos parece lógico nem correcto.

Finalmente há que dizer que o Grupo Municipal do PSD louva publicamente o trabalho desenvolvido pelos técnicos e funcionários camarários em 2006, o que se infere objectivamente da análise do documento apresentado e o empenho do Executivo Camarário em servir e melhorar a qualidade de vida das pessoas, mesmo que ainda haja muito que fazer. Haverá sempre com certeza. Muito obrigado.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Estamos a quase a meio termo do mandato de governação PSD na autarquia de Mirandela, cabe-nos, por isso, no âmbito das nossas competências, fazer um balanço entre os objectivos estabelecidos e alcançados pelo executivo e uma apreciação da execução financeira do Município, assim como, avaliar os moldes de actuação até ao presente de modo a traçar um quadro real de expectativas para o futuro.

Começaria essa avaliação por aquilo que somos chamados a apreciar e votar, nomeadamente o Relatório de Prestação de Contas de 2006, cuja análise deve ser articulada com a proposta de Orçamento e o Plano Plurianual de Investimento.

O saldo é, no nosso entender, frustrante, porque mais uma vez somos confrontados com a situação de "muita parra e pouca uva": muitas promessas e poucas realizações.

Eis aqueles que nos parecem os traços gerais de actuação do executivo PSD nestes quase dois anos de governação que de resto já foram enumerados pelos nossos vereadores em sede própria:

1. O actual executivo em permanência demonstra pouco dinamismo. Esta falta de dinamismo deve-se essencialmente a 2 inoperâncias:

- Falta de investimento face aquilo que era a previsão inflacionada do Orçamento para 2006: previa-se um investimento capital de 23.853.807,00€, mas o executivo conseguia apenas o modesto valor de 8.676.473,85€, o que corresponde a um grau de execução de apenas 37,36%;
- Inoperância também na baixa capacidade de captação de recursos comunitários e outros programas do Estado. A previsão de Fundos Comunitários e Outros era de 13.960.000,00€ e 743.279,90€ e só foram recebidos 859.883,10€ (valor já por si inferior a 2005) e relativamente outros 99.281,54€, o que representa apenas 6,2% e 13,4% de taxa de realização. A maioria das candidaturas a obras comparticipadas por fundos comunitários no âmbito da Operação Norte têm dado entrada em *overbooking* e algumas das quais apenas com a página de rosto. Em poucas palavras trabalha-se mal e fora do prazo. De salientar contudo, a boa vontade da CCDRN que tem aceitado excepcionalmente as mesmas, valha-nos isso! O Executivo não pode argumentar que o Governo "fechou a torneira", passo a expressão, porque quer o Ministro das Finanças quer o Secretário de Estado para as Autarquias referiram que o Governo apoiaria todas as candidaturas com co-financiamento comunitário. De resto, se o Executivo tivesse as contas de gestão saudáveis, nem tinha que se preocupar com a disponibilidade do Governo, bastava-lhe pedir um empréstimo e nós cá estaríamos para o aprovar, tal como faremos relativamente à rede de banda larga que hoje nos é submetido para apreciação. Relativamente a outras fontes de receita já foi aqui oportunamente referida a falta de iniciativa e má negociação relativamente à exploração da mini-hídrica da ponte-açude, atendendo a que o investimento em energias renováveis é uma prioridade do QREN e um dos sectores estratégicos da nossa economia. Nunca é demais relembrar que 2/3 do projecto e do investimento realizado servem de infra-estrutura ao investimento privado, tendo sido pagos por dinheiros públicos nacionais e comunitários.
- Já foi igualmente aqui referida a oportunidade perdida pelo município na promoção e organização de um convénio internacional de produtores e distribuidores de azeite, sector também esse estratégico para a nossa região, ao não ter sido apresentada uma candidatura inter-municipal no âmbito da Medida 1.4 Valorização e Promoção Regional e Local no âmbito da ON (Operação Norte).

2. Há também uma falta de contenção nas despesas correntes. Não usarei o adjectivo despesista para que não se levantem as criticas de "virgens ofendidas" do costume. Peço apenas em boa fé que me ofereçam uma explicação plausível para uma taxa de despesas correntes (pagas) de 82,73%.

3. Há uma falta de equilíbrio e de proporcionalidade. O problema não está apenas no facto das despesas correntes terem aumentado e permanecerem altas desde o início do mandato, mas o facto de haver um desequilíbrio entre as despesas de funcionamento e as despesas de capital: enquanto que as primeiras têm vindo a engordar desmesuradamente, as segundas têm ficado aquém de todas as previsões feitas pelo executivo em permanência. Pergunto se ainda pretendem avançar, mais uma vez com a desculpa despropositada, de que os orçamentos têm que ser "inflacionados" ou "irrealistas" de modo a garantir alguma margem de manobra ao executivo? Meus senhores, tiveram toda a margem de manobra possível, no entanto a captação de fundos tem sempre ficado aquém daquilo que anunciavam. Tem sido sistematicamente baixa! Tenhamos algum bom senso! Espero que desta vez mantenham o discurso dentro da razoabilidade.

4. Apontamos também para uma falta de respeito por compromissos assumidos com o Estado e com os fornecedores. O Estado entrega às autarquias certas obras, porque esse é o nível mais adequado para as executar, porque mais próximo das necessidades dos cidadãos. O Município tem faltado a esse compromisso como comprova o atraso inexplicável com o novo centro de saúde. Também preocupante é o tom prepotente com que o Sr. Presidente responde às preocupações legítimas dos fornecedores. A câmara não se deve dar ao direito de ser má pagadora apenas porque é a "empresa" com o maior volume de negócios no concelho. Esta actuação predadora cria um contexto de risco para os operadores do privado.

5. Por fim, tal como já foi aqui referido, existe uma falta de estratégia. No fundo, o que é que o actual executivo pretende para esta cidade, para este concelho, para o papel do município na região nos próximos 2 anos? Assistimos a 10 modificações orçamentais no espaço de um ano de pouca execução financeira; assistimos a um crescimento acelerado e disfuncional das despesas de funcionamento; assistimos a muitas iniciativas simbólicas, sem impacto estruturante na economia local; as candidaturas têm sempre entrado tardias, em *overbooking*, por vezes perdendo financiamento como foi o caso da Ribeira de Carvalhais que podia ter sido co-financiada a 75%, mas acabou apenas por ter um valor inferior (65%); no meio desta falta de resultados e gestão conturbada, ficamos sem compreender qual é o rumo do executivo para o desenvolvimento do concelho? O facto é que o executivo continua a actuar sem qualquer estratégia no que toca as potencialidades do QREN. Se assim não fosse, teríamos iniciativas que partiriam desta câmara e não apenas a utilização da câmara como ponto de ancoragem de iniciativas do privado. Isto é, não teríamos uma actuação passiva em relação ao investimento, mas activa, ou melhor, pró-activa.

Onde nos leva este tipo de gestão sem estratégia, sem investimento, com despesas correntes avultadas e assente numa política novecentista de emprego camarário (que acabará brevemente), é preciso notar isto, de atribuição arbitrária de subsídios a instituições, sem política e sem reporte de resultados, e de inexplicáveis despesas de publicidade e promoção pessoal do Presidente de Câmara? Até que ponto esta política será possível no quadro da nova lei de finanças locais? No nosso entender, uma gestão do tipo que tem vindo a ser praticada há mais de 10 anos nesta autarquia, tem apenas um desfecho: uma câmara endividada e parada no tempo.

Não obstante sejamos cépticos a que a nova lei das finanças locais provoque uma alteração radical nestes hábitos de gestão autárquica, consideramos que o diploma contém alguns pontos positivos a longo prazo que importa salientar:

A lei diversifica as fontes de receita para os municípios através de quatro princípios fundamentais:

- **Princípio de co-responsabilização na cobrança**, através da participação até um máximo de 5% das receitas do IRS cobradas no município com um novo regime geral de taxas. A responsabilização passa pela cobrança. Município que gasta deve saber cobrar. A gratificação ou punição eleitoral passa pelo modo como são utilizados os dinheiros, ainda que, neste domínio o alcance da nova lei de finanças locais seja menor do que o anunciado. O dinheiro atribuído às autarquias vem dos impostos de todos nós, por isso, é fundamental que haja uma maior responsabilização na sua aplicação. Mais de 50% dos distritos têm como principal fonte de receita as transferências do Estado e isto acontece porque ou não têm contribuintes líquidos suficientes, ou não têm gerado riqueza. Isto é, trata-se de concelhos com pouca população e baixa intensidade de actividade económica, como é o caso de Mirandela. Mais preocupante ainda, o peso do Investimento na despesa total destes Municípios matem-se sistematicamente baixo. Quer a atracção de investimento privado (e a subsequente criação de riqueza e emprego, portanto, mais contribuintes líquidos), quer a melhor aplicação dos dinheiros (favorecendo o investimento, reduzindo as despesas correntes, limitando, requalificando e melhorando o recrutamento de recursos humanos) são responsabilidades de quem manda a nível autárquico. A falta de cobrança de impostos a nível local também levanta outro problema quanto ao simbolismo da chamada "obra feita": quando há obra feita, os louros são do autarca; quando o serviço não existe ou deixa de existir a culpa não é deles, mas da prepotência do Governo ou do Estado (como se o Estado fosse o "Zé Manel" sentado em Lisboa a passar sentenças aos cidadãos no resto do território). A co-responsabilização dos autarcas pela gestão dos recursos financeiros tem que ser directa e

este princípio de cobrança local da receita é um passo nesse sentido, ainda que peque por ser a meu ver insuficiente. (N.B.: É compreensível que o Presidente da ANM, o Sr. Ruas e outros autarcas que praticam uma gestão financeira pouca saudável e saturam as câmaras municipais com admissões de pessoal injustificáveis, não queiram a receita do IRS, porque entendem que a contribuição das transferências do Estado deveria ser aumentada. Não querem a receita do IRS, porque isso implica co-responsabilização e trabalho. É mais fácil receber a transferência anual e depois aproveitaram-se da incapacidade do Estado de fazer um controlo efectivo da gestão autárquica.);

- **A Lei está também assente num Princípio da sustentabilidade**. A nova lei estabiliza o conceito de endividamento. O endividamento das autarquias passa agora a estar definido de acordo com os preceitos da União Europeia que já se aplicam para o orçamento de Estado. As autarquias que tenham passado o seu limite de endividamento terão que reduzir, em cada ano, 10% do valor em excesso de endividamento (e não no total da dívida!!). Quando um indivíduo, uma autarquia, uma empresa está com excesso de endividamento, tem que reduzir gradualmente a sua dívida. Trata-se de um princípio de boa gestão!! Desde 2003, que o Orçamento de estado tem fixado novas regras de endividamento para as autarquias, o problema é que a sua aplicação não tem sido a melhor. No fundo, o que esta nova lei fez foi retirar as regras de endividamento do Orçamento e defini-las apenas na lei de finanças locais para que não haja incertezas e alterações todos os anos. Contudo, é preciso notar que, mesmo numa situação de excesso de endividamento, serão sempre avaliados pelo Governo empréstimos para projectos de requalificação urbana ou projectos com comparticipação de fundos comunitários. Serão necessárias três assinaturas da tutela para o efeito. Isto não se trata de uma tentativa de sujeitar as autarquias a um patrão central, mas uma questão de rigor, porque o Estado é um avalista dos empréstimos contraídos pela autarquia e portanto tornam-se necessárias as assinaturas dos ministros da tutela, tal como acontece com as pessoas quando pedem um empréstimo ao banco para a compra de uma casa por exemplo, recorrendo a fiadores. Os princípios em causa são os de contenção de despesa e de sustentabilidade das finanças de uma câmara, para que não se assista à tradicional passagem de câmaras endividadas a novos eleitos. Também aqui a nova lei peca por ser insuficiente. É fundamental que se celebrem pactos entre as várias forças políticas do concelho no que toca as grandes directrizes de desenvolvimento local, por exemplo, despesas com infra-estruturas e serviços básicos à população, políticas de educação ou de recrutamento de pessoal da autarquia, para que esses itens de despesa não sejam protelados de eleição para eleição com intuitos de caça ao voto tal como acontece actualmente (o que para além de ser um sinal de má gestão, é também uma atitude cínica em relação a uma população carente).
- **A Lei está também assente num Princípio de solidariedade**. O excesso de receita cobrada num município (por exemplo através de uma política desordeira de urbanismo) reverte para os municípios menos ricos (isto é, com uma capitação de impostos locais inferiores a 0,75 vezes a capitação média nacional). Esta medida visa também passar a mensagem de que não compensa aumentar as receitas pela via da construção civil desordeira e abusiva. As receitas dos impostos próprios dos Municípios aumentou 15% este ano. É necessário que haja alguma redistribuição entre municípios ricos e municípios pobres.
- **Por último a lei está também assente num princípio de bom desempenho ambiental**, através da bonificação dos municípios com mais de 50% da área do município classificada como Rede Natura 2000 ou área protegida, evitando assim a dependência de receitas ligadas à construção civil, com consequências danosas para o ambiente e ordenamento do seu território. O bom desempenho ambiental passa a ser compensado.

Actualmente, o Fundo de Coesão Municipal é pago em 78% pelo Estado e 22% pelas autarquias.

A nova lei das finanças locais traz mais autonomia fiscal aos municípios, mais poderes próprios para cobrar a receita e, por conseguinte, mais fiscalização/responsabilização das autarquias no modo como o dinheiro é gasto.

Não se pode ter é o melhor de dois mundos, isto é: gastar sem ter co-responsabilização na cobrança da receita.

Há também um mito, que alguns *players* espalharam, de que as autarquias iam perder dinheiro. O mapa das transferências anexo ao Orçamento de Estado indica que:

- 184 autarquias de 308 vão receber o mesmo que em 2006;
- 88 vão receber mais do que em 2006;
- e apenas 36 vão receber menos do que receberam em 2006.

Mirandela recebeu 10.021.432 euros das transferências do OE para em 2006 e irá receber o mesmo valor em 2007!!

É preciso conter o declínio da população e atrair investimento. Os Governos têm desinvestido no interior. Contudo, isto não iliba os autarcas locais da sua quota-parte de responsabilidade. Os autarcas são igualmente responsáveis pela gradual desertificação do interior, pelo egoísmo e má gestão que praticam. Os autarcas não souberam inovar; continuaram com uma visão muito limitada e paroquial dos problemas e sobretudo das soluções para esses mesmos problemas; não souberam procurar consensos entre as diferentes forças partidárias no que toca as principais directrizes de desenvolvimento local, nem procuraram implementar políticas estruturantes e de âmbito inter-regional; a maioria contenta-se com políticas apelativas ao voto e, portanto, políticas efémeras.

Este é o quadro que traçamos para o futuro de Mirandela se continuar esta gestão autárquica. Fica esta nota de advertência e muito obrigado pela vossa atenção

Deputado Municipal Dinis Veiga (PDS):

Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, muito boa tarde.

Antes de me referir ao assunto que está em discussão, eu queria aqui subscrever inteiramente a intervenção do Sr. Garrido sobre o 25 de Abril.

Em segundo lugar, referir-me a um Sr. Deputado Municipal que pede aqui à Assembleia Municipal meios informáticos e outros para ter mais informação, enquanto outro deputado do mesmo partido refere que há informação a mais através duma Agenda.

Nós já sabemos que as fotografias das obras que aparecem na Agenda incomodam a oposição PP. Mude-se o nome e passe a chamar-se "Agenda da Actividade Desenvolvida".

A proposta do PP, mais informação para os Srs. Deputados Municipais, obscurantismo para os eleitores.

Referindo-me agora directamente ao assunto em questão e dando cumprimento ao art.º 64 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, a Câmara Municipal apresentou o Relatório e Contas referentes ao ano 2006, para discussão e votação à Assembleia Municipal.

Como nos anos anteriores, entendo que as "Contas" são da competência do Tribunal de Contas, pois tecnicamente elas estarão correctas e serão eles que irão ou não validar esses resultados.

Relativamente ao Relatório de Actividades é que devemos fazer uma análise política da actividade desenvolvida durante este ano.

Estes documentos são geralmente interpretados de maneiras diferentes quer pela oposição quer pelo grupo parlamentar que apoia o executivo.

A oposição refere exclusivamente despesas correntes e relembra as obras que ainda se não executaram, esquecendo aquilo que se fez e os motivos do aumento dessas despesas. (foi o que aconteceu agora ao orador anterior que pelo que estou a ver o Relatório de Contas e Actividades deve ser muito bom, porque limitou-se a dizer banalidades sobre contas e depois deu-nos uma lição de cátedra sobre a nova Lei da Finanças Locais. Eu tenho a impressão que quase todos os Srs. Deputados sabem ler, mas enfim...

Ao grupo parlamentar que apoia o executivo compete fazer o contrário: desmontar esses argumentos e relembrar algumas obras (para não ser exaustivo) que se executaram durante o ano 2006.

A sociedade está em constante mutação e tem um conceito de vida, totalmente diferente daquilo que era há vinte ou trinta anos. Hoje vive-se intensamente, há mais poder reivindicativo, querem ter mais qualidade de vida e são mais exigentes.

Estes últimos executivos compreenderam isso, e, então construiu-se na cidade e no mundo rural infra-estruturas que lhes proporcionam essa qualidade e satisfazem as suas exigências.

Mas essas infra-estruturas necessitam de pessoas para funcionarem, de manutenção, enfim, é necessário dinheiro para que elas funcionem e proporcionem os objectivos para que foram criadas.

A Autarquia de Mirandela irá ter sempre despesas correntes que irão aumentando todos os anos, à medida que novas infra-estruturas e serviços sejam colocados ao dispor dos Mirandelenses e daqueles que nos procuram nas férias ou nos visitam frequentemente.

Por alguma razão Mirandela é tão falada e procurada por outras pessoas para nos visitarem e outras até para investirem no nosso concelho.

Quando vejo nas contas de uma autarquia, despesas correntes pequenas é sinal de que o seu desenvolvimento também é pequeno.

Relativamente à actividade da autarquia, durante o ano de 2006 e por motivos de amnésia dos Senhores Vereadores da Oposição, vou-lhes refrescar a memória com algumas obras para não me tornar exaustivo:

- No mundo rural continuaram os arruamentos, saneamentos, calcetamentos, construção de Etar´s e polivalentes desportivos;
- Conclusão da estrada que liga Mirandela ao cruzamento do Rego de Vide, servindo a Bronceda;

- Beneficiação da EN 15 entre Mirandela e o limite do Concelho;
- Pavimentação da Estrada Municipal 532;
- Remodelação de infraestruturas e pavimentação no Bairro da Preguiça, já concluídas e agora em execução no Bairro da Boavista;
- Remodelação de infraestruturas e pavimentação em várias ruas da cidade;
- Infraestruturas entre Av. Sá Carneiro e a Ponte Europa;
- Infraestruturas e pavimentação envolvendo Vila Nova das Patas e Carvalhais;
- Zona Verde da Ribeira de Carvalhais (a inaugurar dia 27);
- Tratamento e ampliação de zonas Verdes;
- Continuação das obras no novo Centro de Saúde;
- Desbloquearam-se os problemas que retardavam a construção do Museu do Azeite;
- O monumento para homenagem aos ex-combatentes;
- O Santuário da Nª Senhora dos Aflitos, em Vale de Salgueiro;
- Rotunda na Zona Industrial;
- Reconstruíram-se muitos passeios na cidade com rebaixamentos para os deficientes;
- Meteram-se quilómetros de fibra óptica e tubagem para o gás natural;
- Fez-se a iluminação do acesso ao nó Este do IP4;
- Organizou-se os Arquivos Municipais no edifício dos Magistrados (que outros deixaram ao abandono nos armazéns da Câmara);
- Criaram-se condições,para que uma empresa privada, com empresários Mirandelenses, investisse numa mini-hídrica no rio Tua, enquanto outros vão investindo em locais fora do Concelho;
- Resolveu-se um problema com 12 anos de existência, que determinados iluminados deixaram na Câmara: os terrenos onde foi construído o Instituto Jean Piaget.

No campo cultural, tivemos um ano cheio de acontecimentos culturais, que é de todos conhecido, mas neste campo saliento a "Carta Educativa", que já foi aprovada nesta Assembleia Municipal e também homologada pelo Governo, com a hipótese de se construir de raiz em Carvalhais um agrupamento.

Os munícipes ainda não se aperceberam da importância desta decisão. Se o Governo cumprir connosco aquilo que assinou, teremos naquela zona um foco de desenvolvimento e um centro escolar por excelência, proporcionando aos alunos umas excelentes condições de trabalho.

Mas ao recebermos as rosas, também recebemos os espinhos como seja as despesas com os extra-curriculares, com a alimentação dos alunos e o aumento de crianças que temos que transportar para esses agrupamentos.

No campo político o executivo também obteve algumas vitórias como seja:

- A Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte ficar sedeada em Mirandela;
- A Agência de Segurança Alimentar e Economia (ASAE), na Quinta do Valongo;
- A P.S.P. em, Mirandela;
- A cedência de espaço e instalações na Quinta do Valongo para instalação do Pólo Tecnológico Agro-Alimentar;
- A cedência de terrenos por parte da Direcção Regional de Agricultura para o aumento do Parque de campismo.
- É verdade Senhores Vereadores da Oposição, eu não sofro de amnésia, também tivemos uma derrota. Perdemos a nossa Maternidade, mas a culpa não foi nossa, pois lutámos com tenacidade e mostramos que ainda existem transmontanos de barba rija, manifestamo-nos civilizadamente e talvez tenha sido esse o nosso erro. Mas neste movimento de protesto é de salientar a união dos Mirandelenses (apesar de alguns fugiram) quando se luta por causas justas.

Mas este movimento da população, também deixou marcas nos nossos governantes no momento de decidirem, em relação à Urgência Médico-Cirúrgica.

O ficarmos com a Urgência Médico-Cirúrgica incluída na Rede Nacional de Urgências Médico-Cirúrgicas e com uma unidade diferenciada de cirurgia ambulatória, criou enjoos a muita gente, especialmente aos Administradores do Centro Hospitalar de Bragança.

Mas eu, ainda não perdi a esperança de ver regressar a Maternidade a Mirandela. Os responsáveis já começaram a reparar na incompetência daqueles administradores e no erro que cometeram. O tempo irá nos dar razão.

Não me quero alongar mais na análise deste documento, pois quem faz realmente a análise da actividade deste executivo, são os eleitores com o seu voto no tempo de eleições ou com a sua opinião nas sondagens que por vezes são feitas.

A Eurosondagem realizou entre 26 e 28 de Fevereiro de 2007, uma sondagem no Concelho de Mirandela, em que uma das perguntas era o seguinte:

"O que acha da actuação de José Silvano como Presidente da Câmara Municipal de Mirandela?

Responderam:

Muito boa	13,5 %
Boa	64,2%

O que perfaz 77,7 % ou seja mais 3 quartos dos munícipes tem esta opinião do seu Presidente da Câmara.

Por isso Senhores Vereadores da Oposição, podem ter as amnésias que quiserem, fazerem esses discursos redondos, encherem as actas com declarações bombásticas, com planos estratégicos que só têm aplicação em concelhos virtuais, porque os Mirandelenses estão com o seu Presidente e com os seus vereadores, que aqui também merecem uma palavra de elogio pelo seu trabalho desenvolvido e pela união existente entre eles, em defesa de um projecto que o eleitorado referendou com uma maioria.

Relativamente ao grupo parlamentar do PSD, estamos satisfeitos com o seu trabalho desenvolvido em 2006 e por isso irá votar favoravelmente as "Contas e Relatórios de 2006".Muito obrigado.

Deputado Municipal Jorge Costa (PS):

Boa tarde, cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia e os restantes membros da Mesa, Sr. Presidente do Executivo, Sr.ª s. Vereadoras, Srs. Vereadores, Colegas e Público presente.

O Partido Socialista aquando da apresentação do Plano Plurianual de Investimentos e do Orçamento para o ano de 2006 e como é nosso hábito e com o sentido de responsabilidade, expressámos o nosso sentido de voto, que foi a abstenção, o benefício da dúvida, permitindo que o Executivo tivesse todas as condições políticas para concretizar o seu plano.

Verificamos no documento hoje aqui apresentado, que as despesas de capital, aquelas que espelham o futuro do Concelho, pouco ultrapassam os 30%, uma taxa de execução muito abaixo do previsto.

Por outro lado, nas despesas correntes, nomeadamente as despesas com pessoal, continua a verificar-se um substancial aumento.

Quanto à concretização das obras estruturais enunciadas no Plano, para o novo impulso do Concelho, aquelas que geram e impulsionam a economia, algumas avançam a um ritmo que consideramos lento, outras ainda nem se vislumbra o seu início e que não devem ser confundidas com obras de embelezamento da cidade, que naturalmente todos reconhecemos, mas Sr. Presidente, Mirandela precisa de um novo ciclo, um novo rumo.

Por tudo isto o Partido Socialista, em consciência e com o mesmo sentido de responsabilidade, não pode dar o seu aval ao Relatório de Conta e Gerência do ano 2006, porque está muito aquém das expectativas apresentadas aos Munícipes, pelo que vamos votar contra este documento. Muito obrigado.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Em primeiro lugar era dizer aos elementos da Assembleia que devem acrescentar no Regimento, no artigo 21.º, ponto 2, alínea c), em que diz "apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação", deve ser acrescentado com: "como apreciar e votar os documentos de Prestação de Contas", porque no Regimento não vem a votação de Prestação de Contas.

Agora, relativamente a esta situação, nós não temos a possibilidade de fazer propostas, só fazemos sugestões e fazemos as críticas ao longo do ano.

Eu acho que a votação da Prestação de Contas que a lei exige e exige há relativamente pouco tempo, que dantes não era assim, era só a apreciação, é um pró-forma.

Primeiro porque as contas são avaliadas pelo Tribunal de Contas como já foi dito, há o POCAL em que as contas são feitas e este documento serve de facto como um documento histórico, um documento de consulta.

Depois, esta história de que, o que foi feito em 2006. Admitindo que a Assembleia vota contra, rejeita? O que acontece a isto? Eu gosto de coisas que ao votar resultem alguma coisa. Como disse a avaliação do Executivo já foi feita ao longo do ano. Como isto é um documento técnico político, nós vamos abster-nos.

Já agora, só por uma questão disto ter algum valor, gostava que onde diz aqui, "O Presidente da Câmara" e etc., por aí abaixo, fossem assinados, para isto ter algum valor jurídico, porque senão não tem nada. Muito obrigado.

Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):

Só queria deixar aqui alguns esclarecimentos relativamente à forma como se elaboram os orçamentos.

Nós normalmente nas nossas casas, só gastamos de acordo com as nossas receitas. Portanto a primeira coisa que deve ser tida em conta é realmente o apuramento da receita ou saber minimamente qual é a receita que vamos ter, para depois partirmos para a despesa. Este é o princípio fundamental, para se ter

um certo equilíbrio no orçamento, caso contrário, depois dá-se esta situação extraordinariamente desagradável, constantemente estão a fazer rectificações ao Orçamento. Isto na verdade não deveria ser assim.

Outra questão que eu queria deixar aqui, era, a seguinte:

Relativamente aos subsídios, eu convidava a Câmara a dar uma listagem muito concreta, sobre os subsídios que são apresentados, porque realmente nós temos um valor que vem em bloco e não temos realmente essa discriminação.

E agora quanto à questão da amnésia que o Sr. Deputado Prof. Dinis acabou agora há pouco tempo de referir, eu quero-lhe dizer que os deputados do CDS/PP, dispensam os seus ensinamentos.

E quero-lhe dizer mais ainda, quero dizer realmente que na verdade o Sr. faz-me lembrar aquela figura do senado romano chamada "Catilina". O Sr. tem uma certa tendência para nos alfinetar.

Eu queria deixar-lhe aqui esta mensagem, não vale a pena realmente entrarmos por aí, porque é extremamente desagradável, mas isto não é um diálogo, eu quero continuar com a minha intervenção.

Mas quero-lhe dizer mais. Ainda falta muito tempo para que a Câmara do PSD ou as Câmaras do PSD, tenham dado a Mirandela, a projecção que lhe deram as Câmaras do CDS.

Quanto à questão da sondagem eu queria dizer-lhe o seguinte: a sondagem foi para um facto muito concreto. Foi para um facto muito concreto, segundo verifiquei pelo jornal, os dados que foram lá introduzidos.

Eu gostaria realmente que esta sondagem fosse feita, mas de carácter geral, não é para perguntar realmente à opinião pública, em termos de saúde, qual é realmente a postura do Sr. Presidente da Câmara. Isso é uma situação completamente diferente. Portanto isso não serve para essa afirmação que o Sr. fez aqui.

Quanto ao Plano e Contas, eu queria deixar aqui a posição do CDS/PP, relativamente à sua Declaração de Voto e começava por ler exactamente o seguinte:

Antes de mais, não podemos deixar de expressar aqui o nosso descontentamento pela remessa não atempada destes elementos para estudo e apreciação dos membros da assembleia.

Com efeito, não é em dez dias que se podem apreciar os documentos para efeitos de tomar uma decisão sobre os mesmos.

Assim, a análise é feita em termos globais e da qual resultaram quanto a nós as seguintes conclusões:

A estrutura do "Relatório da Prestação de contas de 2006", obedece aos paradigmas e formalismos utilizados no documento do ano anterior, com algumas alterações, designadamente quanto aos gráficos que são mais **coloridos.**

Relativamente ao seu conteúdo, dúvidas não restam de que a Câmara sangra-se para justificar que está de boa saúde.

Ora, não é esse o nosso entendimento. E esta posição do Grupo Municipal do CDS/PP não é pelo facto de ser oposição, pois não confundimos a nuvem com Juno.

Na verdade, não podemos concordar que nos orçamentos das receitas e das despesas se verifiquem as seguintes diferenças:

a)	Previsão de receitas correntes	12.588.492,93 €
	Receitas cobradas	11.513.415,63 €
	Diferença para (-)	1.075.077,30 €
b)	Previsão de receitas de Capital	24.476.103,78 €
	Receitas cobradas	8.945.913,59 €
	Diferença para (-)	15.530.190,19 €
c)	Previsão de despesas correntes	14.081.852,13 €
	Despesas pagas	11.649.212,63 €
	Diferença	2.432.639,50 €
d)	Previsão de despesas de Capital	23.277.007,00 €
	Despesas pagas	.8.676.473,85 €
	Diferença (-)	.14.600.533,15 €

Daqui se infere que as previsões orçamentais que a Câmara vem elaborando nestes dois últimos anos, não assentam em qualquer suporte sério, ou melhor têm como objectivo transmitir uma imagem da Câmara que não corresponde à realidade.

Na análise da execução orçamental, verificamos que as despesas correntes, designadamente as despesas com o pessoal e aquisição de bens e serviços, consumiram-se 82,73% das receitas.

Ora, com este quadro, a fatia mais importante da receita foi gasta com aquelas rubricas, pouco restando para as rubricas essenciais e destinadas às grandes obras de desenvolvimento do Concelho.

De igual jeito e tal como se verificou no ano anterior as comparticipações comunitárias em 2006 ficaram-se pela verba ridícula de 859.883,10 € o que se traduz numa percentagem de 6,2%.

Quanto ao mais, damos aqui por reproduzida a "Declaração de Voto" subscrita pelos Senhores Vereadores do CDS/PP e que faz parte integrante da acta da reunião da Câmara Municipal de 11 de Abril de 2007.

Tal como referimos na declaração de voto do ano anterior, sem embargo de reconhecermos o trabalho técnico exaustivo para a elaboração do Relatório e Contas, considerando que não pretendemos ser arguidos no processo de Julgamento de Conta pelo Venerando Tribunal de Contas, o Grupo Municipal do CDS/PP, por todos os motivos antes invocados, vota contra a aprovação do Relatório de Prestação de Contas de 2006 da Câmara Municipal de Mirandela. Disse.

Deputado Municipal Humberto Cordeiro (PSD):

A análise do Relatório e Contas apresentado para apreciação desta assembleia, sobressai o elevado número de obras municipais, resultando num enorme esforço financeiro e de grande capacidade de realização e de trabalho.

O apoio financeiro às freguesias e às associações culturais, desportivas, religiosas e outras, verdadeiro motor de desenvolvimento das capacidades pessoais e humanas, e a prestação de um verdadeiro serviço aos mais carenciados e idosos, bem como os subsídios atribuídos à sociedade civil na preservação e conservação do património histórico entre outros, mostram bem a preocupação que o executivo dedica à sociedade. O esforço financeiro é grande, mas é também grande o merecimento.

As críticas dirigidas pela oposição, principalmente as relacionadas com a taxa de execução e das despesas correntes, como de costume, são injustas e distorcem o que vemos na realidade. A realidade é que cada ano que passa assistimos a olhos vistos, à assunção de cada vez mais protagonismo da nossa cidade, quer do ponto de vista local, quer do ponto de vista nacional.

Por em causa, uma gestão que colocou Mirandela no mapa e que todos os fins-de-semana se assiste a uma autêntica romaria de forasteiros, não se pode ser sério, escamoteando a realidade.

Uma das criticas que os Srs. Vereadores da oposição mais frisam tem haver com o rol de dívidas a empreiteiros e fornecedores apresentadas no relatório.

A este propósito, passo a explicar à Assembleia o que de facto se passa relativamente a este tipo de críticas. Senão, vejamos:

A divida total a fornecedores e empreiteiros é de cerca de 6 milhões de euros mas as dividas a empreiteiros de grandes obras, como sendo Beneficiação da EN nº 15; Ribeira de Carvalhais; Centro de Saúde II; Despoluição do Rio Tua 6ª fase; Requalificação urbana e educação, ascendem a cerca de 5 milhões e quinhentos mil euros. Ou seja cerca de 90% dessas dívidas, são destas 5 ou 6 obras. Estas dividas têm um atraso médio de 6 meses. E 75% dessa divida é da responsabilidade do Governo central que assumiu o compromisso do seu pagamento quando as homologou. Para que conste, o Governo vem atrasando os pagamentos desde Junho, aliás, o Dr. Rui Magalhães já tinha falado nisso.

Dos tais 6 milhões de euros a empreiteiros e fornecedores apenas cerca de 9%, repito 9% ou seja, cerca de 500.000 mil euros, são dividas a empresas rodoviárias e de transportes escolares, cujo prazo médio de pagamento é apenas de 3 meses.

A divida escandalosa a que os Srs. Vereadores do CDS/PP se referem na sua declaração de voto, aos comerciantes da cidade, representa apenas 1% do total das dividas a que nos estamos a referir, 1%, ou seja cerca de 75.500 mil euros. Acresce que o prazo médio de pagamento a este tipo de fornecedores é apenas de 2 meses. Ou seja, a Câmara só deve o dinheiro aos nossos comerciantes, 2 meses. Acho que não é assim uma coisa tão extraordinária como querem fazer crer (digamos assim) os Srs. Vereadores da Oposição.

Dos tais 6 milhões de euros, só cerca de 1 milhão e 500 mil é que são de facto da responsabilidade da Câmara, devendo assegurar receitas quer do orçamento do estado quer de receitas próprias.

No sentido de esclarecer a Assembleia, apresento para termo de comparação, o total da divida (empreiteiros fornecedores e instituições bancárias, aliás o Dr. Rui já se tinha referido a isto, mas eu vou reforçar mais aquilo que ele disse) e apresento o total da dívida de várias Câmaras.

Por exemplo:

- Câmara de Chaves, deve 34 milhões de euros, quase três vezes mais que Mirandela.
- Câmara de Bragança, 22 milhões de euros, quase o dobro de Mirandela.
- Câmara de Murça, 12 milhões de euros, quase tanto como Mirandela, quando Murça é uma pequenina cidade, que não tem qualquer comparação com a cidade de Mirandela, ou com o Concelho de Mirandela.
- Câmara de Vila Real, deve 32 milhões de euros, mais do dobro do que a nossa Câmara.
- Câmara de Freixo que é quase do tamanho de uma freguesia das nossas, como Carvalhais, Torre, tem 11 milhões e 500 mil euros de dívida.
- E a nossa Câmara tem 13 milhões e 700 mil euros.

Não sei onde nós estamos assim tão mal.

Como vêm os opositores da Câmara dizem sempre mal, comparando estes valores com valores do passado, quando a dinâmica actual não tem nada a ver com a dinâmica do que atrás se fazia.

O rumo seguido, o elevado espírito empreendedor e a dinâmica do executivo, visando o desenvolvimento do concelho ilustra bem a capacidade de trabalho demonstrada.

A gestão está nos limites da lei e cumpre e não compromete o futuro. Muito obrigado.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Eu não estava com ideias de intervir, mas é só para dar uma explicação ao Sr. Deputado Municipal Dr. Maximino.

Eu quando me refiro à oposição, e especialmente ao PP, com as minhas alfinetadas ao PP e bato no PP, é simples a razão, é que no executivo só há oposição PP, porque se houvesse dos outros também levavam, não tenha ilusões.

Portanto, quer aos Srs. Vereadores da oposição, quer aos Srs. Deputados do PP da Assembleia Municipal, eu não tenho nada contra eles, pelo contrário, há pessoas dentro do PP com quem eu tenho relações de amizade, agora é evidente que politicamente tenho que bater em vocês. Não há dúvidas, como os Srs. vêm aqui e batem no Executivo PSD, portanto estamos entendidos.

Presidente da Assembleia Municipal:

Sim senhor. Não sei se da parte do Executivo há alguma intervenção sobre esta matéria?

Presidente da Câmara Municipal:

Há umas pequenas questões para esclarecer, Sr. Presidente da Mesa.

Em primeiro lugar, agradecer às intervenções feitas já na bancada do PSD, que no fundo acabaram por já explicar muitas das dúvidas aqui levantadas, só que há questões de princípio que eu acho que os Mirandelenses todos, através dos seus representantes, devem saber. E às vezes é bom que determinadas pessoas usem aqui algumas expressões e alguns argumentos para as podermos virar o feitiço contra o feiticeiro.

E dizer ao Sr. Dr. Maximino com toda a sinceridade, que o grupo do CDS, não precisa de certeza absoluta das lições do Prof. Dinis. Mas olhe que o grupo do PSD também não precisa das lições do Dr. Luís Sousa, pode ter a certeza absoluta que não precisa dessas lições. E mais, dizer-lhe mais, que o que o Dr. Luís Sousa aqui veio fazer, o Dr. António Costa devia ficar orgulhoso do trabalho feito e os Municípios portugueses ficariam tristes nas suas quase 80% a favor da sua intervenção. Por isso da minha parte nem sequer um comentário merece, porque é uma visão perfeitamente de quem elaborou ou de quem participou numa lei eleitoral, numa lei de financiamento das autarquias locais, que é exclusiva de uma das partes e que tem 85% dos municípios contra, inclusive daquele onde o Sr. está sentado.

Portanto isto que fique claro e objectivo.

Em segundo lugar dizer também e porque é importante esta questão, que, fala-se e começou o Dr. Luís Sousa com as contradições entre o Executivo, entre aquilo que estava no Plano e Orçamento e agora o Relatório final de Actividades.

E não se lembrou de aqui também fazer, porque era isto que faz uma pessoa que diz que tem que ser justa, que tem que ser equitativa, que temos que ver a realidade além dos partidos políticos, das contradições e dos exemplos que tem no seu partido e na sua oposição na sua bancada, sobre vários assuntos que decorreram durante este ano.

E eu lembro-lhe 3 ou 4. Outro dia dava uma entrevista na rádio e lembrava-lhe 3 ou 4, agora tenho outros diferentes.

Olhe, a sua bancada, quer da Câmara quer da Assembleia Municipal, na construção da Mini-hídrica de Mirandela e toda a gente aqui conhece as intervenções feitas e a deliberação, diz que a Câmara não devia entrar nessa parceria público-privada, ou melhor devia entrar nessa parceria, porque daí vinha um grande acrescento em termos gerais para o município, quando esta questão estava decidida há mais de 5 anos numa Câmara Municipal, que o Sr. tinha obrigação de saber, até pelas lições que dá nos órgãos onde pertence, que as instituições têm que cumprir aquilo que decidem, independentemente dos actos eleitorais.

Há 5 anos que estava decidida essa questão, por unanimidade, na Câmara Municipal.

Mas maior espanto é este e por isso é que é a contradição, é que depois vem outra iniciativa privada, que é o Hospital da Terra Quente, que o Presidente era a favor e o seu grupo foi logo contra.

É isto que traduz de facto a parceria no Hospital, basta ver as declarações de voto que estão nas actas em termos gerais, porque se não são do contra, são do nim, nem a favor, nem contra.

Depois tem outra situação (desculpe, sem diálogo, porque eu também não o interrompi a si, eu a si não o interrompi).

Mas vejam as contradições, nós temos que ter estofo para ouvir "é que os outros é que são autoritários e nós é que somos democratas". E quando somos democratas temos que saber ouvir, falamos mas também temos que saber ouvir, por muito que nos custe. Temos que saber ouvir.

Na questão da maternidade, imaginem e leiam as actas, era diálogo, diálogo, não luta na rua, houve situações complicadas por causa da luta na rua, da legalidade da ilegalidade, das fronteiras entre a legalidade e a ilegalidade e a posição do CDS/PP baseou-se nisto.

Mas entretanto, na aprovação do Hospital privado, vem outra vez à Câmara Municipal, é proposta lá uma maternidade a funcionar e também se fica no nim.

Imaginem que em 2006, assumiu-se publicamente perante a tutela, aqui numa reunião neste auditório, em cima, onde se propunha uma unidade articulada para se poder ficar com a maternidade. E na altura vi os representantes do CDS/PP intrigados porque isso não era nada, isso era destruir o público. E agora que o hospital privado traz a maternidade, vêm dizer, não, não, deviam investir era numa maternidade pública, queremos saber qual é a maternidade pública. E são estas contradições essenciais em termos de e o que os Mirandelenses entendem, por isso não se espantem com grandes sondagens em termos gerais, são estas contradições que a população sente, porque não há aqui uma convicção. Não há aqui uma aderência total e só por uma questão, é pela questão de o Presidente da Câmara e a Câmara Municipal do PSD estar a favor de determinadas matérias. Não é rigorosamente por mais nada. Por questões ideológicas não é a favor ou contra o privado, entende o PCP, não entende o CDS. Por valores também não é porque sempre defenderam uma situação diferente. É porquê? São por situações perfeitamente concretas que demonstram que nós podemos ter várias contradições, mas os outros também as têm e têm-nas em termos significativos.

Depois diz o Dr. Maximino e muito bem, que não conhece os subsídios que são atribuídos às instituições... imaginem isto! Um jurista que sabe e que deve saber, que as Câmaras Municipais não podem ter nenhum subsídio atribuído e eu repito, nenhum subsídio atribuído sem ser publicado nos jornais locais obrigatórios e em Avisos Públicos feitos, quer na Câmara Municipal, quer nas sedes das Juntas de Freguesia. Isto é notável, quando (se calhar na Junta de Freguesia das Aguieiras tiram o papel antes de chegar o Dr. Maximino) é obrigatório fixar e afixar esses subsídios nos locais públicos e nos locais normais.

Não percebo que mais transparência as pessoas podem crer deste tipo de situação, para que compreendam onde estão os subsídios, qual é a quantia de subsídios e qual é a distribuição dos respectivos subsídios. Não consigo entender esta situação.

Em relação à questão posta também pelo Jorge Costa e que também foi comum ao Deputado Luís Sousa e penso que também a outras intervenções da questão das despesas correntes e vêm aqui dizer que são 82% que gastaram em despesas correntes do orçamento da Câmara Municipal.

Ó meus amigos, vamos lá ser sérios. São 82 dos 100% previstos para despesas correntes, não são 82% do orçamento municipal. Digam a verdade toda, porque fica bem dizer a verdade toda. Levando isto ao extremo, até quer dizer uma coisa. Dos 100% previstos, só se executaram 82%, mesmo em despesas correntes. Se quiserem tirem essa ilação. Claro que dizem, mas em despesas de capital também tinham 100 e só executaram 37,5 ou 40.Isso é uma crítica, mas digam que nas despesas correntes não são 82% do orçamento, são 82% das despesas previstas para despesas correntes. Digam isto com toda a clareza.

E reparem numa coisa que ainda é mais significativa em termos de explicação e para ver que os argumentos desta prestação de contas, são políticos, não são técnicos nem são legais. Eu sou há 12 anos Presidente da Câmara de Mirandela, já fiz 12 orçamentos e 12 prestações de contas, pelo menos, eu já tive 8 aprovadas pelo Tribunal de Contas, perfeitamente legais, sem nenhum comentário a acrescentar. Como já tive 2 ou 3 em que por poucos pormenores tive que acrescentar para as poderem aprovar. Não tive nenhuma reprovada em termos legais.

Isto quer dizer o quê? Que a aprovação que se faz deste documento nas Assembleia Municipais, é política, não é de legalidade nem técnica, é política, porque os órgãos próprios é que aprovam o orçamento e o plano e as contas, em termos quer do Tribunal de Contas, quer da Direcção Geral de Contabilidade Pública.

E para lhe dizer outra coisa, que é a questão da responsabilização das Câmaras Municipais. Eu acho-vos piada, juro. Por esse discurso fácil que se faz. Normalmente contra os políticos, mas especificamente contra as Câmaras Municipais, por quem trabalha em organismos centrais e vou-vos dizer porquê, porque é que digo isto. Porque eu não conheço, nem uma sociedade privada, nem uma sociedade pública, nem os que são nomeados para cargos públicos, nem os que trabalham em instituições públicas (eu já lá trabalhei) que tenham que mandar e que possam ser fiscalizados e responsabilizados por: Tribunal de Contas, IGAT. Ministério Público, Polícia Judiciária e cidadãos através do voto. É que eu vejo muita gente nomeada e a trabalhar em instituições públicas, que se fosse a votos, não tinha nenhum e não são responsáveis perante ninguém.

Se há responsabilidade individual neste país, onde escrutinado, é o Presidente da Câmara principalmente, onde toda a gente sabe o que faz, o que não faz, o que deixa de fazer, o que falta fazer, o que dizem que faz, tudo. Eu não conheço, tanta gente que trabalha nesses serviços todos, se quer a responsabilização que tem um Presidente da Câmara. Não conheço. Respondem perante quem? São nomeados por quem? Nós além do quadro legal que temos para responder, temos o escrutínio, que em democracia é essencial. O povo está de acordo vota, não está de acordo não vota.

Os meus técnicos não têm esse julgamento. Os meus funcionários não têm esse julgamento, porque o Presidente da Câmara quer queiram quer não, é o responsável e é que é julgado pessoalmente, quase por isso tudo, independentemente das circunstâncias.

Por isso é que eu digo que maior escrutínio do que este, maior responsabilidade do que isto, não existe. E quando as pessoas vêm dizer que isto é política de caça ao voto, meus amigos, para apanhar votos é preciso ter bom senso, é verdade, agora que chamem ao povo que não sabe votar, ou que o povo está iludido, ou que o povo é burro, não acredito nesses argumentos. O nosso povo cada vez é mais sábio, cada vez é mais sereno, cada vez é mais tranquilo, não precisa de ninguém andar na caça ao voto, o povo não se deixa iludir. Agora alguns não sabem é caçar esses votos, que não têm bom senso. Têm muita teoria, mas não têm bom senso e isto é que é a grande diferença nestas circunstâncias todas em ternos do que se discute, em termos de Finanças Locais.

Em relação ao perder dinheiro e também com a mesma à vontade eu gostava e ainda vamos ter oportunidade, porque esta Assembleia Municipal vai durar pelo menos e esperamos todos que sim, até Outubro de 2009.

E eu quero ouvir o Deputado Luís Sousa nesta Assembleia Municipal em 2008, na Lei das Finanças Locais, depois de retirada a lei travão, a dizer quanto vão receber em 2009 as Autarquias Locais do Distrito de Bragança, a menos do que o que recebem hoje, porque aí eu quero ouvi-lo aqui e a explicação sobre essa matéria, também com toda a sinceridade, aqui objectivamente., porque onde se vai notar essa situação, é no ano 2009, 2010, 2011, passado o prazo da lei travão. E eu nessa altura e acho que nos lembramos todos, vou querer saber de facto, se esta lei das Finanças locais beneficia ou prejudica os Municípios do interior e os municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro e aí vou querer saber, podem ter a certeza absoluta.

Em relação às outras questões eu não tenho mais nada a dizer, que vem escrito, se virem no rol de dívidas e na justificação deste documento, tem lá 5 alíneas e basta ler um parágrafo (e por isso é que eu digo que é preciso ganhar credibilidade nas críticas)

Primeiro apenas 1% do comércio de Mirandela, tem pagamentos atrasados.

Segundo os pagamentos atrasados estão todos dentro de 3 meses, tomara eu que tivesse situações em que 90 dias tivesse tudo pago, mesmo empresas privadas.

Segundo lugar, leiam porque é que a dívida atinge esse montante em termos de despesas não pagas e vão chegar a uma conclusão e as cinco obras que aí estão, o Governo assinou, (e toda a gente sabe isto) e não é culpar Governo nenhum, que o Governo faz a melhor política que pode para apresentar as contas no final, com o menor défice orçamental que pode.

Agora o que foi verdade e é verdade em todos os Municípios é que, eu assinei três milhões de Euros de pavimentação de uma estrada e o Governo em 2006 não conseguiu transferir nem um tostão, porque lhe interessava em termos de gestão da sua própria estratégia, da sua própria dívida pública. Mas assinou o protocolo e devia-o ter transferido. Se assinou, já que nós somos responsáveis e devemos assinar as responsabilidades, também o Governo as deve assumir.

Segundo, que vêm aí três ou quatro obras que estão concluídas, algumas das quais vão ser inauguradas, que o dinheiro só veio em 2007 e não veio em 2006, por isso não me preocupa rigorosamente nada a dívida que está aí da Câmara Municipal de Mirandela, porque ela é perfeitamente estabelecida dentro dos limites legais, perfeitamente inferior em percentagem a qualquer autarquia do distrito de Bragança, não sei do país por não as ter todas, mas já vou fazer um exercício desses para a próxima reunião de Câmara, que acho que as questões devem ser discutidas com verdade, quando saírem agora os números do INE em

termos de situações normais e gerais e depois numa actividade e quer queiram quer não, gostem ou não gostem, tem sido consensual nas suas colectividades. Se calhar alguns quando dizem que financiam as colectividades desta e daquela maneira, deviam estar habituados a um tempo em que iam as colectividades à rádio e à televisão falar mal da Câmara e depois ia a Câmara defender-se porque é que não financiava as colectividades.

Há 3, 4, ou 5 anos que todas as colectividades de Mirandela, independentemente da cor política que tenham e há aqui de várias cores político partidárias, se há uma unanimidade que têm é que a Câmara no dinheiro que tem e que pode dar, as trate a todas por igual e as trate a todas da mesma forma.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Antes de mais, eu queria dizer o seguinte:

Já foi aqui alertado e agora estou a interpelar a mesa, já foi aqui referido uma vez e volto a referir o tratamento que se faz das pessoas dentro desta Assembleia.

Deste lado somos todos deputados e presidentes de junta, portanto por inerência estão também aqui com assento.

Portanto quando se referirem a mim, por favor refiram-se deputado Luís Sousa e agradeço. Não sou Doutor, não sou médico, o Sr. é que é o médico, sou doutorado e se mais, tratar-me-ia por Professor Doutor, mas como eu não faço a questão de ter títulos e não faço questão de ter títulos, prefiro que me tratem ou por Senhor ou por Deputado. E Deputado parece-me apropriado.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, interpolou O Sr. Deputado e disse: tem sido preocupação desta Assembleia e penso que é um sentimento global da Assembleia, de facto respeitar esse estatuto de igualdade.

Eu julgo que é uma questão de respeitabilidade e de reconhecimento, porque este conjunto de deputados tem feito ao longo desta legislatura.

Tem havido a preocupação de haver um tratamento igualitário e de grande respeitabilidade. É certo que uma vez ou outra, numa inércia que a própria oratória permite e conduz, que saia um tratamento próximo. Naturalmente 90% das pessoas que estão à minha frente, conheço-as desde "menino", de há muitos anos e é provável que às vezes até venha um "por tu", eu julgo que isso é perdoável em questões de natureza humana.

Mas fica o recado dado, todos são deputados da Assembleia Municipal de Mirandela.

O Sr. Deputado Municipal Luís Sousa, respondeu: eu tenho exactamente as mesmas preocupações humanas e aquilo que eu notei várias vezes, são posições de escárnio, de hostilidade em relação ao estudo, à análise, à reflexão, porque eu sei interpretar contextos em que são ditas as coisas.

Portanto, vamos lá ver se nos entendemos, eu fui claro naquilo que disse e agradeço atenção, "não há doutores nem engenheiros", eu não quero aqui passar por engenheiros falsos, nem doutores falsos.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, disse: Sr. Deputado permita-me que o interrompa novamente, quem conduz a Ordem dos trabalhos é a Mesa, em função do Regimento que todos temos que respeitar, chega de insinuações.

O que eu peço em nome da Mesa e em nome desta Assembleia, é respeito pelo Regimento.

E se houver da parte de todos os intervenientes respeito pelo que está regimentado, naturalmente não teria havido esses excessos nem essas lateralidades. Nós queremos ser os primeiros e fará o favor de nos dar essa questão de justiça, de ser os máximos representantes na orientação destas questões. Sr. Deputado pedia-lhe o favor de intervir sobre o assunto, objectivamente.

O Sr. Deputado Luís Sousa continuou a sua intervenção:

Então relativamente ao assunto, a questão é esta: a análise que nós apresentámos em relação às contas de 2006, é uma análise política, não é uma análise técnica, é de facto uma análise política, tal, qual é a análise que o Sr. Presidente e os deputados do PSD fazem. Nem me parece que poderia ser doutra maneira, porque nós não somos funcionários do Tribunal de Contas.

Relativamente aqui aos termos de comparação que foram feitos com outras autarquias, termos de comparação é preciso parâmetros e é preciso definir os indicadores, ok? E a mim custa-me utilizar esta linguagem, porque não tarda, já vai alguém dizer que eu venho para aqui dar lições. Eu não dou lições a ninguém. Quem quer ouvir, ouve, quem perceber, percebe, quem não perceber, paciência.

De facto há que definir os parâmetros sobre essas comparações, porque estamos a falar de dimensões diferentes, de realidades completamente diferentes, não podemos olhar à receita sem olhar todo um outro conjunto de indicadores que temos, a receita, a despesa, aliás era endividamento que estávamos a falar na altura.

A questão de me ter colocado, há cinco anos, Sr. Presidente eu de facto, não estava cá e desta vez vim cá a avaliar as contas de 2006, não vim a avaliar as contas de há cinco anos, devo também acrescentar que alguns dos gráficos que vêm no Relatório, vêm em triénios, o que a meu ver também não deveria ser, deveriam vir os valores apenas anuais e pode ser progressivos, desde a data que o Senhor. Entender.

E quanto à questão de legitimidade democrática, nem vou comentar isso, porque o Senhor tem a mesma legitimidade democrática que eu tenho, porque eu estou aqui eleito para o efeito.

Perda de receitas em 2008 e 2009, se os Municípios do interior, Distrito de Bragança, vão aumentar ou vão ver descer a sua receita após a introdução da nova lei de finanças. Eu só lhe digo o seguinte, depende um pouco daquilo que o Senhor conseguir fazer. Eu é que lhe vou ter que perguntar o que é que fez para aumentar essas receitas, que aliás é o que estamos a perguntar aqui. O que é que têm feito para aumentar essas receitas e captar esses recursos.

Relativamente aqui à questão do endividamento da lei das finanças, eu confesso que não sou o único a levantar alguns pontos positivos, relativamente a esta lei.

Num artigo publicado a 30 de Setembro de 2006 "Rui Rio", autarca do PSD, duma das maiores autarquias do país, encontra aspectos positivos e negativos no conjunto das novas regras para as autarquias. O mais favorável, prende-se com a racionalidade imposta pela nova fórmula de cálculo do endividamento das autarquias. E com os próprios limites ao endividamento, subscrevo que os limites têm de ser apertados e portanto como vê, não sou o único a apontar alguns pontos positivos de disciplina das finanças através desta nova lei. Muito obrigado.

Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):

Só duas referências em relação à intervenção do Sr. Presidente da Câmara. A primeira é que eu quero-lhe pedir que deixe de se referir às Aguieiras, porque eu sou um cidadão deste país, não sou um cidadão das Aguieiras, vamos lá ver se a gente se entende aí.

Segundo lugar, a verdade é que o Sr. tem toda a razão em relação às despesas. Uma coisa é certa, nós não estamos aqui a falar do orçamento global entre a receita cobrada na totalidade e a despesa, nós estamos a falar realmente em relação às receitas que o Sr. orçamentou, efectivamente há um gasto de 82% da receita. Sem dúvida nenhuma que não estamos a juntar as receitas de capital e as receitas correntes, para depois daí tirarmos a conclusão que a receita que são 82%. Mal andaria esta Câmara se assim fosse, mas que tem mais 50%, tem, naturalmente, no conjunto global do orçamento.

Finalmente eu queria deixar-lhe aqui uma mensagem, como já lhe deixei, seja mais humilde nas suas intervenções. Fica-lhe muito bem. Muito obrigado.

Senhor Presidente da Câmara Municipal:

Senhor Presidente, falta só estas questões levantadas, rapidamente, um minuto.

Só para dizer que, eu se fosse Presidente da Câmara do Porto ou de Lisboa também concordava com esta lei, fazia a mesma declaração que o Sr. Rui Rio, mas eu, já que estamos em partidos políticos, aconselhava a ler também a do Presidente da Câmara de Ponte de Lima, que é elucidativa.

E em segundo lugar dizer ao Dr. Maximino que a questão da humildade, responde-se com humildade, quando há perguntas com humildade. Responde-se na mesma moeda, quando as perguntas são feitas dessa forma.

Quando me dizem que a Câmara não publica subsídios, "quando não os conhecem", quando legalmente é obrigatório fazê-lo, exige a resposta que teve.

Agora para terminar, dizer-lhe. Porque me tinha esquecido, de facto, elogiar e dizer-lhe que em seis meses de mandato que teve como Presidente da Câmara de Mirandela, louvá-lo e agradecer-lhe o papel que teve na promoção e publicidade deste Concelho.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Eu vejo na sala o Sr. Bernardino Manuel Pereira que é Presidente da Junta do Romeu, eu creio que ele devia pedir a suspensão neste momento, porque sendo ele parte interessada que consta aqui, não deve votar a Prestação de Contas.

Presidente da Assembleia Municipal:

Sim senhor, fica o recado para a Assembleia e fica registado.

Não havendo mais intervenções vamos votar.

Votação:

Votos Contra.....14
Abstenções 1
A Favor.....42

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 42 votos a favor, 1 abstenção e 14 votos contra, aprovar os documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2006 da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara Municipal:

Senhor Presidente, não sei se eu como Presidente de Câmara posso fazer uma Declaração de Voto, uma situação que queria que ficasse registada em Acta, não sei se pode ser, que é a seguinte, os Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares do CDS/PP e do PS, afirmaram aqui que esses Grupos Parlamentares, votavam contra o Orçamento Municipal, o que não é verdade, alguns elementos desse Grupos Parlamentares, votaram a favor da Prestação de Contas.

Presidente da Assembleia Municipal:

Senhor Presidente, fica registado, naturalmente, em termos regimentais tudo pode ficar registado na diversa forma: declaração de voto, declaração escrita e portanto fica registado.

Fica também registado que o deputado Bernardino Pereira, se ausentou no momento da votação, para que não haja qualquer dúvida no futuro.

4.3. – RELATÓRIO E CONTA DE GERÊNCIA DE 2006 – SMA.

A Mesa não regista nenhuma inscrição para intervenções.

Votação:
Votos Contra.....0
Abstenções.....0
Votos a Favor Unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela estando presentes 57 membros dos 75 que a compõem deliberou, por unanimidade, aprovar o Relatório e Conta de Gerência de 2006 dos SMA.

4. 4 – INVENTÁRIO DO MUNICÍPIO 2006.

Deputado Municipal Rui Magalhães (PSD):

Nos termos da Lei das Autarquias Locais e do Pocal o Inventário é elaborado e aprovado pelo órgão executivo e apreciado pelo órgão deliberativo.

É composto por todos os bens, direitos e obrigações constitutivos do património de uma autarquia local, muitos deles com dezenas e dezenas de anos e em que é difícil reconstituir a sua história em termos legais e fiscais.

É um processo complexo, moroso e desgastante para quem tem a difícil missão de o elaborar e de o manter actualizado, sobretudo nos municípios com alguma dimensão.

Compreende sobretudo 4 fases (arrolamento, classificação, descrição e avaliação/valorização) de concretização complicada.

É uma tarefa que nunca acaba e revestida de um grau de tecnicidade elevado.

Por tudo isso, o Grupo Municipal do PSD aprecia positivamente o inventário e não pode deixar de louvar publicamente o trabalho desenvolvido por técnicos e funcionários camarários para concretizar uma função tão delicada e exigente.

A abstenção, independentemente de questões políticas, seria uma atitude incompreensível e dificilmente defensável, tratando-se sobretudo de um documento técnico que dificilmente vai ter uma conclusão final. Muito obrigado.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

É uma intervenção muito curta, nós, pese embora o Inventário possa não ter lá tudo, achamos que é extremamente positivo, porque ficamos a saber o que é que a Câmara tem.

Eu ouvi aqui o Dr. Rui dizer o voto em abstenção mas creio que isto não é votado, é só apreciado, mas se fosse votado, votava favoravelmente.

Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):

Eu sobre este assunto do Inventário, venho de um tempo em que os inventários eram julgados no Tribunal de Contas, porque realmente a carga duma repartição pública duma Câmara ou de qualquer serviço público era extraordinariamente rigorosa, havia o chamado exactor de contas pela carga, pelo inventário, por

todos os móveis e utensílios. Claro que agora com este panorama que nos aparece, naquele volume que foi distribuído, sem dúvida nenhuma que é difícil estarmos a fazer uma verificação daquelas existências e portanto damos o benefício da dúvida aqui, à Câmara Municipal. Em face da situação que foi apresentada nós vamos votar favoravelmente. Obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela:
Eu chamava a atenção, Srs. Deputados, para o seguinte:
De facto aqui na Certidão, fala da necessidade de se proceder à respectiva votação ... não, na Câmara, perdão tenho aqui algumas dúvidas ... Faz favor, se dá uma ajuda faz favor.

Deputado Municipal Rui Magalhães (PSD):
Não sei se a minha intervenção suscitou algumas dúvidas. Quando eu me referi à abstenção, na minha opinião, do ponto de vista teórico, eu estava-me a referir à votação no Executivo camarário. Aí sim, ele é votado. Agora nesta Assembleia Municipal ele é apenas apreciado, são estes os termos que a lei utiliza, porque se é apreciado penso que não carece de ser objecto de qualquer votação. Que não haja confusões sobre esta matéria e sobre o que afirmei.

Presidente da Assembleia Municipal:
Muito obrigado Sr. Deputado, é isso que a Mesa também deduz.

4.5 – 1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL PARA 2007.

Deputado Municipal Rui Magalhães (PSD):
1.ª Revisão Orçamental.
Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais para ocorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, o orçamento pode ser objecto de dois tipos de modificações:

- Revisões (duas por ano);
- Alterações (as que forem necessárias).

O aumento global da despesa prevista dá sempre lugar a revisão do orçamento, a não ser que se trate de:

a) Receitas legalmente consignadas;
b) Empréstimos contratados;
c) Nova tabela de vencimentos publicada após a aprovação do orçamento inicial.

O saldo apurado no ano económico anterior que no caso foi de (376.089,11 Euros) tem de ser incorporado no orçamento e distribuído pelas várias rubricas do orçamento de acordo com as necessidades e as prioridades do Executivo. Votar contra a 1.ª Revisão Orçamental só por si levaria a concluir que a oposição se absteve porque não concordava totalmente com a revisão, quando ela é obrigatória, já que não existe qualquer declaração de voto ou intervenção que justifique a sua tomada de posição. Menos compreensível é essa abstenção quando sabiam que foram reforçadas em 39.000 euros algumas rubricas de despesas correntes e em cerca de 337.089,11 euros rubricas de despesas de capital/investimento quando a lógica das suas contestações está invariavelmente focalizada no binómio despesas correntes/despesas de capital.
Face ao exposto, o Grupo Municipal do PSD votará favoravelmente a 1.ª Revisão Orçamental de 2007.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):
É muito mais uma questão de justificação política.
Nós infelizmente não podemos fazer propostas, ao contrário doutros, sobre estas verbas que aparecem agora, que poderiam dizer, nós não queríamos para esta rubrica, achamos que devia ser para aquela.
Como nós não podemos propor o que quer que seja, só podemos fazer recomendações, não podemos fazer propostas, ao contrário doutros que têm legitimidade para propor e dizer era melhor aqui ou era melhor acolá, depois logo se via, portanto como não temos essa possibilidade, como também isto nem aquenta nem arrefenta, nós vamos abster-nos nesta situação.

Presidente da Assembleia Municipal:
Não há mais nenhuma intervenção, vamos votar este ponto.

Votação:
Votos Contra.....0
Abstenções.....8
A Favor.....47

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a 1.ª Revisão Orçamental para 2007.

Presidente da Assembleia Municipal:

Então, eu agora comunicava à Assembleia o seguinte:

Como devem ter reparado houve aqui alguma dúvida sobre o Ponto que falava sobre o Inventário e ouvimos o deputado Rui Magalhães que nos deu aqui alguma explicação.

Todavia, eu pedia também o vosso contributo, a vossa atenção e as vossas intervenções, porque ao ler mais atentamente a Certidão que nos é enviada, no Ponto N.º 2 da deliberação do Executivo camarário, fala: "Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal".

A Mesa está aqui para ouvir e para as intervenções que fizerem o que é certo é que a Certidão diz para apreciação e votação da Assembleia Municipal.

Nestas circunstâncias e salvo uma opinião mais avalizada e decisória da Assembleia a Mesa tem o dever de a submeter a votação. Todavia, em antes, como eu lhe estou a chamar a atenção, dou naturalmente a oportunidade de intervenções que contribuam para clarificar o assunto, uma vez que isto é mais do aspecto jurídico legislativo do que outra questão.

Faz favor Sr. David Garrido.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

O contributo que eu quero dar é o contributo da lei, que no seu artigo 53.º, no ponto 2 alínea c), diz, apreciar o Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação. Apreciar, não diz votar. É da lei.

Presidente da Assembleia Municipal disse:

Neste momento, como todos sabem, não temos que estar a debruçar-nos sobre as leis, temos que lhe dar é seguimento e eu limitei-me por meu dever. Um momento Sr. deputado Garrido, vai intervir quando lhe dermos a palavra, agora deixe-me dar uma explicação aos restantes deputados, eu estou a limitar-me a chamar a atenção para o que aqui está escrito. O que aqui está escrito vem naturalmente de um jurista e temos que respeitar, o que cá está escrito é a votação da Assembleia Municipal.

A Mesa cumpriu o seu dever informando a Assembleia, a Assembleia está aqui para intervir e deliberar, mas passamos à frente. Pela nossa parte está cumprido o nosso dever e feito o esclarecimento.

4.6 – REDE COMUNITÁRIA DE BANDA LARGA DA TERRA QUENTE TRANSMONTANA – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO A LONGO PRAZO.

Estão abertas as inscrições, faz favor Srs. Deputados de se inscreverem, para este passo tão importante como parece ser uma aquisição de uma Rede de Banda Larga.

Deputado Municipal Rui Magalhães (PSD):

Vai ser uma intervenção rápida. Confesso que não sou especialista na matéria, no entanto por razões de trabalho que têm a ver com as funções que eu exerço, nomeadamente por ser o gestor de conteúdos da página da CMM na Internet, estas questões das novas tecnologias de informação e comunicação interessam-me sempre.

E este projecto co-financiado pelo FEDER "Rede Comunitária de Banda Larga da Terra Quente", apresentado pela Associação de Municípios no Programa Operacional Sociedade do Conhecimento, vai obviamente merecer o voto favorável do PSD. De qualquer forma, eu pedi ao meu filho que na Internet me retirasse um texto sobre as vantagens da utilização das fibras ópticas e consegui um texto que me parece bastante elucidativo e permitam-me partilhar esse texto com a Assembleia.

Refere nomeadamente as seguintes vantagens:

- Banda passante potencialmente enorme;
- Perdas de transmissão muito baixas;
- Imunidade a interferências e ao ruído;
- Pequeno tamanho e peso;
- Segurança da informação e do sistema;
- Custos potencialmente baixos;
- Alta resistência a agentes químicos e variações de temperatura.

Mesmo que não conseguisse este texto, a informação que nos foi enviada pela Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, que inclui 5 Municípios do Distrito de Bragança, penso que é

bastante elucidativa porque fala no projecto e nos inúmeros benefícios que esta Banda Larga pode trazer a nível da comunicação e da informação. É mais uma vez o município de Mirandela a apostar no futuro, nas novas tecnologias e na modernização.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Muito brevemente, é só para de facto dizer que vamos votar a favor deste empréstimo, consideramos o projecto de vital importância para a economia local, de facto gostaríamos que nos documentos que nos foram apresentados, que a vertente da economia estivesse mais trabalhada, mas também estamos só na fase de aprovação do empréstimo e haverá tempo para discutir isso possivelmente até em sede própria, nas reuniões do Executivo.

De qualquer das maneiras era bom pensar já que estratégias de utilização para o privado e também para os serviços públicos, claro, desta disponibilidade, desta nova tecnologia, que vai de encontro a todo o programa da sociedade do conhecimento e portanto mais uma vez vemos que uma economia de futuro, uma gestão de futuro é assente no conhecimento.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Não estamos aqui a discutir a banda larga, já toda a gente percebeu que a Banda Larga é de primordial importância, estamos a discutir o empréstimo para a Banda Larga e ao contrário doutros empréstimos para pagar dívidas, este empréstimo é para um objectivo muito concreto, nós somos favoráveis a este empréstimo.

Presidente da Câmara Municipal:

Só queria dar mais dois esclarecimentos adicionais porque em primeiro lugar ninguém falou deles e depois porque é importante para enquadrar este assunto, que este empréstimo não conta para a capacidade de endividamento dos municípios, isto é, os empréstimos em novas tecnologias e nestes actos de financiamento, não conta para o endividamento dos municípios e portanto os 5 municípios da Terra Quente, incluindo o de Mirandela, não vão ter agravada a sua situação financeira em termos de dívida, por causa deste empréstimo. Isto é preciso que se diga, para que não fiquem dúvidas que este investimento podia prejudicar outros investimentos que tivesse que recorrer a empréstimos, não é verdade, este não conta para esse plafond de endividamento.

Em segundo lugar, acho que também ninguém sabe, e acho que convém saber, que este projecto nasceu em Mirandela, na Câmara de Mirandela, que já tem 4 Kms. de fibra óptica metida em toda a cidade, que ainda ninguém viu nem explorou e que já tem 10 Kms. de condutas espalhadas por toda a cidade.

E foi este projecto de Mirandela que já tem esta dimensão que eu acabei de vos referir, que deu origem depois à nossa abdicação do projecto que tínhamos na Umic, que era cerca de 2 milhões de Euros, para em conjunto com a Terra Quente alargarmos este projecto a todos os 5 municípios da Terra Quente, dando-lhe a amplitude necessária para ser financiado em 8 milhões de Euros, pelos municípios da Terra Quente.

É o investimento mais reprodutivo que nós vamos ter e eu disso posso já assegurar, porque apenas em 3 semanas que foi isto aprovado (eu acho que ainda não chega a um mês) e homologado, já tivemos 4 empresas na Associação de Municípios, inclusive a própria PT, onde o investimento já que eles queriam fazer e a contrapartida financeira que já queriam oferecer para ter esta situação aqui na posse deles, já era superior à própria participação das Câmaras Municipais, o que tudo nos indica, que além da modernização que ele vai implicar, vai também ser uma boa oportunidade de negócio para as 5 Câmaras Municipais.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Um pedido de esclarecimento muito rápido ao Sr. Presidente da Câmara relativamente aos operadores privados que vão explorar, de facto há alguém a acompanhar o processo depois de contrapartidas, escolha. Eu sei alguma coisa sobre isto mas não ao ponto de estar a negociar contrapartidas com os operadores.

Gostava de saber se de facto havia algum técnico capacitado para o fazer, no melhor interesse dos vários municípios que pertencem a este projecto.

Presidente da Câmara Municipal:

A Associação de Municípios contratou para acompanhar este projecto, especificamente nessa vertente, um dos técnicos que estava na UMIC, dos mais classificados, que é o Pedro Serra, que está a acompanhar este projecto.

Presidente da Assembleia Municipal:

Então não há mais nenhuma intervenção, vamos votar

Votação:

Votos Contra.....0

Abstenções.....0
Votos a Favor.....Unanimidade

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal estando presentes 57 membros dos 75 que a compõem deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto co-financiado pela FEDER, da "Rede Comunitária de Banda Larga da Terra Quente Transmontana" e aprovar Contratação de Empréstimo Bancário a longo prazo no valor total de 3.100.000,00 € (três milhões e cem mil euros), para execução do investimento nas condições e valores a imputar aos municípios associados.

4.7– PROPOSTA A APRESENTAR A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NA SOCIEDADE ANÓNIMA "HOSPITAL TERRA QUENTE , SA."

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Ora vamos então falar do Hospital da Terra Quente, dar aqui mais umas pancadinhas no PP.

A centralidade de Mirandela e as potencialidades do nosso Concelho, têm atraído empresários das mais diversas áreas, com investimentos avultados, que irão produzir mais riqueza e criar mais postos de trabalho.

Depois de empresários investirem na mini-hídrica, aparece agora um grupo de empresários credenciados e com provas dadas a quererem construir um hospital privado, que será denominado "Hospital Terra Quente".

Este grupo de empresários prevê criar 156 postos de trabalho e investir na ordem de 17 milhões de Euros, prestando os seguintes serviços: médico-cirúrgicos, enfermagem, fisioterapia, diagnóstico e tratamento médico, internamento hospitalar, residência medicalizada, maternidade e outros serviços complementares.

A Câmara Municipal vai participar no Capital Social desta sociedade, com o valor do terreno e das taxas de construção, ficando com um lugar no Conselho de Administração, podendo desta maneira ajudar e influenciar as prioridades de saúde desta unidade.

Quando lhe é apresentado este plano de investimento, o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores em exercício, aplaudem e tudo fazem para que o investimento se concretize na nossa cidade.

Quando o assunto é apresentado em reunião de Câmara para discussão e votação, qual é o meu espanto?

A oposição CDS/PP, faz um voto de abstenção, fazendo intervenções para justificarem o injustificável.

Depois de ler essas justificações, fiquei confuso e perguntei a mim próprio:

- Esta oposição representa o eleitorado do PP ou representa o eleitorado do Bloco de Esquerda?
- Então esta oposição do PP é contra a iniciativa Privada? Já tinham tomado a mesma atitude com a mini-hídrica.

Outro dos argumentos, era que esta unidade era só para gente com dinheiro e classe média. Afinal o vosso eleitorado está em que grupo? Será que nos querem convencer que representam os pobres e os oprimidos?

Então a implantação desta unidade privada de saúde, pode prejudicar a unidade hospitalar pública?

A concorrência é salutar, provoca a descida dos preços e provoca o aumento da qualidade dos serviços prestados.

Este projecto pode ajudar a atrair mais médicos especialistas e ajudar à fixação dos já existentes. Eles serão complementares e é a população da região que irá beneficiar dessa complementaridade. As pessoas quando têm problemas de saúde o que desejam é resolver esses problemas, seja no público, seja no privado.

O Senhor Presidente agiu correctamente ao acarinhar e apoiar este projecto e a prová-lo está a sondagem que foi feita.

Uma das perguntas desta sondagem era a seguinte?

Quais das seguintes áreas de actuação da Câmara Municipal considera de maior prioridade?

Saúde com 42,9% de respostas
Emprego com 29,0% de respostas

As componentes deste projecto são estas:

A Saúde e criar novos empregos.

Por outro lado, estou convencido que este projecto ajudou o Senhor Ministro da Saúde a decidir-se pela criação das Urgências médico-cirúrgicas na Rede Nacional de Urgências.

Aquilo que os Senhores Vereadores da oposição querem, mas não têm coragem de dizer, é que nada se fizesse em Mirandela, bem ao contrário daquilo que nós queremos.

Nós apoiamos e acarinhamos todos os empresários que com projectos credíveis queiram investir e criar riqueza no nosso concelho.

Por tudo isto o grupo parlamentar do PSD está inteiramente de acordo com esta proposta. Muito obrigado.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Eu creio que já é conhecida de todos vocês a nossa posição.

Mas começo pelo fim da intervenção do meu antecessor.

A zona industrial, os terrenos foram todos oferecidos? Se calhar não foram. Os terrenos que lá estão, são empresários que querem investir em Mirandela, mas tiveram que comprar os terrenos.

Nós não estamos contra a construção do Hospital Privado, não somos contra os privados, por estranho que alguns digam que somos. Nós somos, é verdade, em primeiro lugar pela defesa do sector público e do serviço nacional de saúde.

O meu antecessor, até sem querer se calhar, veio dizer aqui uma coisa que se calhar lhe vai na alma, que é acabe-se com o serviço nacional de saúde e entregue-se tudo ao privado.

E eu digo isto porquê? Quando ele refere que o Sr. Ministro, sabendo deste Hospital, até decidiu logo favoravelmente. Quer dizer que dá a impressão que os privados se viessem muito mais, podia-se acabar com a parte pública, que não valeria a pena.

Creio que não é isto que lhe vai na alma, mas foi isso que disse.

Depois desta história, eu continuo a dizer, "não sou contra a instalação de privados", aliás toda a minha saúde, à excepção quando estou de urgência é que vou aqui ao Hospital, é toda feita no privado. Sou sócio, pago xis por mês, mas eu posso pagar.

Agora eu pergunto se a população do Concelho de Mirandela tem possibilidade de pagar aquilo que eu pago? Se calhar não tem. E eu como estou aqui, não em defesa pessoal, mas na defesa das populações e principalmente das mais carenciadas, é que eu defendo que a Câmara, a este sector privado, não devia beneficiar, mas muitíssimo mais, não devia entrar no seu Conselho de Administração. Sob pena de que se as coisas correrem mal, eu depois quero ver a Câmara a arcar com as responsabilidades todas e quem é a Câmara se não nós, os Munícipes, que pagamos as nossas contas.

Depois quando diz aqui, o Hospital a criar já tem garantidas diversas convenções que permitirão um acesso menos oneroso a grande número de cidadãos, eu quero lembrar o seguinte: eu não sei se este Governo vai lá estar por muito mais tempo, mas se calhar aquele que o substituir, aproveita estas maledicências que este tem feito, para continuar.

E eu quero dizer-lhes que este Governo tem estado a acabar com as convenções com muita gente. Eu próprio era beneficiário de uma convenção e o Governo acabou o prazo e disse: agora desenrasque-se, vá para onde quiser.

Porque o problema dos privados, eles não são nenhuma Santa Casa da Misericórdia e vocês conhecem isso perfeitamente. Eles vêm atrás do lucro. Se vêm atrás do lucro, a Câmara se tem um espaço que lhe permite a construção de um Hospital, punha-o em leilão e concorriam, se interessavam ou não interessavam.

De resto, nós temos aqui assim muitos privados onde a gente acorre, portanto não é que seja contra os privados. Eu sou contra a entrada e a facilidade que se está a dar, porque não é todos por igual. Não se está a dar a todos por igual.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Senhor Presidente, Senhores Deputados, este assunto vem aqui à assembleia, pelo simples facto de ser uma parceria público privada. Eu quero desde já dizer que nós concordamos com esta parceria público privada, concordamos que a Câmara tenha um lugar no Conselho de Administração, mas consideramos perfeitamente insuficiente, esta declaração de boa vontade de dizer que estando o município representado a nível do Conselho de Administração, poderá influenciar a política de saúde.

Pensamos que isso é verdadeiramente insuficiente e daí que nós recomendemos que se faça a blindagem dos estatutos, ou seja, se este projecto, (termo que agora está muito em voga por causa da PT) se este projecto assenta numa parceria público privada, se é verdade o que aqui se diz, que tem algumas convenções e que outras convenções e outras parcerias são possíveis, elas serão alavancadas por força da posição da Câmara. E então assim sendo, aquilo que nós recomendamos, é muito simplesmente o seguinte:

Que nos estatutos da sociedade conste um direito especial conferido ao Município, da obrigatoriedade do voto favorável do Município, sempre que estiver em causa alteração das valências médicas inscritas no

projecto inicial, ou seja, certamente que o Município, certamente ou por hipótese, o Município não veria bem o projecto se não estivesse a maternidade à cabeça, se não estivesse o atendimento permanente, se não estivesse a fisioterapia, se não estivesse o bloco operatório, se não estivesse o centro de diagnóstico com as várias valências ou as várias especialidades, se não estivesse as consultas externas. Falo porque elas estão aqui. Qual é o risco que nós pretendemos prevenir? É o risco de amanhã o Conselho de Administração reunir e dizer: a maternidade dá prejuízo, o atendimento permanente dá prejuízo, então vamos acabar com elas.

Isto subverte a base com que foi criada esta parceria público privada e portanto o que nós propomos é tão simplesmente isto: sempre que esteja em causa as valências médicas do projecto inicial (e não se pode ver o projecto inicial só pela comparticipação do terreno, dos 300.000 ou 350.000 Euros, ou quer que seja, ao que nós somos favoráveis, quero dizer claramente), uma alteração deste tipo é subverter as condições que levaram à decisão da participação do Município nesta parceria público privada que nós achamos muito bem, como achávamos muito bem que a mini-hídrica fosse uma parceria público privada.

Portanto aquilo que nós deixamos aqui, é uma moção à Assembleia Municipal, depois de consultado o deputado Garrido, porque trazíamos uma proposta, em que só acrescenta este pequeno aspecto: que recomendamos que nos estatutos da sociedade conste um direito especial e isto em termos técnicos é uma blindagem, que sempre que se discuta a alteração das valências que constam deste projecto inicial, deste projecto que veio à Assembleia Municipal, é necessário o voto de conformidade do Município, ou seja que o Município vote favoravelmente.

Estamos no entanto aqui perante um problema e consultava a Mesa sobre isso.

Se a moção for votada previamente, nós votaremos favoravelmente e votaremos favoravelmente também a proposta. Se for ao contrário teríamos que nos abster, o que não gostaríamos de fazer.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Eu gostava de fazer algumas considerações relativamente a este assunto, antes de mais rectificar aquilo que o Sr. Presidente disse há pouco e que o Sr. Deputado Dinis acabou por voltar a repetir, que é dizer que os vereadores do CDS/PP teriam votado contra esta proposta na reunião de Câmara, o que não é verdade, porque está escrito nas actas, abstiveram-se e portanto limitaram-se a interpretar a abstenção, têm a sua interpretação, eu não vou comentar a interpretação que fazem, têm todo o direito em fazê-la, a justificação de porque é que se abstiveram os Vereadores do CDS/PP é pura e simplesmente porque alguma informação que consideravam útil para decidir, nomeadamente financeira, de quanto é que seria a contribuição e de que tipo e que contrapartidas, não lhes foi prestada da melhor maneira na altura e portanto abstiveram-se.

Tivemos uma reunião sobre isto, qual é que seria o nosso sentido de voto e de facto continuamos também um pouco sem saber, apesar do Deputado Dinis ter aqui mencionado que a contribuição seria o terreno mas não indicam valor e as taxas de construção mas também não indicam valor, mas de qualquer das maneiras estamos em boa fé virados para a aprovação desta proposta,

De qualquer das maneiras queríamos aqui fazer um conjunto de reflexões sobre o assunto, porque não basta dizer que estamos todos a favor do Hospital de Mirandela e que venha, que venha mais investimento privado, que há de facto aqui questões importantes que o Sr. Deputado Garrido já aqui levantou e que devem ser consideradas.

Nós congratulamos iniciativas público/privadas na área da saúde como em qualquer área de investimento como, por exemplo, o sector energético, porque sabemos e disso já demos nota atempadamente a esta Assembleia que seria uma das estratégias do QREN. Constava do programa eleitoral do partido no qual eu estive inserido nas listas e sou representante na qualidade de independente, também já aqui uma ressalva de que algumas notas de crítica, de facto relativamente ao autarca de Ponte de Lima, não me atingem porque eu não sou membro do CDS/PP. Tendo sido visto essa medida/proposta inicialmente com algum escárnio, mas posteriormente tida até como referência. Congratulamos que a sageza tenha vindo tarde, mas que tenha vindo. (Ver serviços móveis de saúde)

1)Este investimento é bem-vindo e auguramo-nos que os contornos da sua realização se façam com a maior transparência e utilidade para o universo dos munícipes.

2)De relembrar porém, que se trata de um investimento privado, de um hospital privado e como tal visa o lucro. Nós defendemos uma concepção de serviços públicos assente na escolha, isto é, os cidadãos devem ter o direito de escolher dentro das suas possibilidades um serviço privado ou um serviço público. Mas porque sabemos que o conceito de escolha pode tornar-se num beco sem saída para aqueles que estruturalmente não têm, nem nunca tiveram essa possibilidade de escolha, alertamos os presentes para o nosso dever de garantir, de melhorar e de investir, solidariamente, no serviço nacional de saúde. Se há dinheiro para parcerias público/privadas, deverá também ser possível avançar com um protocolo para a manutenção de certas valências no nosso hospital distrital, política que aliás já deveria ter sido seguida desde que o tema da reestruturação, redimensionamento e reajustamento de serviços da administração central e transferência de competências para as autarquias começou a ser discutida nos finais dos anos 90. Não nos esqueçamos que

a posição do Sr. Presidente nunca primou o diálogo, nem nunca visou soluções, mas tão-somente a exploração populista de um processo com consequências negativas para os nossos munícipes que não soube antecipar.

3)Perguntamos ao Presidente que diz que tudo fez para salvar a maternidade e demais serviços do hospital distrital e que agora parece convencer-se e resignar-se à fuga dessas valências e, por coincidência, aparece-nos a apresentar uma solução privada que só alguns poderão usufruir, perguntamos: onde está o centro de saúde? Porque é que ainda não está acabado? Sendo a Câmara, para todos os efeitos, dona da obra (isto é, responsável pelo lançamento dos concursos, pela fiscalização do andamento da obra e cumprimento por parte dos empreiteiros), preocupa-nos o total desleixo de como se tem defendido o que é público por estas paragens. Já foram apresentados os autos da obra ao Estado para pagamento? Não correremos o risco de reavaliar o preço da obra? Já foram aplicadas multas por incumprimento? E os erros da obra já foram rectificados? Já houve responsabilização? O Sr. Presidente, que disse a voz bem alta que o Sr. Ministro era um prepotente e tinha errado em tirar os serviços do hospital distrital, agora parece-lhe dar razão ao aceitar que afinal a única solução é arranjar espaço para um privado. Se o Sr. de facto se preocupasse pelo hospital público há muito que teria tentado negociar uma solução com a tutela e colocar na mesa a possibilidade da câmara em sustentar parcialmente essas valências.

4)Gostava também que o Sr. Presidente nos indicasse qual é que vai ser o contributo em concreto, qual o valor do terreno e que taxas de construção, estamos aqui a falar, portanto qual será o contributo da Câmara neste investimento, informação essa que já devia ter sido dada aos nossos Vereadores e que devia constar dos documentos que nos submeteu para apreciação.

5)Há depois também aqui outra questão que é o risco de esvaziamento do público. Falou-se na abertura de um hospital privado de uma possível hemodiálise com várias valências e de facto o problema é este, mesmo a regra de a Câmara abdicar dos seus lucros e portanto atribuir esses lucros em cheque àqueles mais desfavorecidos ou que estejam em listas de espera durante muito tempo no público, para se dirigirem para o privado, têm este se não, quer dizer a lógica não é má, tem o se não de que já são poucos se de facto as razões do poder central de retirar daqui alguns serviços é porque diz bom, eu tenho situações mais prementes, mais difíceis noutros municípios e portanto é uma lógica racional que não acompanhe totalmente o custo benefício, mas de facto só tem esse justificativo o esvaziar os utentes do público para o privado, vai ainda dar mais argumentos para retirar mais valências. Portanto também pode ser um ciclo vicioso, pode, é só um alerta.

6)Gostaria também de lhe fazer uma observação relativamente à localização do hospital, de facto não me parece um lugar ideal. A mim disseram-me que seria perto da estação dos autocarros, não sei se estarei certo ou errado na localização do hospital, o facto é que não me parece o lugar ideal para este tipo de serviços, temos pacientes em reabilitação, a entrada e saída de autocarros, o metro, etc. Penso que é possível que houvessem outras localizações melhores, afastadas do centro urbano, como por exemplo Carvalhais, onde as pessoas podem perfeitamente chegar de carro, têm metro, está rodeada de vistas muito agradáveis, é uma zona de facto muito linda e para quem está a recuperar de uma intervenção cirúrgica, por exemplo, é agradável ter essa paisagem. Eu falo um pouco em causa própria porque tive recentemente um familiar nas mesmas condições e de facto o repouso do paciente numa localização do tipo, ajuda e todos os médicos sabem disso e temos aqui um presente que pode confirmar, ajuda de facto os pacientes a recuperarem. Mas como disse não tenho a certeza da localização, portanto é uma questão que lanço.

7)Por último, a diferença do sentido de voto entre o grupo e os nossos vereadores justifica-se pelo facto de não ter sido dada informação necessária para avaliar o que estava sobre a mesa aos nossos vereadores, o que já tem vindo a ser habitual. E portanto nós, prestado já esse esclarecimento relativamente a qual é que vai ser a contribuição relativamente ao terreno e de mais contribuições da Câmara para esse efeito, (as taxas de construção) de facto depois de obtidas essas respostas, penso que não restam dúvidas, aliás, somos a favor, não só pelo facto de ser uma parceria público privada, que somos a favor disso, é um investimento para a terra certamente e numa área problemática e depois, quer dizer, não vale a pena estar aqui a criar tabus de que só no público é que a gente consegue bom serviço, eu tive de facto, esse familiar esteve num hospital do tipo e tive prazer de ver as condições em que são recebidos lá os pacientes e portanto fiquei com uma boa impressão. É claro que depois há todas as outras questões de solidariedade que importa aqui contrabalançar, porque nem todos terão oportunidade de ser tratados nesses hospitais.

Eu queria de qualquer das maneiras aqui fazer uma breve observação relativamente ao inquérito, porque tem sido mencionado aqui várias vezes, eu de facto não gostaria de dedicar muito tempo a esta questão, porque a considero fútil, mas de qualquer das maneiras como tem vindo a ser tratada, eu parece-me propositado referir aqui duas ou três coisas relativamente ao inquérito.

Até porque uma das perguntas do inquérito é precisamente sobre o hospital privado.

Qual o propósito do inquérito?

O decisor recorre a inquéritos à população para tomar o pulso da opinião pública sobre matérias que são susceptíveis de não angariar consensos ou de levantar fracturas dicotómicas.

Agora, relativamente a este caso em particular do hospital, não há fracturas, não há posições dicotómicas, estão todos a favor, toda a gente a favor. E se aqui colocassem uma pergunta: Acha na sua opinião que um investimento da Câmara no Hospital Distrital de Mirandela seria bem visto? Estariam todos a favor. Acha que em vez de um Centro de Saúde deveríamos ter dois? Estaríamos todos a favor. Estamos aqui a iludir-nos com três ou quatro perguntas com uma formulação simplória a tratar problemas que são de facto sérios. O que está aqui importante é de facto o investimento e isso de facto aqui ninguém está contra a sua realização, nem a CDU que de facto fez notar bem aqui quais são as suas preocupações.

O propósito dos inquéritos é de facto sempre instrumental. A sua utilização pelo decisor pode ser positiva ou negativa. Positiva se de facto o inquérito for construído par avaliar as opiniões dos cidadãos em determinadas matérias para que o decisor possa tomar uma decisão mais informada que vá de encontro às preocupações dos cidadãos. Negativa, se o inquérito for para obter dos cidadãos respostas que já se sabem à partida e que não trazem por isso nenhum valor acrescentado ao processo de decisão, mas apenas um ganho instrumental para o decisor, como é o caso deste inquérito.

Quanto ao formato, é redutor, quer relativamente aos problemas, quer no que diz respeito às medidas, quer também à suposta avaliação do desempenho do autarca.

A pergunta não avalia o desempenho, porque este é um conceito relacional. Eu posso fazer a pergunta de facto, o que é que acha da actuação de José Silvano como Presidente da Câmara Municipal? Agora, que ilações, que leituras é que eu faço disto, à parte que não temos aqui uma caracterização sociográfica dos inquiridos para nos permitir fazer uma análise mais profunda. Mas a questão é que o desempenho é relacional. Está satisfeito com a actuação do Presidente, em relação a que tempo? A que período? Em relação a que matérias? Em relação a que actores? Agora estar contente no abstracto isso não há problema, estamos todos contentes, estamos todos contentes. Eu de vez em quando dou este exemplo e agora por defeito da profissão, dou este exemplo aos meus alunos quando estamos a tratar matérias por exemplo de inquéritos sobre corrupção.

A gente pergunta, condena a corrupção? Todos condenam, ninguém está a favor. É tudo muito mau, é mau para a democracia, é muito mau para o desenvolvimento, é mesmo muito mau, depois na prática, num cenário prático, se lhe perguntamos, mas considera que o Presidente da Câmara que criou um saco azul coloca 5% de cada concurso que atribui e esse saco azul depois é utilizado para construir um infantário para os meninos da localidade, aí as opiniões dividiram-se, havia quem achava que roubar aos ricos para dar aos pobres, assim uma corrupção à Robin Wood é que era boa e havia outros que não.

Só para dizer que de facto há conceitos relacionais e que não podem ser perguntados no abstracto.

Portanto que leituras a retirar deste inquérito aliás relativamente às áreas de actuação da Câmara, a mim espanta-me que por exemplo não tenha sido colocada a educação ou a cultura, mas há aqui algum medo em colocar a educação ou a cultura, mas nós estamos a pensar outro futuro que não passe pela educação, nesta terra? Eu acho que não. Temos aqui o futuro. Está aqui sentado aqui à frente. O meu já está a meio, o vosso se calhar já está um bocadinho avançado, mas temos aqui futuro e o futuro passa pela educação.

E relativamente à educação, a mim preocupam-me algumas notícias.

Preocupa-me ranking das 587 escolas secundárias. Escola secundária de Mirandela, 16.ª do Distrito. Atrás de nós, ficou Alfândega da Fé, Vila Flor, (isto eram tudo escolas, penso que a terminologia será ciclo mais secundário) e Vinhais. Temos Bragança com um caso particular, que isto é típico das grandes cidades, com a melhor escola do Distrito e depois com uma escola menos boa onde são ressabiados os alunos, já sabemos como é que as coisas funcionam.

Relativamente ao hospital, não tenho mais nada a dizer.

À utilização da sondagem para justificar a decisão, a mim de facto não me convence, não me convence o estudo.

A mim o que me preocupa não é a utilização que o Sr. Presidente faz disto. A mim preocupa-me é uma imprensa local, a utilização que fez disto. Isso é que me preocupa. Que não há espaço para pensar na sociedade civil nesta terra. Isso é que me preocupa.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

Mais alguma inscrição sobre o Hospital da Terra Quente? Senhor Presidente do Executivo, alguma questão?

Presidente da Câmara Municipal:

Em primeiro lugar eu pensava, que já decorreram alguns meses sobre o Hospital Privado Terra Quente S.A., eu pensei que algumas dúvidas já estivessem tiradas, que não existissem sequer já neste momento. E vou passar a repetir para que ninguém passe mensagens erradas e depois digam que interpretam mal,

porque faltam conhecimentos e ao faltar conhecimentos, as pessoas abstêm-se ou são contra, porque se soubessem a realidade até eram a favor.

Primeiro para dizer que ninguém oferece nada aqui da Câmara ao Hospital Privado, ao Grupo de Saúde Privada, que se chama, Grupo de Saúde Privada do Norte, S.A., é o grupo que vai construir o hospital privado.

Como todos sabem e se não sabem deviam saber, que as sociedades anónimas se regem por uma circunstância que diz o seguinte:

As Câmaras Municipais, (ou em parcerias público privadas ou em sociedades anónimas) para entrarem, se é com o valor do terreno como eu digo ali e com as taxas, o valor do terreno tem que ser avaliado, pelo ROC, pelo Revisor Oficial de Contas, é obrigatório por lei. E portanto se é obrigatório por lei que esse valor atribuído ao terreno é aquele que a empresa tem que dar ou tem que avaliar da Câmara Municipal, a Câmara Municipal não está a dar nada a ninguém, nem a fazer nenhum benefício a ninguém. Está a vender um terreno a uma empresa privada que quer fazer um Hospital, que em vez de receber o dinheiro, entendeu nos seus órgãos democraticamente eleitos, que em vez de receber o dinheiro fica com uma participação nesse valor. Isto que fique claro, porque parece que percebi aqui dalgumas intervenções que a Câmara estava a dar alguma facilidade a um grupo privado, para construir o hospital. Até vos posso dizer o contrário, este grupo privado, não quer nem queria que a Câmara entrasse no capital privado, queria aquele terreno comprado em hasta pública, como é normal. Nós é que entendemos (nós Executivo, neste caso, maioritário do PSD na altura, que depois levou à Câmara) que era melhor para o Município entrar com o valor do terreno no capital social desta sociedade anónima, do que receber o dinheiro do terreno.

Portanto vamos lá ser claros, ninguém está a dar nada a ninguém. É obrigatório ao haver uma sociedade anónima, que um Revisor Oficial de Contas vá imediatamente depois da adesão, depois do dia de hoje e da acta desta reunião, vá imediatamente avaliar aquele terreno e o valor desse terreno é que é o valor que entra para o capital social desta empresa, juntamente com as taxas que também são legalmente atribuídas na Câmara Municipal e que toda a gente conhece conforme a volumetria, a execução e o resto que exige nos Regulamentos Municipais.

Esta questão que fique clara, ninguém está a dar nada a ninguém. A Câmara está a vender um terreno em vez de receber o dinheiro prefere participar na gestão dessa unidade hospitalar e isto é que é claro como água, isto para responder aqui à questão, que não me oponho nada ao que diz o Eng.º Baltazar, relacionando com isso podem votar à vontade a recomendação. A Assembleia pode fazê-lo e deve fazê-lo. Agora, isso não vale nada em termos resolutivos para no futuro (claro que é uma arma até para o Presidente da Câmara ou para o elemento da Câmara que lá estiver, seja desta ou seja doutra) portanto até acho que essa resolução, ou melhor, neste caso tem que se chamar, exactamente esta recomendação seja votada por unanimidade se for possível, porque permite ao membro da Câmara Municipal que esteja lá presente, pelo menos ter uma legitimidade que não tem sozinho e que pode, não tem em valores de capital, mas tem em valores numéricos e de população, que ninguém quer ficar mal.

Esta é a primeira questão.

A segunda questão também importante é que não estamos a falar dum sistema qualquer, é quase a confundi-lo com outro facto à parte, tirando relevância a este. Não, a principal relevância que já houve nos últimos anos em Mirandela, é esta. Isto não se compara com artigos de opinião, nem se discute ao mesmo tempo hospital privado e artigos de opinião, como ouvi aqui fazer ... não, são 17 milhões de Euros de investimento e eu desafio qualquer um a que haja investimento nos últimos anos, deste valor, mais, ainda vos vou dizer, um investimento que já atraiu sete empresários locais de Mirandela, para uma reunião na próxima terça-feira dia 02, com a empresa, para poderem entrar no capital social às sua maneira, uns para diversificar capital, outros para estarem representados nesse grupo de saúde privada, claro que nunca para a maioria porque a empresa não deixa sequer alienar a maioria, mas vai haver já uma reunião com sete empresários locais, inclusive com uma instituição de ensino, que amanhã pode ter áreas de saúde neste Concelho por causa desse hospital e que precisa desse Protocolo, para entre eles chegarem à conclusão ou não de poderem entrar no capital privado desta unidade. E são empresários locais, que trabalham uns na saúde, outros noutros âmbitos sem ser na saúde, mas querem diversificar investimentos e portanto isto é uma âncora de desenvolvimento mesmo para esta situação.

Em terceiro lugar e a questão é importantíssima nesta matéria, é que esta empresa, na terça-feira, (vai lá terça-feira dia 02), vai pôr um placar no local onde vai ser construído o hospital, de 8 x 3 metros, onde submete aos Mirandelenses sem nenhum problema, dizer assim: eu meti o projecto na Câmara no dia 02 de Maio, 1.ª Fase, está lá, número 2, em Setembro de 2007, que é este ano começo a obra e em Junho de 2009 inauguro a obra. E vai pôr isso num placar, no respectivo local para que as pessoas possam ser responsabilizadas por aquilo que dizem, isto é, entrego o projecto na Câmara, em Setembro começo a unidade hospitalar e em Junho de 2009, inauguro a unidade hospitalar. E vai pô-la num placar a própria empresa. E isto é uma questão de garantia também, quer queiramos quer não, para nós próprios nesta matéria.

Depois outra questão importante, (nem é os postos de trabalho directos ou indirectos) a questão que me falam da saúde, ainda bem, porque parece que se as coisas não corressem bem da forma de ficarmos com a urgência médico-cirúrgica, que haveria já aqui algumas armas de arremesso em relação a investimento que não tem nada a ver com isso em termos nucleares, mas que pode ser decisivo para a qualidade desse Serviço Nacional de Saúde. E eu acho espantoso que se façam argumentos, juro-vos acho espantoso, que se façam argumentos, depois de sair já a decisão do Ministro da Saúde a classificar a urgência médico-cirúrgica de Mirandela na Rede Nacional de Urgências por um lado e complementarmente com ambulatório por outro, que se lerem o parágrafo, diz assim: o ambulatório só é possível pô-lo a funcionar no Hospital de Mirandela, quando tiver meios técnicos e meios humanos e eu volto a repetir e meios humanos suficientes para funcionar em complementaridade.

Eu vou-vos dizer uma coisa meus amigos, não há nenhum sítio onde este sistema de ambulatório funcione na perfeição se não houver outras unidades privadas ou públicas naquele local, porque é o conjunto da massa crítica humana de médicos que vai permitir ou não o funcionamento das várias especialidades no ambulatório do próprio hospital, do próprio Serviço Nacional de Saúde.

Mais do que isso, nós que estamos aqui preocupados porque não conseguimos ter as valências necessárias e não me venham dizer agora, como ouvi aqui à bancada do CDS/PP, que a Câmara pode intervir no Serviço Nacional de Saúde, se calhar contratando médicos, se calhar financiando o hospital. A Câmara neste momento, enquanto não houver legislação provada em contrário, não pode intervir no Serviço Nacional de Saúde. Isto que fique claro. Mas mais do que isso, esta Câmara Municipal fez uma proposta ao Sr. Ministro da Saúde, há uns meses atrás, quando a maternidade estava para sair, em que fez aqui uma reunião com três médicos conhecidos e idóneos, especialistas que hoje gerem hospitais, uns privados e outros públicos, inclusive o nosso Presidente da Assembleia também pode dar a sua opinião, onde propôs ao Sr. Ministro, e onde propôs ao Sr. Ministro até comparticipar custos numa forma que ele encontrasse legal, de unidade de saúde, para que a Câmara pudesse participar, porque no Serviço Nacional de Saúde tal como está não pode e o Sr. Ministro até hoje nem sequer respondeu, porque isso dava cabo sim, do Centro Hospitalar do Nordeste Transmontano, porque aí o Hospital de Mirandela, tinha que sair da rede do Centro Hospitalar e deixava o Centro Hospitalar sem massa crítica para funcionar. O que uma unidade destas vem resolver é além de fortalecer a saúde no nosso Concelho, vem fortalecer a saúde pública, o Serviço Nacional de Saúde, disso não tenham qualquer dúvida. Eu não conheço nenhum concelho onde funcione um hospital privado e que o público tenha encerrado, nenhum. Eu conheço é os concelhos que não conseguem atrair nem saúde privada e encerram os públicos, por causa disso. Isso é uma vertente que acho que é clara, objectiva, que toda a gente entende, até é de meridiana evidência esta questão.

A outra questão essencial e que eu vos digo, é assim, mas aquilo é um hospital privado só vai dar uma faixa da população que tenha possibilidades. Meus amigos, hoje as possibilidades são relativas e são relativas de tal ordem, que hoje até ao abrir uma conta bancária por pequena que seja, quase que me impingem um seguro de saúde. Eu já fiz isso em dois ou três bancos de Mirandela, onde me impingiram (no bom sentido) um serviço de saúde. Hoje há quase 29% estudados pelo Ministério da Saúde, 29% de pessoas neste País que já têm acesso às várias situações de seguros privados de saúde e que frequentam unidades privadas de saúde. É evidente que os funcionários públicos não são ricos, os funcionários da Caixa Geral de Depósitos não são ricos, no entanto essas entidades já têm com eles convenções perfeitamente estabilizadas para que usem o serviço de saúde privado em detrimento do público e isto em vez de piorar, melhora. Porque se as listas e eu vou-vos dizer três exemplos que se passam no nosso Distrito e no nosso Hospital.

Hoje para a radiologia estão atrasados sete meses e eu volto a repetir, sete meses, tirar estes instrumentos no Serviço Nacional de Saúde.

Para consultas de oftalmologia, se não forem pagas logo ao Director clínico, parece que também há essa modalidade) estão atrasadas cerca de nove meses no conjunto do Centro Hospitalar do Distrito de Bragança e são dados objectivos.

E eu pergunto, se uma faixa de utentes, se uma faixa de doentes (chamem-lhe da classe média, da classe baixa ou da classe que trabalha ou da classe que tem convenções, chamem-lhe o que quiserem, se puder ir a uma unidade de saúde privada e com isso aliviar parte da saúde pública, quem é que fica a beneficiar? Todos os cidadãos, que uns vão mais rápido ao público e outros têm possibilidades de ir ao privado. Primeira questão.

Mas segunda questão essencial nesta matéria que é relevante em termos gerais.

Nós vamos discutir a partir deste protocolo assinado, da urgência médico-cirúrgica, com toda a gente e principalmente com o Sr. Ministro, os médicos especialistas para as diferentes vertentes da urgência médico-cirúrgica. Eu pergunto uma coisa? O que é que vai atrair médicos especialistas ao Hospital de Mirandela? O que é que vai atrair médicos especialistas ao Centro Hospitalar de Bragança? Não me digam com um passe de mágica, porque há dez anos não se consegue, que agora abrem-se concursos para médicos especialistas e que vão ser todos preenchidos. Não é verdade. Os Srs. médicos, bem ou mal, mas na situação em que estão têm todo o direito de olhar para a vida deles, porque o mercado assim lho permite ainda, vão para sítios

onde possam ganhar o seu dinheiro de vencimento por um lado, as horas extraordinárias por outro e as urgências e ao mesmo tempo se puderem, trabalhar em clínica privada, seja por eles próprios, seja por unidades de saúde privadas. E isto, quer queiramos quer não, é uma fonte de atracção de médicos especialistas para estas especialidades. Não vale a pena termos ilusões sobre esta matéria. O Hospital de Mirandela, em termos de Serviço Nacional de Saúde, terá mais apoio com uma unidade privada do que com todos os milhões de Euros que a Câmara lá podia pôr, porque os milhões de Euros não trazem médicos para o Hospital de Mirandela, garanto-vos eu. Não trazem, eles vêm para onde se valorizem, para onde ganhem dinheiro e para onde tenham condições técnicas de aperfeiçoamento ao longo dos tempos. E por isso é que eu digo que os argumentos são todos errados nesta matéria.

E quando dizem que a Câmara acaba por cerca de 60.000 ou 70.000 contos de terreno, 300.000 é o que está avaliado, vamos ver o que o ROC faz avaliação, porque nós tivemos que comprar parte, mais as custas do projecto. Imaginemos que no máximo isto atinge 500.000 Euros. Eu pergunto qual é o risco de capital de 500.000 Euros empatados, num investimento de 17 milhões, onde está lá o terreno valorizado por um edifício, mesmo que amanhã tenha algum problema, qual é o risco para a Câmara Municipal? Não consigo perceber. Está lá o terreno valorizado pelo edifício, pode servir para outra coisa qualquer, não percebo onde é que está o risco, nem onde é que está o medo que as pessoas tenham deste risco. E mais, esse investimento pode ser decisivo.

Ó meus amigos, hoje discutimos e bem que amanhã o futuro das Câmaras e o próprio Governo diz isto, na própria Lei das Finanças Locais, tem que ser acção social ou saúde e a educação e se percebermos muito bem, a aposta estratégica com um pequeno investimento numa unidade destas, pode dar a uma Câmara Municipal a possibilidade de em vez de receber dividendos ou se não os tiver a receber, pelo menos na influência que lá tem nesse hospital, porque ninguém quer estar mal com a terra onde esse hospital está localizado, com a influência que isso tem de poder para a própria população, principalmente os mais idosos e os mais necessitados, o dinheiro que tem ali, usá-lo em favor desses idosos e desses necessitados, fazendo eles próprios em termos do programa de auxílios económicos, um serviço de saúde onde possam ir. Pode-o fazer naquelas especialidades onde é mais difícil chegar ao Serviço Nacional de Saúde. E se não estiver lá não pode fazer nada. Isto é antecipar já uma visão estratégica do futuro em termos de saúde e em termos de solidariedade.

Por tudo isto, no Hospital, não vejo nenhum motivo, mesmo do Sr. Garrido que há facilidades, nenhumas, o terreno é avaliado pelo ROC, pelo valor que legalmente tem direito. A Câmara não está a dar rigorosamente nada para esta matéria, não há nenhum motivo que eu veja para ser contra uma iniciativa destas, quando quem lhe pôs a condição de que fosse em parceria, foi a Câmara Municipal, que eles não queriam sequer que fosse em parceria, porque quem investe estes milhões de Euros, não é com 100 mil contos ou 500 mil Euros, que põe em causa um investimento, seja ele de que natureza for.

Em relação às outras questões aqui levantadas, nomeadamente do inquérito, que é a questão que levantaram aqui.

Em primeiro lugar dizer duas coisas: eu não estou preocupado com o inquérito. Eu já disse que os votos hão-de chegar para a oposição, para o poder, para a situação, para quem vier aí. O inquérito só teve um sentido e eu quero que fique claro e já o disse, e que é este.

Depois de um ano e meio atribulado, que ainda hoje chegaram aqui à conclusão, em várias Assembleias Municipais que havia uma série de equívocos e equívocos em relação à fracturação, às partes fracturantes da sociedade Mirandelense, sobre lutas que tivemos durante 16 meses, que não foram pacíficas. Que tiveram rua, que tiveram alguma fractura social, porque tiveram. As pessoas podem hoje dizer que não, porque se conseguiram os objectivos todos, mas na altura quando não sabiam o resultado, teve fracturas e só quem passou por elas é que sabe, que teve os que foram de alma e coração a favor das lutas e os que eram nem sim nem não. Houve fracturas nessa sociedade.

E qual é o mal, o Presidente da Câmara querer saber, não é quantos votos tem, nem lhe importa isso para nada, é que nesta altura, se essa actuação teria sido entendida ou não entendida pelos Mirandelenses. Não tem mais nada do que isto, quem lhe põe mais alguma coisa tem medo aos resultados. Não foi para nenhum sentido, foi para ao menos de consciência estar tranquila de que se aquilo que tinha feito pelos Mirandelenses tinha sido o que eles achavam maioritariamente correcto ou incorrecto nestas matérias, porque quando se sabem os resultados das lutas é fácil estarmos todos de acordo e todos consensuais, mas quando há 16 meses ou há 15 meses se iniciaram estas lutas, eu vi muitas vozes, muita gente que não acreditava na concretização da maioria delas.

Presidente da Assembleia Municipal:

Estamos a discutir e vamos votar o ponto do Hospital da Terra Quente, mais alguma questão? Faz favor Sr. Deputado David Garrido.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

O Sr. Presidente da Câmara vai-me desculpar, mas eu acho que fez um exercício, de demagogia, porque ninguém esteve aqui contra o hospital privado e esta história de dizer que ninguém dá nada a ninguém, quer dizer não dá por um lado dá por outro.

Aquilo que nós estamos contra, é contra o princípio do Executivo camarário entrar nestas parcerias com o privado, porque é nosso entender de que as Câmaras não têm vocação para gerir hospitais, como não têm vocação para gerir outras coisas. E a gente tem visto no longo do país, que onde as Câmaras se metem nalgumas situações e depois aquilo tem dado uma barraca danada, veja-se os transportes colectivos de Braga, de Coimbra, etc. e então até estava facilitada a situação quando o Sr. diz que a empresa até queria comprar o terreno e só a Câmara (por razões que não sei quais são, mas eu posso pensar as que quiser) quer entrar para o hospital privado. Ou quer entrar ou quer mandar alguém e é esta situação, de princípio que eu estou contra.

Votação:
Votos Contra.....1
Abstenções.....1
Votos a Favor.....59

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a Proposta a apresentar a participação do Município na Sociedade Anónima "Hospital Terra Quente, S.A..

Presidente da Assembleia Municipal, disse:

Vamos votar as moções por Ordem de entrada:

Eu recordo à Assembleia, a primeira foi apresentada pela CDU:,
"Solicita ao Governo uma informação detalhada sobre as verbas do QREN atribuídas ao Concelho de Mirandela e ao Nordeste Transmontano e que exige ao Governo um organismo de acompanhamento da aplicação das verbas do QREN para o Nordeste Transmontano, representativa entre outras, das autarquias e das Associações Sindicais e Empresariais.

Votação:
Votos Contra.....0
Abstenções.....0
Votos a Favor.....Unanimidade

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a moção apresentada pela CDU.

A 2.ª é um voto de protesto do grupo CDS/PP, que seja aprovada nesta Assembleia contra o mau serviço de fornecimento das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro vem prestando às populações do norte do concelho e que seja enviado àquela entidade por esta Assembleia com a recomendação de que deverá providenciar para que proceda rapidamente aos trabalhos necessários, com vista a fornecer às populações, águas de boa qualidade.

Votação:
Votos Contra.....0
Abstenções.....0
Votos a Favor.....Unanimidade

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a moção apresentada pelo CDS/PP.

3.ª moção apresentada pelo grupo do partido Socialista, que nos estatutos do Hospital da Terra Quente, SA, conste o direito especial conferido ao município da obrigatoriedade do voto favorável do município, sempre que estiverem em causa alterações das valências médicas inscritas no projecto inicial."

Votação:
Votos Contra.....1
Abstenções.....0

Votos a Favor.....58

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a moção apresentada pelo PS.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Eu voto contra, porque não concordando com a entrada do município para a Administração do Hospital privado, não poderia estar a favor desta moção que foi apresentada.

5.º PONTO - Outros Assuntos de interesse para o Município.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

A nível internacional, ao abrigo do Protocolo de Quioto e do compromisso comunitário de partilha de responsabilidades, Portugal assumiu o compromisso de limitar o aumento das suas emissões de gases de efeito de estufa (GEE) em 27% no período de 2008-2012 relativamente aos valores de 1990. Neste contexto, o Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC), adoptado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/2004, de 31 de Julho, e mais recentemente o PNAC de 2006, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2006, de 23 de Agosto, quantifica o esforço nacional das emissões de GEE, integrando um vasto conjunto de políticas e medidas que incide sobre todos os sectores de actividade.

Este conjunto de medidas visa, muito sinteticamente, a promoção da eficiência energética, a protecção do ambiente e a racionalidade de utilização dos recursos renováveis e endógenos. Neste sentido, a Entidade Reguladora do Sector Energético (ERSE) lançou o Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de energia eléctrica (PPEC).

O PPEC de energia eléctrica é um conjunto de incentivos para a promoção de medidas que visam melhorar a eficiência no consumo de energia eléctrica, através de acções destinadas a um conjunto variado de entidades, incluindo câmaras. As acções resultam de medidas específicas sujeitas a concurso.

O orçamento do PPEC para 2007 para acções tangíveis é de, aproximadamente, 3 milhões de euros para a indústria e agricultura, 2 ½ milhões para comércio e serviços e 2 ½ milhões aproximadamente para residências. A minha pergunta é saber se o executivo está ao corrente do programa e se já apresentaram alguma candidatura.

Deputado Municipal Fernando Alves (PSD):

Antes de mais boa tarde Sr. Presidente da Mesa da Assembleia e restante Mesa, Sr. Presidente do Executivo e restante Mesa do Executivo Camarário, caros Deputados e Munícipes.

Hoje, dia 26 de Abril torna-se quase obrigatório mencionar o dia de ontem, que vem sendo comemorado há 33 anos, ícone da liberdade, da democracia e da procura incessante do bem estar social, fruto da persistência, coragem e determinação das gerações anteriores.

Se nós, os jovens, filhos de Abril, não sentimos na pele os problemas dos nossos antecessores, porque nascemos no seio duma sociedade livre e democrática, somos acusados de não valorizar convenientemente a Revolução de Abril, o que diremos sobre o facto de nunca se mencionar o 5 de Outubro de 1143, dia em que nasceu Portugal independente.

Não será por isso que nos esquecemos da nossa identidade, da nossa história, de quem somos, donde viemos, para onde queremos ir.

Abril é disso um exemplo, somos muito gratos e não esqueceremos as conquistas alcançadas no dia 25 de Abril de 1974.

Seria conveniente que os currículos escolares integrassem com maior profundidade e empenho o verdadeiro significado deste acontecimento, para que os jovens valorizem e lutem sempre com responsabilidade por este precioso legado.

Mas perante uma sociedade que se alterou e está sempre em constante transformação, novos desafios se impõem: o ambiente e saúde, as novas tecnologias, a segurança, as energias alternativas entre outras.

E por tudo isto, nesta aldeia global onde os jovens têm que ser os verdadeiros construtores do futuro, os valores não deixaram de existir, talvez tenham sofrido uma reformulação.

Nós queremos que estes jovens não sejam rebeldes sem causa, por isso na JSD, empenhamo-nos na motivação para uma participação cívica responsável.

Nesse sentido apresentamos nesta Assembleia as seguintes propostas:

- Criação do prémio de melhor aluno do Ensino Secundário. Serão contemplados dois alunos, que frequentando as escolas do concelho durante o Ano Lectivo, obtenham:
  a) A melhor nota de entrada no Ensino Superior Público.
  b) A melhor nota de entrada no ensino superior público de Mirandela.

O prémio seria o pagamento de um ano de propinas do ensino superior. Esta medida, além de ser o reconhecimento do mérito, apresenta-se como forma de demonstração do apoio e preocupação do Município para com os seus jovens valores.

- Universidade jovem de Verão, um projecto educativo a desenvolver conjuntamente pela Autarquia Mirandelense e Instituto Piaget de Mirandela, que visa possibilitar aos alunos do ensino secundário um contacto estreito com o meio universitário, facilitando deste modo o processo de escolha do curso superior. O objectivo é dar a conhecer aos alunos do 3.º Ciclo do Ensino Básico Secundário Profissional o Ensino Superior do Concelho, estimulando-os e ajudando-os a estruturar os seus processos de escolha profissional.

Neste período, os jovens pré-universitários terão oportunidade de contactar com diversas áreas do conhecimento do ensino e da investigação, ficando a conhecer o que se faz no dia a dia da universidade e aprofundar os seus conhecimentos nas áreas de estudo que mais gostam.

- Criação do Cartão Jovem Municipal, pessoal e intransmissível, destinado a jovens entre os 12 e os 30 anos, oferecendo descontos na utilização e aquisição de bens e serviços público-privados, que a ele aderirem, promovendo a sua participação em actividades e desenvolvimento do Concelho. Tudo isto porque acreditamos num futuro melhor, numa juventude mais participativa e afirmativa e porque foi anteriormente falado que os jovens e bem, que os jovens eram o futuro, não podia deixar de referir, que é de louvar, na nossa perspectiva, o PSD foi o partido que fez questão de dar representatividade aos jovens, nesta Assembleia Municipal. Muito obrigado.

Deputado Municipal Rui Sá (PSD):

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia e restante Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, caros Colegas, Senhoras e Senhores, Comunicação Social.

Permita que dê aqui um voto de apreço ao colega que me antecedeu, com umas propostas arrojadas, desde já terá o meu voto positivo às propostas que aqui fez.

Ao Sr. Deputado Luís Sousa gostaria de dizer, que o Sr. faz-me lembrar alguns realizadores de televisão, que quando fazem um périplo pelo país, mostram o Algarve, o Alentejo, a região de Lisboa, a região do Porto e quando mostram Bragança, mostram a velhinha com o lenço na cabeça, o burro pela rédea e é assim que é identificada a região de Trás-os-Montes ... Trás-os-Montes é lá em cima, dá a impressão que o "saber" mora em Lisboa e que o desempenho da escola de Mirandela e o desempenho das nossas escolas, depende do mau serviço prestado pelos professores que aqui leccionam, da má entre aspas "qualidade dos alunos", ou da má massa que temos e o Sr. deputado não consegue se calhar entender que os alunos ou grande parte dos alunos do Liceu de Mirandela saem das suas freguesias às seis da manhã e chegam a sua casa às 18 e 19 horas, por vezes todos molhados e cheios de frio, sem grandes condições em termos de infraestruturas, mas aqui o Sr. não deve trazer porque a Câmara não é a entidade responsável propriamente pela educação em Mirandela, traga aqui propostas concretas para se desenvolverem em prol da educação e o Sr., que não duvido da sua competência como professor, proponha-se aqui para professor para o Liceu para elevar o nível dos alunos que daqui saem.

Já aqui se falou da Direcção Regional, da urgência médico cirúrgica, da zona industrial, da qualidade da água, da descaracterização da cidade e doutros assuntos, etc., etc..

A verdade é que por vezes temos alguma dificuldade em admitir que também temos que falar em coisas positivas, em coisas bem feitas, que também temos bem feitas na nossa terra, por isso eu vou falar do Ensino Superior em Mirandela.

E tenho a dizer que fiquei um pouco entristecido, um pouco insatisfeito, quando no passado dia 18/04/2007, aquando da tomada de posse do novo Director da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela, o Professor Doutor Rui Pedro Lopes, pela ausência do poder político local, obviamente que aqui serão de dizer algumas excepções, que algumas pessoas estavam presentes.

O Pólo do IPB ou a ESTIGM, iniciou a sua actividade no ano de 1995/96, mantendo-se como Pólo apenas três anos, passando depois a fazer parte das cinco escolas que compõem agora o IPB.

Actualmente, a ESTIGM, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, tem 1020 alunos. Se juntarmos a estes os alunos do Instituto Jean Piaget, somam 1.500. Actualmente a nossa cidade tem 1.500 alunos a frequentarem o ensino superior.

Não é por acaso, só a ESTIGM tem actualmente a funcionar 8 cursos, Solicitadoria, Turismo, Gestão, Administração Pública, Gestão Sócio Cultural, Marketing, Multimédia, Informática e Técnicas de Comunicação.

Mil e quinhentos é de facto um número muito significativo, se levarmos em conta a crise que no Ensino Superior, sobretudo no interior do país.

Sendo por si só um sinal que este Executivo tem abraçado desde o início este projecto com muito carinho e que é caso para dizer Sr. Presidente, força, por aqui é o caminho.

É também um caso de sucesso nacional o recrutamento de alunos maiores de 23, sendo na sua maioria trabalhadores estudantes, já fixados em Mirandela ou concelhos limítrofes.

Uma terra só pode ambicionar ser grande, se tiver massa crítica. Bem, mas poderão dizer-me, com a crise que o Ensino Superior atravessa, não consegue manter o número de alunos por muito mais anos e a isso eu também posso responder.

Só candidaturas já recebidas, maiores de 23, para o ano 2006/2007, ultrapassa já as 200, para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela.

Mas agora deparamo-nos com um problema, quisemos crescer, crescemos, temos 1020 alunos na Escola e aqui deixo também o meu apelo ao grupo parlamentar do PS, que ajude, como ajudou a que os outros serviços se mantivessem em Mirandela, ajude agora a garantir o financiamento para a construção de uma nova escola.

Por tudo isto, gostaria que o Sr. Presidente da Assembleia propusesse a esta Assembleia um voto de louvor à Sr.ª Professora Elisa Morais, que desde o início sempre esteve ligada à Direcção da ESTIGM, primeiro como Vice e de seguida como Directora, cargo esse que exerceu com a maior dedicação e desempenho até ao passado dia 18/04/2007, sendo por isso uma das obreiras do crescimento do ensino superior em Mirandela.

Da mesma forma, proponho um voto de confiança ao recém empossado Sr. Professor Doutor. Rui Pedro Lopes e que bem haja para um bom desempenho nas funções que lhe foram confiadas.

Não queria acabar sem antes deixar um agradecimento muito especial ao Sr. Professor Dionísio por ter sido um defensor acérrimo do Ensino Superior em Mirandela.

Também ao Sr. Professor Sobrinho Teixeira. Presidente do IPB, nosso ilustre conterrâneo, para que seja mais um ilustre Mirandelense a punir pelos interesses da nossa terra e que já deu provas disso. Desejo-lhe muitas felicidades no desempenho das suas funções. Tenho dito.

Presidente da Assembleia Municipal:

Ó Sr. Deputado, no que respeita à questão que apresentou à Mesa de proposta de louvor, só o Sr. Deputado é que o pode fazer. A nossa missão da Mesa é depois apresentá-la à Assembleia. Faz favor então de a escrever, porque nós tratá-la-emos aqui para ser votada.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Sr. Deputado, eu nunca disse que o "saber" estava em Lisboa e que o saber não existia no Distrito de Bragança, foi o Sr. que fez esse termo de comparação, portanto as palavras são suas.

Aquilo que eu disse, foi que me preocupava de facto no ranking que foi feito pelo Governo, a posição da Escola Secundária e também sei que a Câmara não tem o direito de intervir nas Escolas Secundárias, assim como também não tem o direito de intervir, como já foi dito e bem pelo Sr. Presidente da Câmara, no recrutamento de pessoal para o hospital ou não, agora o que pode acompanhar é todos esses processos, deve acompanhar o impacto das políticas de ensino secundário e as condições materiais e humanas dessas instituições de saber da sua terra. Isso é indiscutível.

O convite que me lançou para ser professor da Escola Secundária, eu agradeço. Agradeço pela simples razão, agradeço porque dar aulas a alunos naquela idade é por vezes mais agradável, do que dar aulas a alunos de mestrado e doutoramento que é aquilo que eu faço na minha profissão. E por outro lado porque eu também fui aluno daquela escola. Eu fui aluno daquela escola e fiz a carreira profissional que fiz com os professores que há muitos deles ainda estão lá, que lhe estou eternamente grato, portanto não percebi a razão da sua intervenção, da sua hostilidade, relativamente ao simples facto que eu levantei, que a questão da educação deveria também constar do tal inquérito à população, como estavam os assuntos de pão e manteiga, do emprego, que são assuntos que nós sabemos que geralmente as pessoas, são assuntos chamados de pão e manteiga nos inquéritos, vêm sempre ao topo e precisamente porque vêm ao topo, que é a questão do emprego, o andamento da economia, etc., colocam-se uma série de perguntas de outras dimensões, cultura, educação, outras áreas de intervenção do poder político. E sobre isto não tenho mais nada a dizer.

Quero aqui dar os parabéns ao jovem deputado do PSD, pelas ideias inovadoras que aqui trouxe, terão certamente todo o meu apoio e penso que terão também o apoio da bancada do CDS/PP e de facto eu já não sou assim tão jovem, eu poderei ali ser o único jovem, mas já estou a caminho dos 34 anos, portanto é verdade, se calhar deveríamos ali renovar o parqué dos nossos representantes. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Mais alguma inscrição neste período? Há mais alguma inscrição? Não me parece haver. Eu também queria apresentar aqui uma questão ao Sr. Presidente da Câmara que é a seguinte:

Para quem lê os jornais e está atento à comunicação social pôde ter oportunidade de verificar que o Museu do Douro, que é de facto uma região que é um património riquíssimo para o nosso País e que foi um assunto tratado há algumas sessões atrás, não sei se na antepenúltima, o Museu do Douro teve a o contributo da participação das Câmaras Municipais do Distrito de Bragança e da Província de Trás-os-Montes, num determinado quantitativo.

Os jornais noticiaram que algumas Câmaras se estão a descomprometer em virtude da demissão do Sr. Presidente, julgo que da Comissão Instaladora do Museu do Douro.

Eu gostava de saber, Sr. Presidente, se a nossa Câmara Municipal ou o Executivo tem o assunto em mão e qual é a orientação do passo que possa vir a dar nesta matéria, se souber.

Presidente da Câmara Municipal de Mirandela:

Em primeiro lugar e já que estamos nos Outros Assuntos de Interesse, vou responder também ao Sr. Deputado Luís Sousa sobre questões que pôs e daquilo que eu apenas sei que está a decorrer, que é sobre a questão das candidaturas no âmbito da Agenda 21, as 8 Câmaras Municipais que aderiram no Distrito de Bragança têm uma candidatura conjunta a ser preparada pela Universidade Católica, aos Fundos Comunitários nesta matéria e têm também uma nacional à EDP para o financiamento de lâmpadas e outros registos idênticos para a poupança de energia e dessas situações. Mas a candidatura é conjunta com os 8 Municípios que fazem parte da Agenda 21.

Em relação à questão que também há bocado não ficou esclarecida pelo entusiasmo do Hospital Privado, deixe-me dizer-lhe que a cultura, o desporto e a educação, foram colocados nas prioridades daquela sondagem. Só que só somaram em conjunto 2,5%, juntamente com mais quatro prioridades e a empresa entendeu que esse como era o relatório residual dos 2,5%, não discriminou em termos de prioridades e o que era normal porque se calhar nesta altura o que preocupava os Mirandelenses e por isso é que eu disse que a sondagem tem o valor que tem, só como estudo, é de facto o emprego e é a saúde e se calhar por isso é que dá o resultado inicial daquela abrangência, porque nestes dois domínios os Mirandelenses podem entender que tenha sido feita uma boa política e não estando em causa neste momento qualquer ideia de votação no género.

Agora, a educação, a cultura e o desporto constavam e estão incluídos nos 2,5% e não quer dizer que as pessoas não as considerem importantes, não as consideram é prioritárias para a vida que estão a atravessar. Isso foi o que eu entendi da sondagem.

Em relação ao Sr. Presidente da Junta de Vale de Gouvinhas, dizer-lhe que o Ensino Superior em Mirandela e este número que já atingiu, nomeadamente agora esta consolidação da Escola de Tecnologia e Gestão de Mirandela, nomeadamente neste relatório, quer da OCDE, quer da avaliação que tivemos aqui há pouco tempo, uma avaliação do ensino politécnico europeu, não foi a Câmara que está a fazer só isto, foi, nesta avaliação participaram e deve-se muito a essa participação esta proposta para que continue o Pólo de Mirandela, participaram empresários, alguns aqui presentes, participaram autarcas, participaram técnicos, participaram alunos, professores e não propriamente à Câmara de Mirandela, apesar de a Câmara acarinhar este projecto.

E já que, se me permite, se esse voto de louvor tenha que ser votado nesta Assembleia, ele seja também não só à professora Elisabete em si ou Elisa como lhe chamou, mas que eu conheço por Elisabete, seja também ao professor Sobrinho Teixeira, porque de facto um sem o outro não tem sentido esta situação, porque para o Pólo ter desenvolvimento em Mirandela, tem o apoio do Politécnico de Bragança e nesta fase foi decisiva, juntando a esse o do Professor Doutor Dionísio, porque de facto foi o impulsionador. Portanto se tiver que haver votos de louvor, acho que é em conjunto dos três, representam o Ensino Superior em Mirandela, desde o seu começo até agora, apesar de não ser só uma pessoa em termos individuais, porque podíamos magoar o trabalho e a sensibilidade dos outros.

Em relação ao que disse o Sr. Presidente da Assembleia sobre o Museu do Douro, é verdade que algumas Câmaras reagiram, quanto a mim, a quente com a saída do Director do Museu do Douro, que eu não sei quais foram as causas nem ele nunca as invocou perante os associados que somos nós Câmaras Municipais, portanto enquanto não tiver mais conhecimento sobre essas causas e debatê-las e pelo menos termos conhecimento de todas, continuarei inscrito como associado, a Câmara Municipal no Museu do Douro, porque não vou sair porque o Director saiu do Museu do Douro, como fizeram algumas Câmaras Municipais.

Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD):

Eu não tenho muito conhecimento da Escola Superior de Tecnologia de Mirandela, não sei se o Presidente, já que estamos em louvores e ouvi referenciar o Professor Teixeira Sobrinho, a professora Elisa ou Elisabete, o professor Dionísio, que conheço todos eles, mas eu acho que também acaba por se esquecer e talvez não tenha sido por querer do professor Vítor Alves que exerceu as funções de Director até esta data. Acho que é justo também lembrar o professor Vítor Alves, já agora.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Sr. Presidente, de facto a sua resposta, é assim, eu acho muito bem que tenham outras candidaturas nessa área, mas de facto preocupa-me que não tenham avançado com uma candidatura neste âmbito. Até porque aquilo que me referiu, a da EDP, estava a falar da questão de lâmpadas de baixo consumo, este é de facto o projecto da ERSE. Quer dizer e estamos aqui a falar de alguns milhões de Euros, é de facto uma candidatura que se pretende integrada, que envolva não só a Câmara mas também os cidadãos e comerciantes e outras instituições. Foi amplamente anunciada na Comunicação Social e de facto isto denota a preocupação que eu levantei quando falou da análise da gestão de contas, que é, como é que se anda a trabalhar. Como é que se deixa escapar assim dinheiro. A gente sabe qual é a situação financeira das Câmaras e não só das Câmaras, do Governo e deixar escapar estas oportunidades como se deixou escapar naquela altura a da operação norte, preocupa-me.

De qualquer das maneiras penso que o programa também vai decorrer para 2008, portanto parece-me oportuno deixar aqui um convite a que se faça e que o Município tome a liderança dessa proposta no âmbito da Agência da Energia da Terra Quente Transmontana, que foi algo que eu solicitei ao Sr. Presidente e o Sr. Presidente disse que o seu Chefe de Gabinete me iria providenciar todos os elementos sobre a participação institucional da Câmara Municipal de Mirandela e aparece-me aqui esta Agência de Energia da Terra Quente Transmontana, da qual o Sr. Presidente é o representante e eu não percebo se existe ou se só existe no papel.

E esta seria uma oportunidade, (uma de várias que vão surgir com este próximo Quadro Comunitário de Apoio) e que já tivemos a questão da mini-hídrica, podia ter sido tratada também no âmbito desta Agência. Mas agora vou deixar o assunto da mini-hídrica, senão vamos voltar ao velho tema.

Mas há toda uma série de programas que vão ser lançados no que toca às energias renováveis e parece-me que seria o lugar institucional oportuno para desenvolver esses projectos, porque por aquilo que eu consegui depreender, esta Agência de Energia Terra Quente Transmontana, só existe no papel, mais nada, não tem existência completamente nenhuma.

Deixo-lhe depois, de qualquer das maneiras os anúncios que saíram no Público relativamente ao programa e aproveitava também para lhe dar a conhecer duas outras iniciativas que são do vosso interesse e aliás também do interesse da autarca de Torre D. Chama, que é um Concurso, "Agir-Ambiente", não sei se já terão conhecimento da Gulbenkian, a candidatura penso que é até 25 de Maio, mas podem obter o regulamento depois através do Web site da Gulbenkian e passo só a citar muito rapidamente o que é que consiste:

"Nos últimos anos alargou-se o consenso em torno da importância das alterações climáticas como sendo a componente crucial da crise global do ambiente. Com o concurso "Agir-Ambiente", a Fundação Calouste Gulbenkian propõe-se estimular a capacidade de iniciativa da sociedade, designadamente das universidades, centros de investigação, organizações profissionais, organizações não governamentais, municípios, entre outras instituições no domínio das alterações climáticas.

Podem candidatar-se ao concurso "Agir-Ambiente", entidades colectivas, designadamente instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos com acções de formação, disseminação de informação científica e demonstração prática relevante junto dos diferentes públicos alvo e que possam revestir-se de reconhecido interesse informativo e formativo."

Portanto até uma parceria com as instituições de Ensino Superior de Mirandela seria. Penso eu, bem-vindo no âmbito deste concurso.

A outra iniciativa que lhes gostava de dar conhecimento, é uma conferência que se vai realizar em Vaxjo, na Suécia de 08 a 10 de Maio de 2007, sobre regiões e municípios sustentáveis e que contará com a participação de vários municípios, agências de energia e empresas energéticas, algumas dessas energias locais, portanto lá está também um novo palco para a Agência de Energia da Terra Quente e onde se discutirão programas de energias renováveis, aplicações de práticas de consumo de energia, políticas energéticas locais, sustentabilidade de recursos, etc. etc..

Deputado Municipal Rui Sá (PSD):

Era só relativamente ao meu pedido para ser votado o louvor, que se a Assembleia assim entender, se fosse possível apresentar este pedido à votação na próxima Assembleia que era para eu poder trazer um documento fundamentado e tratar as pessoas pelo título que posso correr o risco de não o fazer correctamente.

Presidente da Assembleia Municipal:

Com certeza que sim.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Em parte já foi respondido, porque de facto estar aqui a votar louvores a metro. As pessoas que ele identificou, eu não as conheço. Sem um currículo para saber o que fizeram ou não fizeram, portanto numa próxima vez, quem quiser, mesmo do Franco ou não sei quê, apresentam o currículo e a gente logo vota.

Há uma outra situação também que creio que foi como proposta de recomendação, do elemento do PSD, o jovem, ele propõe como recomendação que os jovens dos 12 aos 30 anos, tenham um cartão jovem com descontos. E é igual para todos? E é atribuído a todos? Quer ao muito rico, quer ao que não tem dinheiro nenhum?

Porque o problema é este. Eu creio que nestas questões de descontos, há sempre alguém que pode pagar, mesmo na Escola Secundária, têm direito à Cantina e a livros, mas não é toda a gente, têm alguns e portanto eu acho que a ser aceite a proposta de recomendação do "Cartão Jovem", que devia ser condicionado em função do seu estatuto.

Deputado Municipal Fernando Alves (PSD):

O conceito deste Cartão Jovem Municipal, não sei se o Sr. Garrido está familiarizado com o conceito geral de cartão jovem, obviamente, é para todos, dos 12 aos 30. Até gostava de saber como é que se propõe a fazer essa triagem daqueles que têm possibilidades e não possibilidades.

E para além disso nunca poderíamos fazer isso e pressupõe um pagamento, claramente uma remuneração, digamos simbólica à Câmara Municipal, mediante a emissão do mesmo cartão. Acho que é suficiente.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não havendo então mais intervenções neste período, eu perguntava se está presente algum munícipe que queira intervir.

Não houve qualquer pedido.

Presidente da Câmara Municipal:

Só uma resposta, é que fizeram aqui duas questões e dizer que o Sr. Deputado Luís Sousa ou não entendeu ou não quis entender. Eu disse que além da candidatura que tinham feito os 8 municípios ao abrigo da Agenda 21 e em conjunto ao referido programa comunitário, também fizeram uma ordinária à EDP, para outra vertente e nomeadamente aquela que referi. Isto que fique perfeitamente claro e estabelecido. E A Associação de Municípios, eu amanhã estou com o Director de certeza absoluta, a ver se ainda lhe pode fazer chegar essa situação em termos de quais foram os princípios da candidatura.

Em relação às energias renováveis, também para lhe dizer que em Mirandela existiu um estudo duma das maiores empresas alemãs sobre a matéria, onde infelizmente para nós em termos principalmente das eólicas, nos aconselham a abandonar por completo a entrada nesse processo de energia eólica. Fica a hídrica para podermos rentabilizar.

Na eólica temos um estudo concreto, onde Mirandela não é rentável nem viável para esse estudo de energias alternativas, nomeadamente no domínio eólico. E temos esse estudo perfeitamente fundamentado que também vou fazer chegar-lhe pelo meu Chefe de Gabinete, até para ver se é criticável ou não nessa matéria.

Portanto nessas questões, a Câmara há muito tempo que se preocupa com elas.

Em relação ao Sr. Garrido, do que diz do Cartão Jovem, é evidente que, apesar da explicação dada, o regulamento a auxílios económicos que virá à próxima reunião da Assembleia, é evidente que também aqui define o plafond, que acho que devia definir tudo, de questão quem é que pode beneficiar destas situações em termos quer de adultos, quer de jovens, porque o regulamento a auxílios económicos há uma vertente em que a parte de habitação, parte da cultura, parte do desporto, parte de frequência de espectáculos culturais, vem lá incluída mas só para aquelas pessoas, sejam jovens ou não que tenham o rendimento mínimo que a lei define como base para terem auxílios económicos.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Senhor Presidente eu de facto percebi-o bem, parece-me a mim é que não me percebeu a mim.

A candidatura que eu estava a falar, nem é da EDP, nem é a fundos comunitários e eu congratulo-me que tenham feito essas candidaturas. A que eu estou a falar é da ERSE, que não foi feita e portanto esse financiamento para este ano não foi aproveitado. Oxalá seja aproveitado para o próximo.

Presidente da Assembleia Municipal:

E enfim a Mesa aproveita a oportunidade para esclarecer que o Regimento não contempla os diálogos, contempla sim, sempre através da Mesa.

Eu queria transmitir a esta Assembleia, antes de apresentar os meus cumprimentos e de nos despedirmos, que um dos nossos pares, o Deputado José António Ferreira me pediu para vos transmitir a

todos, um convite para o lançamento dum seu livro sobre "O Poder Local e Regional" e que terá lugar no dia 24 de Maio próximo, claro, às 18 horas na Assembleia da República. De maneira que aqueles que, de nós pudermos estar presentes, naturalmente que ele agradecerá e sentir-se-á gratificado

Não havendo mais nada a tratar, apresento os nossos cumprimentos e agradecemos a esta Assembleia.

Mirandela, 26 de Abril de 2007.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DR. JOSÉ MANUEL PAVÃO

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

JORGE MANUEL PEREIRA

O SEGUNDO SECRETÁRIO

DR. HUMBERTO ANTÓNIO CORDEIRO